

JACKSON DOUGLAS KUNTZ

**UMA CAPITAL VACILANTE: ESTADO E RELAÇÕES
POLÍTICAS EM SANTA CATARINA – A PROPOSTA DE
TRANSFERENCIA DA CAPITAL PARA O INTERIOR (1988 - 1991)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade do Estado de Santa
Catarina, como requisito para obtenção
de título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo
Lindolfo Lohn

FLORIANÓPOLIS/SC

2013

JACKSON DOUGLAS KUNTZ

**UMA CAPITAL VACILANTE: ESTADO E RELAÇÕES
POLÍTICAS EM SANTA CATARINA – A PROPOSTA DE
TRANSFERENCIA DA CAPITAL PARA O INTERIOR (1988 - 1991)**

Uma Capital vacilante: Estado e relações políticas em Santa Catarina – a proposta de transferência da Capital para o interior (1988 - 1991).
Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, no curso de Pós-Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca Examinadora

Orientador:

Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn – UDESC

Membro:

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado - UFSC

Membro:

Prof. Dra. Cristiani Bereta da Silva - UDESC

Florianópolis, 21 de outubro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Ainda que eles não saibam e até não entendam por que afinal de contas me dediquei tanto a estes anos de estudo, não poderia esquecê-los, foram meu chão e minhas paredes, minhas portas e janelas, meu abrigo mesmo que momentâneo em dia de chuva. Meu obrigado especial à minha família, meu pai Sérgio Volny Kuntz que tristemente nos deixou, mas que tenho certeza tinha orgulho de mim, minha mãe Zilma Ribeiro Kuntz, meus irmãos, meu sobrinho Juninho, e à nova vida que renovou nossa família; minha sobrinha Yasmin.

A palavra que mais classifica todos os demais abaixo é: paciência. E agradeço eternamente pela paciência infinita que tiveram comigo, meu débito com todos permanecerá impossível de ser pago.

São eles: Os professores do Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, especialmente ao meu orientador, professor Reinaldo Lindolfo Lohn, que soube ter a justa medida em sua orientação, cobrando nos momentos certos, suas contribuições estão espalhadas por todo este trabalho de dissertação e ao longo dos mais de dois anos de mestrado foram muitas.

Agradeço ao grupo de estudos formado pelo professor Reinaldo Lindolfo Lohn que me fez pela primeira vez me sentir realmente parte de uma universidade, por que foi nele que realmente vi e ouvi discussões, divergências e entendimentos. As pessoas que passaram nesse grupo também foram importantes em vários aspectos são elas: Tâmyta Rosa Fávero, Juliana Miranda da Silva, Kelly Yshida, Patrícia VolkSchatz, Willian Luiz da Conceição e Carlos Eduardo Pereira de Oliveira.

Meu trabalho não existiria sem nossos companheiros arquivistas e bibliotecários. Sempre tiveram paciência em me mostrar as pastas, livros e documentos em arquivos as vezes esquecidos pela falta de verba pública como é o caso da Biblioteca Estadual de Santa Catarina, e as vezes muito bem cuidados como é o caso do Centro de Memória da Assembleia Legislativa.

Agradeço ao Segundo Ofício de Registro de Imóveis, também pela paciência comigo. Alexandre Ribeiro Melo foi a pessoa responsável por autorizar minha saída para aulas durante o ano de curso, e Raquel Torelly e Renan Dantas ajudaram autorizando e até apoiando minhas inúmeras faltas para finalização deste trabalho. Bruno Fonseca de Souza foi a pessoa responsável pela troca de ideias entre Ciências Sociais e História.

Agradeço ao meu amigo Rodrigo Wagner, quando perto se fez presente sempre oferecendo ajuda, de certa forma, hoje estou no curso de História por causa dele.

Por fim, agradeço a ela, que esteve presente no meu lado direito, e agora tem um espaço especial no meu lado esquerdo.

“Quando você pensa em
desistir e não sabe por que continua”...
“Isso é força.”

RESUMO

Os processos políticos ocorridos na década de 1980 são muito importantes para a compreensão do tempo presente brasileiro, com implicações particulares no Estado de Santa Catarina. Ao longo da chamada transição democrática, surgiu a possibilidade do exercício das liberdades civis e das discussões sobre a organização do Estado. Esse universo de possibilidades embrionárias revelou complexidades inusitadas, pois não se tratou apenas de recuperar o poder concentrado sob o jugo dos militares, como de adaptar os critérios e formas de administração pública aos novos tempos, devido às necessidades de rapidez de tomada de decisões políticas num cenário de inflação e desequilíbrios econômicos e regionais. As necessidades públicas somaram-se às responsabilidades políticas e, nesse âmbito, a ideia de transferir a sede administrativa do Estado para a região central de Santa Catarina reapareceu como um horizonte possível para promover uma redistribuição do poder. Apesar de não ter sido concretizada, a discussão sobre a transferência da sede administrativa do Estado desdobrou-se em iniciativas que viriam a surtir efeitos políticos importantes e provocaram reflexos na própria administração estadual e na correlação de forças políticas predominantes no Estado.

Palavras-chave: transferência; capital; Florianópolis; administração; política.

ABSTRACT

The 1980s was important for understanding the present time in Brazil, with particular developments in the state of Santa Catarina. After years of pressure and persecution from the dictatorship, the 1980s was characterized by the ability to exercise democratic freedoms again. However, this universe of possibilities embryonic revealed complexities unusual because it was not only regain power concentrated under the yoke of the military, as to adapt the criteria and forms of public administration to new times, due to the needs of fast-making policy decisions in a scenario of inflation and economic and regional imbalances. The public needs added to the responsibilities and policies in this context, the idea of transferring the administrative headquarters of the state to the central region of Santa Catarina reappeared as a possible horizon to promote a redistribution of power. Despite not having been achieved, the discussion on the transfer of the headquarters of the state was divided into initiatives that would have an effect caused major political and own reflections on the state administration and the correlation of political forces prevailing in the State.

Keywords: transfer; capital, Florianópolis; administration; politics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Mapa de Santa Catarina	32
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Deputados Constituintes Estaduais na votação do plebiscito sobre a transferência da Capital.....131

Tabela 2: Deputados Estaduais na votação para cancelamento do plebiscito sobre a transferência da Capital.....132

LISTA DE ABREVIATURAS

ARENA - Aliança Renovadora Nacional
BESC - Banco do Estado de Santa Catarina
CARS – Centro Administrativo Regional de Saúde
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina
FIESC - Federação das Indústrias
FECAM – Federação Catarinense dos Municípios
IHGSC – Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
PLAMEG - Plano de Metas do Governo
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PSD – Partido Social Democrático
RBS - Rede Brasil Sul
SMS – Serviço Médico de Saúde
UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CÁPITULO 1 – A CAPITAL QUESTIONADA	33
1.1 – A capital histórica contra a capital moderna.....	34
1.2 – A capital moderna contra a capital histórica.....	46
1.3 – Mobilizações políticas: lembrar e esquecer.....	53
CAPÍTULO 2 – ADMINISTRAR, DESCENTRALIZAR... TRANSFERIR?	67
2.1 - A administração insustentável: o descontentamento catarinense...73	
2.2 – O retorno da expectativa.....	82
2.3 – O POLÊMICO “SEGUNDO TEMPO”: PMDB e seu (des)controle do poder.....	90
2.4 – Reconfiguração político-administrativa – ainda é necessário transferir?	98
CAPÍTULO 3 – A CAPITAL QUE NÃO ACONTECEU	110
3.1 –Transferir a capital – entre o apoio e a reprovação.....	123
3.2 – Um horizonte de expectativas frustradas.....	126
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	
A CAPITAL VACILANTE.....	153
Mapa de Santa Catarina.....	32
FONTES.....	161
REFERÊNCIAS.....	163

INTRODUÇÃO

A presente dissertação focaliza uma questão política que mobilizou debates e manifestações públicas no Estado de Santa Catarina ao longo do século XX, sem, contudo, jamais ter alcançado seu intento: a transferência da Capital para uma cidade do interior. Este tema e seus desdobramentos envolvem processos que dizem respeito às mudanças de algo que poderíamos chamar “história da administração política”. Isto porque, o que se percebeu foi uma modificação em relação aos modos de *administrar* ou o que se buscava querer dizer com o conceito de *administração pública*. Particularmente, na década de 1980, quando das lutas e negociações em torno da implantação de um regime político democrático, as disputas em torno da transferência ou da permanência de Florianópolis em seu posto como Capital de Santa Catarina influenciaram as tomadas de posição e os processos decisórios derivados da adaptação ao novo quadro institucional. Portanto, o estudo das formulações construídas em torno da questão é parte importante da compreensão da História política do Estado de Santa Catarina e de suas peculiaridades no âmbito do processo histórico da chamada redemocratização brasileira.

Para esta discussão, será necessário levar em consideração a política administrativa baseada em uma forte centralização do poder em âmbito Federal, o que foi ampliado ao longo da ditadura imposta com o golpe civil-militar de 1964. É neste quadro que se pode compreender novas demandas da sociedade em relação à administração pública e identificar como essa mudança foi importante para que o tema sobre a transferência da Capital fosse aceito e também criticado nos debates do período em amplas camadas da população de Santa Catarina.

Cabe verificar como foi o processo de mudança ou adaptação de modos e usos políticos decorrentes de práticas oligárquicas para uma nova dinâmica que invocava a necessidade de atendimento simultâneo para as carências sentidas no interior do Estado, principalmente a região Oeste.

Este trabalho apresenta indícios que tentam demonstrar o quanto, particularmente no âmbito do discurso político, construiu-se a necessidade de introduzir modificações na gestão do Estado, para que Santa Catarina acompanhasse seus vizinhos competitivos. Tal processo envolvia disputas em torno da articulação entre as receitas fiscais e os investimentos públicos reivindicados pela sociedade. Entre outros mecanismos, estava em pauta modificações na gestão da administração

pública e do chamado pacto federativo, com a passagem de maior autonomia aos municípios, de modo ainda a sanar tensões políticas que haviam se agravado durante a ditadura.

Neste quadro de discussões sobre possíveis reformas do Estado, as quais redundariam, anos mais tarde, em propostas de redução de seu tamanho, com privatizações de determinadores setores, os planos de mudança da Capital de Santa Catarina aglutinaram percepções sobre o tempo histórico e a transformação da cultura política catarinense. Tais condições ficaram mais nítidas a partir do final da década de 1980 e ganharam um momento de clímax quando da elaboração da Constituição Estadual. As ideias para a transferência da Capital aparecerão como respostas à necessidade de rapidez nas tomadas de decisões, bem como na necessidade de tornar mais ágil o envio de recursos e articulação entre todas as regiões do Estado.

Um dos obstáculos encontrados para o estudo deste objeto é relativo à inexistência de trabalhos de História e de outras áreas acerca da controvérsia da transferência. Como nada foi encontrado sobre o tema, fiz disso meu próprio assunto. Por vezes questionei a possibilidade de discutir e problematizar algo que, de fato, não aconteceu. Transferir centros políticos e administrativos e situá-los em novas cidades que passam a assumir o status de Capital não é algo inédito. A Capital do Brasil foi transferida duas vezes e a Capital do Estado de Minas Gerais mudou uma vez.¹ No caso de Santa Catarina, contudo, isso ficou apenas nos planos de idealizadores. Os Deputados Estaduais e constituintes de 1989, que lançaram a ideia polêmica para transferir a Capital não estavam sendo necessariamente originais. A ideia havia sido lançada antes, permaneceu até o fim da década de 1980 em suspensão. Trazido de volta, o plano agitou as discussões entre políticos e sociedade.

Os projetos para a transferência da Capital de Santa Catarina suscitam um necessário diálogo com a construção de determinada historiografia. A pretensão aqui será confrontar o esquecimento/memória historiográficos, ou seja, os trabalhos que representaram a História da Capital catarinense, por vezes traçando de uma forma polida e por vezes demonstrando alguns arranhões, como foi o caso de alguns trabalhos que conseguiram expor os questionamentos a

¹ Alguns trabalhos já abordaram transferências de capitais, em especial a Capital Federal como o caso de: FREITAG, Bárbara. **Capitais migrantes e poderes peregrinos**: o caso do Rio de Janeiro. Campinas: Papirus, 2009.

respeito da posição de Florianópolis como centro político e administrativo.

Como havia uma lacuna a respeito deste tema, este trabalho foi motivado justamente pelo ineditismo, ainda que consideradas as discussões aparecidas nas margens de algumas pesquisas da historiografia, nunca aprofundadas. Este estudo pretende ser, então, uma contribuição para trazer à cena acadêmica as propostas de transferência da Capital de Santa Catarina, sobretudo aquela debatida entre 1988 e 1989, última das tentativas de mudança da sede administrativa. O objetivo seria encontrar a ideia da transferência nos documentos, entender, com base nas falas encontradas, os motivos daquele projeto e traçar as consequências para a política do Estado. Também entender e encontrar razões para o insucesso da ideia. São todos processos separados em ritmos intrincados, mas que juntos possuem coesão, dando ao surgimento do plano de transferência um lugar mais adequado na história política do Estado.

Todo esse debate sobre transferir uma Capital estadual no fim dos anos 1980 tornou-se possível por ser aquela uma fase de mudança vivida com o reestabelecimento da democracia. A própria necessidade da votação de uma nova Carta Constituinte dá vazão à possibilidade da troca de ideias e a colocação em pauta de projetos polêmicos. No centro desses debates envolvendo a votação da constituição estadual de 1989 está a transferência da sede administrativa. A proposição de situar Capital em outro ponto do Estado seria justificada pela necessidade de articulação das diversas regiões no Estado. Este é um tema que elucida uma fase importante da História catarinense, sobretudo uma nova cultura política no Estado.

Em 1989, o tema da transferência da Capital para Curitiba ganha força. Os jornais acompanham os trabalhos da Constituinte estadual e elencam os principais interlocutores envolvidos nos debates. A investigação concentrou-se nos jornais de Florianópolis com distribuição estadual: o jornal *O Estado* que, na década de 1980, atingia um público especificamente situado em Florianópolis, os “locais”. Outro jornal é o *Diário Catarinense*, lançado em 1986 pelo grupo empresarial gaúcho Rede Brasil Sul (RBS) e que atingia os chamados “de fora”, conforme explicava um ex-editor do jornal *O Estado* (VALENTE, 2005, p.71-84).²

² Cesar Valente, editor do Jornal *O Estado* na década de 1980, discorrendo sobre a história do jornal, separa assim as diferenças entre os dois órgãos de

Nos jornais *O Estado* e *Diário Catarinense*, as discussões sobre práticas administrativas mais adequadas passaram a expressar-se numa estrutura narrativa consensual. Não é possível definir uma diferenciação entre os dois jornais sobre como noticiam o tema. Grosso modo, pode-se dizer que expuseram as críticas contra a transferência, portanto, posicionando-se em favor da permanência da Capital em Florianópolis.

No Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina foram recolhidos o *Diário da Assembleia* dos anos de 1988, 1989 e 1991, documento que concentra a fala de todos os deputados estaduais do Estado. Da Assembleia também vieram os *Diários da Constituinte* do ano de 1989, que se assemelham ao *Diário da Assembleia*, porém centrados no dia a dia da Constituinte Estadual. Outras fontes são as Atas de Reunião da Assembleia que também foram fornecidas pelo Centro de Memória da Assembleia Legislativa Catarinense.

A documentação coletada passou pelo crivo de uma interpretação que procurou compreender as estruturas e ritmos temporais que dotaram de sentido o conjunto de elementos envolvidos da questão. Isso é possível graças à hipótese de que uma representação historiadora é um método admissível de amarração de acontecimentos, como aqueles do final da década de 1980. A possibilidade é justificada em Ricoeur por um dos componentes da narrativa — a intriga:

Se dermos toda a sua extensão à ideia de intriga como síntese do heterogêneo misturando intenções, causas e acasos, não cabe à narrativa operar uma espécie de integração entre os três momentos — estrutura, conjuntura, acontecimento — que a epistemologia dissocia? É o que sugere a ideia, que acabamos de propor, de uma narrativização dos jogos de escalas, na medida em que os três momentos dependem de escalas diferentes, tanto no plano dos níveis de eficácia quanto no dos ritmos temporais (RICOEUR, 2008, p.256, 257).

imprensa, ou seja, a rivalidade dos mecanismos de comunicação impressa nascente na década de 1980, criou a separação entre “os de fora” o grupo do *Jornal Diário Catarinense*, e “os locais”.

O termo “*mudança*” é evocado aqui com toda força e magnitude que se espera de seu significado tão imprescindível para o conceito de tempo histórico. Alguns sinônimos tentam dar conta disso: desvio, diversão, metamorfose, modificação, reforma, transformação, transição, variação etc...

Para Rosanvallon os trabalhos publicados sobre História política não atingiam o cerne do que era realmente importante para uma compreensão extensa, ou mais apropriada da História. E é justamente a mudança o fator principal para o autor que poderia fornecer a “chave” de tal compreensão, sendo o objetivo último, achar a essência dessas mudanças:

Alguns livros apresentam detalhes de obras anteriores, mas a apresentação sucessiva de duas dezenas de grandes autores da época não fornece a chave das mudanças radicais que se operam na filosofia política (ROSANVALLON, 1995, p. 13).

É um desafio animador para o historiador a tarefa de decifrar, interpretar a transformação que os conceitos sofrem e suas apropriações que a sociedade faz no decorrer do tempo. O tempo faz morrer tudo, mas talvez possa ser vencido pela reativação da memória. A memória que se busca aqui são indícios das ideias fracassadas para a transferência da sede administrativa do Estado, por que se julga que seu surgimento e sua recorrência marcaram de maneira incontestável a própria feição político-administrativa catarinense, mesmo em pleno século XXI. Correspondem a uma trajetória de decisões frustradas de transferência. As decisões políticas veem-se, por vezes, envoltas pela imposição não de um poder físico ou por uma hierarquia superior, mas sim a partir do poder misterioso e supremo do tempo. Nas palavras de Gadamer: “*a dificuldade que põe o tempo é que nosso espírito é capaz de conceber o infinito, mas se vê rodeado pela finitude*” (GADAMER, 2006, p. 57-71).

Num momento em que o tempo histórico é atravessado pelo “presentismo”, a demanda de memória soterra os indivíduos que necessitam de atualização constante, impossibilitando-os de uma identidade mais perene. O presente é o momento de articulação do tempo passado e este “não seria nem linear e nem unívoco, é um passado que vamos percorrer como um campo no qual se entrecruzam

os passados que foram um tempo de futuros possíveis: alguns vieram a ser, outros foram impedidos, massacrados” (HARTOG, 1997, s/p).

É necessária aqui uma explicação. Paul Ricoeur diferencia narrativa e representação e, de modo nenhum, os dois são interpretação, porque a interpretação vale-se de uma intenção de verdade, sendo a verdade a aporia enriquecedora dos historiadores. Narrativa pode ser qualquer fala/escrita, desde a fala/escrita que discorre sobre um mito ou tradição, até uma fala explicativa num sentido racional, mas que pode não necessariamente ser comprovada ou mesmo verdade. A narrativa pode ser uma forma primitiva de discurso.

As representações sociais preenchem as lacunas de uma narrativa histórica, por traduzirem valores, ordens ou discursos compartilhados e consensuais. A representação historiadora, contudo, sofre o constrangimento exercido pela demanda por documentos confiáveis e legítimos. Mas, então, de que vale fazer uma história cheia de acontecimentos, que inundariam a memória, mas estariam esvaziados de sentido?

Tentar compreender os sentidos para uma mudança da Capital constituiu o exercício historiográfico praticado neste trabalho. A representação aparece aqui como uma força capaz de, pretensamente, dar conta da imensidão dos acontecimentos que são manejados numa narrativa. A história da transferência da Capital não é o primeiro dominó enfileirado e pronto a cair sobre os demais: é um daqueles que estão no meio. O que motiva os deputados estaduais de Santa Catarina, a partir de 1989, a buscar e discutir essa ideia não é o começo de uma história, mas o desdobramento da elaboração de uma transformação no sentido do que *administração pública* representava até então. Naqueles anos, transferir a Capital fazia parte do compartilhar de expectativas provocadas pela promulgação da Constituição Nacional e Estadual. Esse período histórico marcava os primeiros anos da reabertura democrática, primeiros anos da possibilidade de escolhas, os anseios e vontades eram diferentes, mas mais do que isso, os problemas que o país estava envolto também eram distintos e múltiplos. Problemas que tinham urgência, uma parte porque as cidades distantes do litoral minguavam relegadas ao abandono, e uma parte porque o fortalecimento da Nova República e dos partidos (ou partido) que dominavam o cenário de então, dependia disso.

Justificativas para pesquisar o tema também foram procuradas no exercício intelectual exigido para uma dissertação que coincidem com a dificuldade que o trabalho apresenta. José Carlos Reis chama a

atenção para a importância de “*pensar o impensado*”. O desafio para qual Reis nos mostra a importância é o de uma História que pesquise sem esquecer-se da extensão teórica e, sobretudo, da questão *tempo*. Chamo de desafio, pois segundo Reis, isso evoca a necessidade de que os “*jovens historiadores*” devam exercer melhor a sua “*sensibilidade historiadora*”. Para Reis, o tempo histórico apareceria como “*representação intelectual*”, uma jornada narrativa (assim como em Ricoeur) que encara a questão da empatia com o objeto de pesquisa, o entendendo como inserido num universo temporal que não dão a representação historiadora um caráter linear e objetivista, mas sim, uma constelação de compreensões (REIS, 2011.p. 1-21).

Neste âmbito, assumiu particular destaque na historiografia o chamado *retorno do político*. Rosanvallon ressalta que houve no último quartel do século XX uma multiplicação dos trabalhos sobre o campo político. Porém esses trabalhos não ajudaram a entender a essência das transformações políticas que aconteciam e que se multiplicavam, ocasionando apesar da grande quantidade de publicações de trabalhos a respeito, uma limitação da compreensão sobre o assunto. Segundo o autor, houve um interesse crescente sobre a *filosofia política*, que teria ajudado a elevar a contribuição para compreensão do mundo contemporâneo. A emergência deste tipo de análise só beneficiou outras áreas e disciplinas que acabaram por criar um pressuposto metodológico próprio:

O político não é para eles uma ‘instância’ ou um ‘domínio’ entre outros da realidade: é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo (ROSANVALLON, 1995; p. 11,12).

Esse argumento, por si, já justificaria uma atenção especial para o momento político catarinense no final da década de 1980, quando começaram a ser substituídos neste *lugar* os personagens que dominavam o governo do Estado até então, ou seja, muitos dos integrantes e apaniguados das famílias oligárquicas Ramos e Konder-Bornhausen, que dividiam o poder no Estado desde o final da Primeira República, para a entrada de novos grupos políticos amalgamados ao longo do período ditatorial e vitoriosos nas eleições estaduais de todo o país, em particular aqueles ligados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Partido esse que aglutinava toda a

matriz simbólica que a experiência coletiva continha, ou seja, a sua oposição à ditadura militar e o anseio pelo retorno de eleições diretas.

Mas Rosanvallon atenta para que se supere o lugar onde o político tem sua formação e busque-se concentrar em sua especificidade conceitual de incorporar o conjunto dos elementos que compõem este objeto complexo que é uma cultura política:

O Objetivo da história conceitual do político é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação encaram seu futuro. [...]

Entre os elementos que deveriam ser analisados Rosanvallon classifica:

[...] o modo de leitura das grandes obras literárias, a imprensa e os movimentos de opinião, os panfletos e os discursos de circunstâncias, os emblemas e os signos. Interrogar a massa de petições enviadas à Assembleia, mergulhar no universo das brochuras e dos libelos, reler os debates parlamentares, penetrar nos clubes e nas comissões (ROSANVALLON, 1995; p. 16, 17-19).

Os apontamentos de Rosanvallon sobre a necessidade de compreensão da formação das racionalidades políticas, juntamente com o conjunto de elementos elencados que auxiliam a investigação histórica, em especial *a imprensa* e os *debates parlamentares*, formam a problemática com a qual a pesquisa procurou lidar, para ter acesso ao resultado da busca de um sentido mais profundo que justificasse a volta da ideia de retirar a capital da cidade de Florianópolis. A narrativa aqui estabelecida procurará uma “justa medida”. Nesse caso, a justa medida entre os três tempos: passado, presente e futuro.

Essas considerações são unidas e correm por um vão que Rosanvallon chama de *espaço comum*. Seria o âmbito no qual as discussões da História política conseguiram alcançar dentro do campo

de debates e contendas acadêmicas nas últimas décadas, com o aprofundamento do embasamento teórico e aprimoramento do eixo epistemológico enriquecido principalmente, segundo o próprio Rosanvallon, pela produção de trabalhos que reativaram a *dimensão filosófica*.

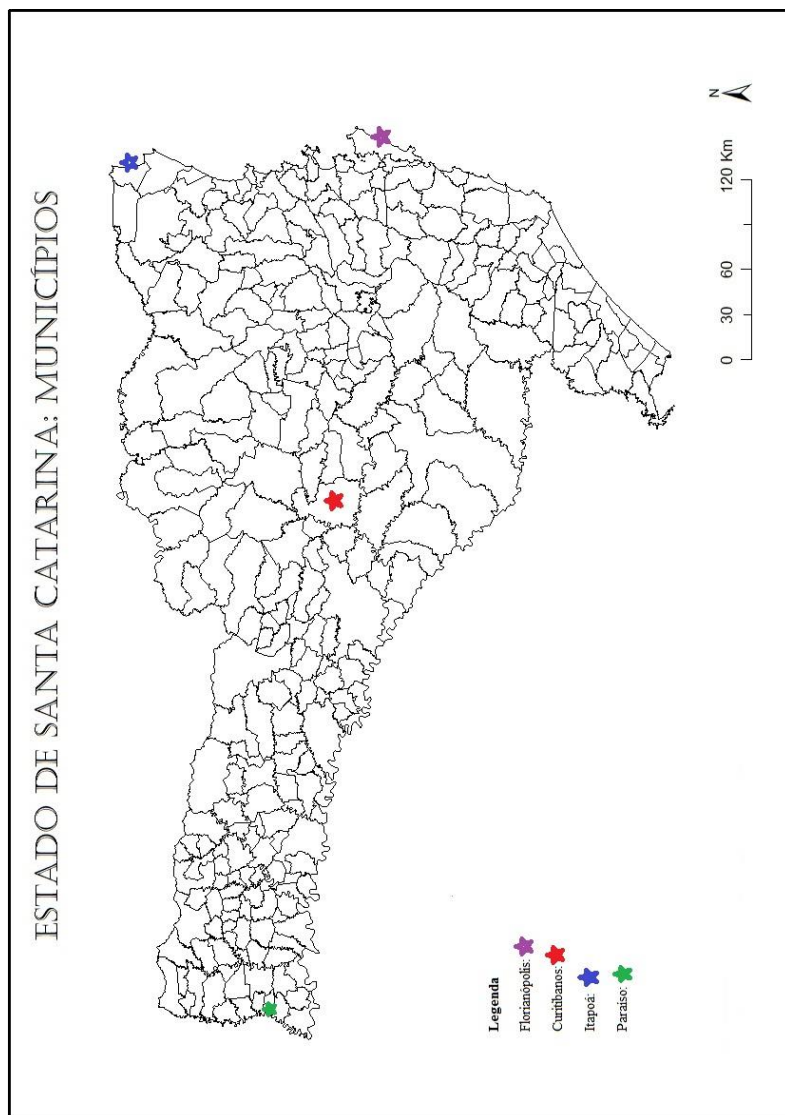
Nesse sentido, o primeiro capítulo concentrar-se-á no embate entre as duas cidades que, conflituosamente, pareciam disputar o mesmo espaço em Florianópolis: a “Capital atrasada” e a “Capital moderna”. Dentro dos debates para a transferência da sede administrativa, Florianópolis teve esse posto questionado primeiro por ser uma cidade cuja falta de dinamismo socioeconômico impedia de ostentar o título de Capital catarinense. Os projetos políticos foram na direção de uma modernização da cidade. Essa busca para que a cidade alcançasse dimensões urbanas consideradas adequadas a uma Capital, deu frutos após a apresentação do turismo e da construção civil como suas “atividades naturais”. Quando o processo de ocupação urbana saiu do controle dos administradores, começou a sofrer os problemas que a maioria das regiões metropolitanas brasileiras enfrenta, ou seja, violência, trânsito caótico e ocupação desordenada. Esse processo levou novamente a Capital a ter sua posição questionada. Porém, desta vez, a crítica era que o fato de a cidade situar-se em uma ilha, o que a deixaria com poucas condições de crescer e ter os aparatos que uma Capital necessita. Nesse ponto, novamente para legitimar sua posição, Florianópolis passou por novas obras que comportassem o crescimento que cidade absorveu entre as décadas de 1979 e 1990.

O segundo capítulo irá percorrer a influência que a Constituição promulgada em 1988 provocou nos horizontes de expectativas da sociedade catarinense. O primeiro impacto foi a perspectiva de melhorias que seriam possíveis com a posterior elaboração da Constituição estadual. Essas esperanças nutriam-se de uma percepção acerca das condições em que se vivia no país de então, como se houvesse uma ameaça de descontrole social, com greves gerais em vários setores, protestos e descontentamentos, provocados na esfera social pelo aumento desenfreado dos preços e, na esfera política, pela contensão de recursos públicos. Os problemas em solo catarinense começam a serem interpretados como uma ausência do Estado, cuja imagem aparecia concretizada na Capital, em relação às regiões. O Governo Federal também parecia ausente, o que não melhorava a situação do Governo Estadual, visto como mera correia de transmissão de Brasília, fazendo de uma vez só a insatisfação alastrar do presidente

para o governador, ambos do mesmo partido. Uma nova rodada de expectativas é inaugurada com a espera da Constituição Estadual e com uma reforma administrativa, visando um “segundo tempo” para as perspectivas catarinenses. Neste período parece ser mais visível que parte dos problemas poderiam ser resolvidos com o alinhamento entre a Carta Estadual que ainda se escrevia, e a Federal já promulgada. A solução encontrada no palco da Assembleia pelos parlamentares seria a de um governo descentralizado.

O terceiro capítulo concentra-se na última tentativa de transferência que surge durante a própria elaboração da Carta Estadual. A investigação procurou encontrar as justificativas, seus debates, setores a favor ou contra, sendo eles partidos ou a opinião pública a respeito. A década de 1980 é um momento de transição, e as forças políticas ainda tentam encontrar seus espaços. Se as famílias políticas da oligarquia catarinense já não possuem tanta influência, o PMDB encontra-se em meio às dificuldade de lidar com o poder, sendo o partido nada mais do que uma confederação de interesses locais e regionais. A transferência da Capital tinha como crítica justamente o custo de construção de novos prédios públicos na nova capital, parecendo ser uma iniciativa muito dispendiosa para o Estado, pois as instituições do governo já estavam abrigadas em Florianópolis, mesmo que em prédios alugados. Os que defendiam a mudança da Capital tentavam esvaziar esse ataque dizendo que afinal, seria melhor ter o Estado seus próprios imóveis do que pagar aluguel, fato esse que acontecia em Florianópolis. A dúvida era sobre de onde viriam os recursos, já que os gestores diziam que o Estado estava mergulhado em dívidas, sem condições para pagar os funcionários, cujas greves tornaram-se frequentes.

A complexidade dos nós históricos do momento emaranhava um Estado com economia pulsante no setor da indústria em vários segmentos, conseguindo alta arrecadação. Santa Catarina conseguia um bom desempenho frente a outros estados, num momento econômico delicado no país. Os descontentes com a política administrativa da época afirmavam que esse desempenho deveria ser recompensado com repasse dos tributos arrecadados às regiões. A má distribuição pode ser explicada pela deficiência do modelo tributário vigente até 1988. O modelo de administração política teria de sofrer modificações, adequando as necessidades das demais cidades de Santa Catarina, comportando seus pedidos, e assim, afastando o plano polêmico para a transferência da Capital.



CAPÍTULO 1

A CAPITAL QUESTIONADA

“Mais cedo ou mais tarde a Capital deverá sair de Florianópolis, acho oportuna a discussão.”³ Foi com essa frase que Raimundo Colombo, prefeito recém-eleito de Lages em 1988, posicionou-se sobre um assunto lançado na elaboração da Carta Constituinte naquele mesmo ano. Transferir a Capital para Curitiba foi, desde o início, tema polêmico, que encontrou diversas formas de resposta, desde o deboche de jornalistas até ser tomado como assunto preocupante e sério que tratava não simplesmente de uma mudança da sede administrativa, mas sim, de preservar o futuro de Florianópolis, antevisto como problemático por questões ecológicas, como também urbanísticas.⁴

Florianópolis é a Capital do Estado de Santa Catarina e a historiografia catarinense sempre a descreveu assim. Mas, como se verá, os projetos de futuro nunca concretizados, exerceram forte influência nas opções políticas escolhidas para seu desenvolvimento. Não longe disso, jornais, revistas, os programas de televisão sempre reproduziram a mesma coisa, ou seja, a posição de Florianópolis como Capital não é

³ Troca da Capital divide opiniões. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 27 jul. 1989.p. 17.

⁴ Assim escrevia Prisco Paraíso, famoso colunista político do Jornal Diário Catarinense: “ainda bem que votaram contra a construção de uma usina nuclear em Santa Catarina, pois depois da proposta de transferência da capital para Curitiba todo cuidado é pouco”. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 30 jun. 1989. p.18.

questionada nos mais diversos veículos de comunicação e informação. Mas o fato de Florianópolis ter sido sempre a Capital, não torna sua história uma folha lisa e sem rasuras. Se os possíveis centros formadores de crítica à memória nunca discutiram ou evidenciaram a existência de projetos que debatiam e problematizavam a situação da sede administrativa do Estado, então é passada a hora de olhar o *status* de capital da Capital de Santa Catarina sob outra perspectiva.

1.1 - A Capital histórica contra a Capital moderna

De fato o que o esquecimento desperta nessa encruzilhada é a própria aporia que está na fonte do caráter problemático da representação do passado, a saber, a falta da confiabilidade da memória; o esquecimento é o desafio por excelência oposto à ambição de confiabilidade da memória (RICOEUR, 2008; p. 425).

A historiografia tradicional de Santa Catarina operou a elaboração de uma memória histórica que situa a Capital, Florianópolis, como centro de um enredo que descreve a formação do território estadual e de suas fronteiras. Desde os tempos coloniais, quando da Capitania de Sant’Ana, passando pela Província de Santa Catarina, durante o Império, a vila, depois cidade de Desterro e, finalmente, Florianópolis, na República, foi protagonista de uma sucessão de eventos marcantes. Contada e recontada, essa História jamais se aprofundou em um tema polêmico: as tentativas de transferência da sede administrativa. Essas tentativas geralmente queriam que a Capital fosse retirada de Florianópolis e implantada em lugar no centro do Estado.

Existe, de fato, uma historiografia que tentou lidar com as inconstâncias e as quebras de ritmo, ao problematizar as fissuras que a historiografia tradicional⁵ possa ter negado. O objetivo aqui não é, de forma nenhuma, desmentir esta historiografia tradicional, mas demonstrar que a posição de Florianópolis como Capital do Estado esteve sujeita, ao longo de diferentes períodos, a investimentos políticos e a tensões sociais em virtude de questionamentos, nem sempre evidentes. Existem trabalhos que demonstram a abertura para novas perspectivas que colocam em evidência uma possibilidade de novas interpretações que não são condescendentes com as memórias soterradas pelas versões mais concentradas em uma verdade irrefutável. Essas perspectivas ressaltam os projetos e ideias que pretenderam transferir a Capital para o centro do Estado e mostrar como esta situação é eivada de disputas simbólicas e políticas. E foi com base nessa historiografia que os primeiros indícios de que Florianópolis havia passado por momentos de reprovação puderam ser descobertos.

É necessário uma separação entre os estilos de trabalhos desenvolvidos e que tinham a cidade de Florianópolis como seu foco. Entre os nomes da historiografia catarinense tradicional cabe citar os de Walter Fernando Piazza e Oswaldo Rodrigues Cabral. A influência destes dois historiadores e, conseqüentemente, a criação de certa memória histórica catarinense remete à criação da Faculdade

⁵ Segundo Janice Gonçalves em linhas gerais a separação entre uma “historiografia tradicional”, e uma “nova historiografia” teria sido buscada por esta própria “nova historiografia”. GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século xx**. 2006. 2 v. : Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo.

Catarinense de Filosofia, com funcionamento a partir de 1955, e o curso de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1975. Além disso, deve-se atentar para a influência do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) na formação de instituições e na guarda de um acervo voltado para a propagação de certa história oficial.

Aquela que pode ser chamada de “nova escola” de historiadores só começa a produzir seus trabalhos a partir da década de 1980. Até esse período a História de Santa Catarina está atrelada aos chamados “tradicionais”, e é deles que parte a escrita da História de Florianópolis que, no caso de Cabral, tinha o intuito de destacar aquilo “que não costuma frequentar as páginas da história, ao lado de figuras importantes de farda e anel.” Ao contar a história de Florianópolis e seus costumes, o autor elabora uma narrativa progressiva e linear: “esta é a história de uma vila, de uma cidade velha, de ruas estreitas e sujas”. O fio condutor segue reconhecível através dos capítulos de um de seus livros mais famosos, com episódios sucessivos, como “o largo da matriz vem a ser praça – e a praça, o coração da vila”, segue formando a imagem de uma cidade crescendo, “as vielas tornam-se ruas, calçam-se, vestem-se de prédios.” Já na metade do livro o Capítulo 7 é intitulado “Afinal os sobrados chegaram e as chácaras apareceram” e, por fim, o título do Capítulo 9 antecipa: “Onde se começa a falar de lojas de fazenda, passa-se à moda e se acaba por falar das indústrias, caseiras e outras” (CABRAL, 1979).

Cabral exemplifica a historiografia que ilustra a capital tradicional. Esse revestimento sobre Florianópolis e sua característica de cidade histórica, antigo ponto de entrada para os futuros ocupantes do

Estado, seria tomado futuramente, em 1991, por Walter Fernando Piazza, que seria recrutado para dar sua opinião como historiador a respeito da transferência, ou seja, a qualidade de Florianópolis que asseguraria sua posição como sede administrativa e política seria sua História. Essa questão será retomada em seguida.

Após a década de 1980 os procedimentos da pesquisa historiográfica em Santa Catarina avançaram e não cabe aqui a discussão de suas minúcias.⁶ É necessário sim, acentuar as possibilidades não só explicativas, mas a necessidade de novas perguntas. A consequência disso é a mudança concreta dos estilos narrativos na historiografia catarinense. Nessa virada de estilos e numa inserção aos novos problemas da história, a partir dos anos de 1980, certa ordenação do tempo histórico coloca Florianópolis em questão e surgem novos problemas que são respondidos pelos novos historiadores.

De certa maneira, os historiadores tradicionais como Oswaldo Cabral defendiam o argumento histórico de que a Capital sempre havia sido Florianópolis, portanto, ela deveria permanecer aqui, e não haveria espaço para discussões. Os diálogos sobre mudar a Capital que problematizaram a posição geográfica e as funções político-administrativas só se tornam mais latentes no campo político entre os deputados estaduais que apresentaram e discutiram a ideia de mudança. Mas algumas fissuras a respeito da falta de legitimidade de Florianópolis como Capital foram expostas quando surgiram trabalhos

⁶ GONÇALVES, Janice. Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. 2006. 2 v. : Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo, 2006. p. 24.

acadêmicos que evidenciavam tensões políticas na cidade, derivadas da existência, ao mesmo tempo, de uma cidade que era considerada atrasada, mas queria ser desenvolvida, ao passo em que surgiram vozes a reclamar a manutenção de suas características tradicionais, entendidas como a base de uma pretensa cultura própria, bem como suas características naturais.

Houve autores que situaram em perspectiva a imagem que os florianopolitanos faziam de seu futuro. Em meados do século XX, a cidade foi alvo de questionamentos quanto às suas possibilidades futuras, dada a sua dinâmica econômica frágil, o que a deixava em uma situação de instabilidade enquanto Capital. Na década de 1960, Florianópolis passava por uma fase de provação. A cidade parecia parada no tempo. A agricultura e a pesca não surtiam mais efeito, bem como não supriam as necessidades de uma economia dinâmica necessária a uma cidade que sonhava crescer e tornar-se moderna. Sem uma economia forte que sustentasse os cofres públicos e que trouxesse condições de responder ao seu crescimento urbano com investimento, a Capital começou a ser alvo de questionamentos, na comparação com outras cidades do Estado que conseguiam melhor desempenho econômico.

Com a dependência aos recursos públicos, encontrar um nicho econômico que fortalecesse a Capital e a tornasse independente, mais ainda, que a tornasse um modelo a ser seguido pelas outras cidades do Estado, passou a ser indispensável para manter sua condição de Capital do Estado. O questionamento da posição da Capital, que ainda buscava uma solidez econômica, ressalta a perda de influência de seus agrupamentos políticos predominantes. O jornal *O Estado* alertou, em

26 de Janeiro de 1962, todos aqueles que questionavam a sede da administração: “Florianópolis cresce a olhos vistos, e cresce de maneira incontestável em todos os seus setores, atraindo a atenção de outros Estados" [...] "a Capital está aqui imutável (sic), aqui plantada e enraizada, seja para mudar-se para onde for ... daqui não sai".⁷

A mensagem era dada por um dos principais veículos de comunicação daquele tempo, e denunciava que a cidade estava passando por um período onde sua posição como Capital era questionada. Porém, essa não foi a primeira e nem a última vez que a condição de Florianópolis como Capital do Estado fora levada à público. Naquele mesmo século, as redes de influência política situadas na cidade foram mobilizadas para assegurar as condições para que permanecesse como Capital. No início do século, o conjunto de reformas urbanas que envolveram, inclusive, a construção da Ponte Hercílio Luz, ocorreu, entre outros objetivos, para a concretização de projetos que assegurassem a permanência da Capital em Florianópolis:

Quando se fixar lucidamente a história do actual período **administrativo** – (grifo meu) - , em Santa Catarina, ninguém lhe tirará o título de Governo realizador. O sopro intenso de renovação, que corre o Estado no último quinquênio, o surto maravilhoso de prosperidade e progresso, a par da culminância moral que atingiu na federação brasileira, possibilitam a este torrão abençoado, o esplendor futuro, que o esta mercê da obra [?], patriótica e energia do [?] de homens que é o Sr. Hercílio Luz. [...] a Ponte Independência que será uma das mais bellas do

⁷ LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana Florianópolis, 1950 a 1970.** 2002. Tese (doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, UFRGS. Porto Alegre/RS. p. 93.

continente americano, representa pelos valores da sua construção e pelo remate feito a insularidade e isolamento de Florianópolis, não só uma obra sumária, gigantesca, porém oportuna, utilíssima. O dilema justo de que se faria a ponte, ou mudasse-se a capital, revela a clarividência do grande [?] orientador dos nossos destinos. [...] Parece-nos o coroamento dos serviços inadjectiváveis com que o Governador de Santa Catarina, laborioso e intrépido, na sua verde velhice, oferece as gerações desinteressadas de hoje e amanhã, que lhe [?] o nome e farão justiça a sua obra.⁸

Os projetos para a transferência da Capital permaneceram em suspenso, mas essa perspectiva foi muitas vezes usada como meio para angariar legitimidade e recursos públicos, além de viabilizar riquezas privadas. Nota-se, portanto, ser necessário levar em conta essa possibilidade para compreender iniciativas diversas ao longo do século XX.

A investigação e busca por fontes que tornassem mais concreto um trabalho envolvendo os projetos para a mudança da Capital do Estado levou a um documento que evidenciou a importância histórica da questão, além de demonstrar que a ideia que iria ser transformada em polêmica nos primeiros anos da década de 1990, possuía raízes muito mais antigas. Trata-se do projeto lei nº 44, de 20 de setembro de 1915, elaborado e assinado pelo Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina. O documento expunha uma ordem para que se construísse no interior do Estado em “posição convenientemente escolhida pelo governo, mediante as obrigações e formas mencionadas nesta lei” um novo município totalmente planejado, cujas plantas, desenhos e cálculos

⁸ Ponte Independência. **Jornal República**, Florianópolis, 02 fev. 1924, p.1.

deveriam ser expressamente elaborados. O que mais chama a atenção é em especial o artigo 3º da referida ordem, que diz o seguinte: o novo município deverá ter “ligação por viação férrea e estradas de rodagem [...] com as diversas vias de comunicação e com as principais localidades do Estado”. Além do que, “todas as condições indispensáveis, e melhoramentos exigidos por uma cidade **moderna** (grifo meu)”. Se a ordem ainda permanecia inconclusiva para qual finalidade uma nova cidade seria construída do nada, e o que é o mais especial aqui, uma cidade totalmente planejada, o artigo 4º não deixa mais dúvida: “no prazo de quatro anos, após concluir os estudos definitivos, o concessionário obriga-se a entregar a nova cidade [...] para que nela seja transferida a Capital do Estado.”⁹

Apresentar este documento é fundamental, pois é possível localizar uma trajetória histórica da ideia de transferência da capital, e ligá-la à sucessão de eventos que fizeram parte da História de Florianópolis e ajudaram a conservar a capital nesta cidade, passando pela construção da Ponte Hercílio Luz na década de 1920, que pretendia findar o isolamento da ilha, juntamente com os problemas de legitimidade sofridos nas décadas de 1960 e 1970¹⁰, culminando com os acontecimentos de 1989 quando o assunto da transferência retorna com

⁹ Projeto Lei. Florianópolis, 20 de setembro de 1915. Livro: 4567, nº 44, p. 82-85.

¹⁰ Além da já citada tese de doutorado do Prof. Reinaldo Lindolfo Lohn que trata brevemente em alguns casos da falta de legitimidade que Florianópolis sofria com alguns momentos de crise na economia doméstica, pode ser mencionado meu Trabalho de Conclusão de Curso a respeito da ocupação urbana em Florianópolis, que foi fomentada por uma política de investimentos públicos no norte da cidade, trazendo a grande valorização daquela região com o turismo e a construção civil, dando assim, capacidade para que Florianópolis possuísse uma vertente econômica para ser explorada.

força total. Ou seja, percebe-se uma persistência sobre o assunto, demonstrando que as inquietações sobre a posição da sede administrativa entraram na pauta política em pelo menos três vezes no século XX.

O fortalecimento da posição de Florianópolis como Capital deu forma às características que a cidade tomou ao longo do tempo, muito mais do que os olhos podem perceber. No caso da construção da ponte Hercílio Luz, que como visto para o período, foi uma obra grandiosa e tinha como um dos objetivos fazer permanecer a sede administrativa na cidade, cabe acentuar que as terras na parte insular onde a ponte fora construída eram de propriedade privada e foram trocadas pelo município por um terreno na região Norte. O que fica como questão importante é que a área do terreno da cabeceira da ponte tem pouco mais de 1000 metros quadrados, e a área pelo qual foi trocada possuía mais de 3,5 milhões metros quadrados. O assunto sobre a troca dos terrenos foi pesquisado por arquitetos e urbanistas e discutido em fóruns sobre o tema, gerando trabalhos neste campo de pesquisa. Um desses trabalhos cita que, futuramente, essa área foi vendida para membros da família Ramos, família oligárquica do Estado de Santa Catarina. Essa região deu origem ao que seria o maior loteamento de Florianópolis, o Loteamento Praia do Forte, que teve como projetista o arquiteto Oscar Niemeyer. Essa região, para ser valorizada, requereu grande investimento e consumiu boas quantidades de recursos do Estado entre 1970 e 1990 como os acessos das vias SC-401 e SC-403. Essas obras provocaram a transformação radical do Norte da cidade, tanto que em 1985 foi promulgada a lei municipal de ocupação dos balneários, pois

até então todas as terras do município eram consideradas rurais.¹¹ A cidade sofreu uma transformação radical, deixando sua paisagem rural para trás, e encontrou nas formas urbanas a tão sonhada modernidade que queria. A troca das terras onde se situa a cabeceira da Ponte Hercílio Luz pelas terras do Norte influenciou o crescimento da cidade, sob a justificativa de garantir a Capital em Florianópolis: primeiro a construção da Ponte Hercílio Luz que, como mencionado, retirou a cidade do isolamento com o continente e, segundo, iniciou uma atividade que se tornaria uma das bases de sua economia: a construção civil.

Nos debates ocorridos na Assembleia Legislativa, 74 anos depois, debates estes que se estenderam durante o ano de 1989 e discutiam a transferência da Capital, o assunto predominante eram os mesmos do acima citado projeto lei de 1915. Os agrupamentos políticos que predominam em Florianópolis defenderam e, assim, defenderam-se, de várias maneiras, a condição da cidade como sede da administração do governo catarinense.

Ao percorrer alguns dos momentos dessa deslegitimação que Florianópolis sofreu (ou ainda sofre) percebe-se que está em jogo mais do que a simples troca de lugar da sede administrativa, mas sim, uma demanda por serviços públicos que as cidades mais afastadas do litoral não conseguiam obter. O que se pretende então é trazer o assunto à luz

¹¹ Os objetivos do DOCOMOMO são a documentação e a preservação das criações do Movimento Moderno na arquitetura, urbanismo e manifestações afins. SEMINÁRIO DO_CO,MO.MO_BRASIL,7.,2007, Porto Alegre. **Ecos de Brasília:** Loteamento “Praia do Forte” Florianópolis/Ilha de Santa Catarina/Brasil. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%207%20pdfs/055.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2013.

da crítica histórica. Se a História pretende ter algumas funções principais, talvez uma delas seja desfazer e refazer a própria História como se vivêssemos em constante criação e destruição.¹²

Os registros sobre a chegada dos primeiros moradores situam a Ilha de Santa Catarina junto com São Francisco do Sul como os lugares mais antigos de concentração de pessoas. O povoado logo se desenvolveu com os fortes de defesa e, por assim dizer, a concentração militar, tornando-se um ponto de referência para os navegadores. O comércio, e depois o porto que se instalou na ilha, se não deram a ela logo de início o *status* oficial de Capital, mas fizeram da cidade um ponto importante, que logo transformaria o povoado e sua popularidade em oficialidade, nascendo assim, a Capital do Estado. Desde então, assim se manteve, aos ouvidos daqueles que, de quando em quando, sempre questionavam seus status sempre ecoava esse passado histórico, pois: *a terra é mais que boa, quem disser o contrário mente*.¹³

Os desdobramentos para mantê-la como Capital, desde o projeto lei de 1915, mostraram-se bem sucedidos. O isolamento foi resolvido com a construção da ponte e os problemas econômicos foram dirimidos graças ao novo ramo de atividades, com a exploração imobiliária. A esta seria somada, com o passar do tempo, o turismo, que

¹² Castoriadis entende que o histórico, o social e o tempo são fatores de uma mesma formula que separamos apenas por questões de tradição da linguagem. A História como fator indissociável do tempo sofreria constantes mudanças, levando inclusive a Castoriadis fazer uma conclusão que ele chama de nefasta: “Como podemos escrever, à “erosão”? As estruturas, parece, gastam-se à força de servir. Curiosa propriedade do tempo, permitindo-lhe sem nada ser, sem nada estabelecer, sem fazer ser nada, erodir o que é. O pensamento selvagem está sempre entre nós.” CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição social do tempo**. p. 252, 253.

¹³ CORREA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis**: ilustrada - Nossa Senhora do Desterro. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.p. 359, 360.

se iniciou e fortaleceu principalmente a partir das décadas de 1970 e 1980. Pode-se dizer que esses últimos dois itens, a especulação e turismo, complementaram-se.

A partir dos jornais foi possível a localização do retorno do debate nos anos de 1988 e 1989, onde outro problema fez o assunto de mudança da Capital transcender as paredes e muros da política, chegando ao debate público. O ano de 1988 foi marcado pela aprovação da Constituição Federal, que consolidou algumas das expectativas do processo de redemocratização que se desenrolavam desde a década anterior. A Constituição respaldou a distribuição do poder aos Estados que, por sua vez, deveriam elaborar em seguida suas próprias constituições. A Carta Magna regularizou o sistema eleitoral que havia sido montado, com eleições diretas em todos os níveis dos poderes Executivo e Legislativo. Em 1989 é realizada a primeira eleição direta para presidente depois de quase trinta anos.

Nesses dois anos, portanto, esperanças que haviam sido acumuladas foram renovadas, mas novos problemas surgiram, em especial, o que ficou conhecido na época como uma questão de governabilidade. Novos dispositivos fiscais e demandas criadas pela Constituição trouxeram questionamentos acerca da gestão do Estado e da eficiência administrativa. Estados e Municípios ganharam novas atribuições e participação no conjunto das receitas públicas. Imprensa e governantes passaram a discutir o “bem administrar” em meio à hiperinflação e intervenções econômicas inócuas.

O que trouxe à tona novamente, no final da década de 1980, aquela ideia sobre transferir a Capital, foram questões relativas à gestão político-administrativa do Estado. A gerência do Estado sofria de

algumas ineficiências. Esses aspectos serão mais bem desenvolvidos nos capítulos seguintes, o que chama a atenção nos debates colhidos para a elaboração desta dissertação é como eram defendidas e atacadas as ideias sobre a transferência. A investigação tornou possível encontrar certa tensão naquilo que podemos chamar de “a capital atrasada contra a capital moderna”.

1.2 - A Capital moderna contra a Capital histórica

Uma das questões que envolveram o debate para transferência da Capital concentrou-se nas qualidades de Florianópolis, idealizadas a partir de suas belezas naturais, mais principalmente sobre sua origem histórica. Existia nesses debates uma disputa entre duas cidades. A capital atrasada, onde prevalecia um discurso que falava a respeito dos defeitos de Florianópolis, principalmente a insuficiência econômica, e a capital moderna, na qual aparecia a crítica a seu crescimento desordenado. Esse olhar preocupado sobre como a Capital iria enfrentar os próximos anos de existência, colocava em perspectiva um possível futuro caótico que envolvia o desenvolvimento urbano da cidade. Nas qualidades que se chocavam, as vezes o que era ressaltado, era a Florianópolis de belezas naturais, quando se apelava para a sua “vocação turística”, sua pretensamente rica História, sempre citada com ênfase em suas glórias virtuais, desde sua fundação até todos os obstáculos superados. Portanto, para a lógica que era contra a transferência, a Capital em Florianópolis era algo que dizia respeito às tradições de Santa Catarina e assim deveria permanecer.

Esse duelo de justificativas, contra e a favor da mudança, equilibrou-se na fina linha entre opinião e memória. Para Pierre Laborie

a opinião é um processo, um movimento em evolução permanente influenciado por múltiplos fatores, mas que exprime uma relação com o tempo e dele decorre:

Ela depende obviamente, do contexto e das categorias utilizadas, mas também dos regimes de temporalidades, das representações cruzadas entre passado, presente e futuro. O sentido que a memória dominante — ou as diversas memórias sociais — dá ao passado intervém de maneira decisiva nas representações que a opinião faz do presente. Eis porque nenhum fato de opinião poderá ser corretamente apreendido, elucidado, se for tomado por si só, artificialmente destacado da espessura do tempo e de seu ambiente mental-emocional.

Laborie acentua as dificuldades em abordar a memória, mas compreende que esta mantém interações com seu tempo e seus diferentes usos sociais:

comporta múltiplos usos e empregos, acarretando por vezes confusão e mudança de sentido. O mais importante ao menos [...], o mais frequente na linguagem memorial-midiática, é a perniciosa equivalência disseminada entre memória e história, e a falta de distanciamento crítico entre a memória e seus usos. (LABORIE, 2009. p. 84,85).

Quando da última tomada de debates parlamentares e na imprensa acontecidos em 1991, o argumento de que Florianópolis não poderia deixar de ser Capital por ser uma cidade que se confundia com a própria História do Estado Santa Catarina, foi constantemente utilizado e ilustrado pelos jornais. Sergio Grando, então do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Deputado Estadual e autor de uma emenda que pretendia suprimir a disposição transitória para votação de um

plesbício onde os catarinenses decidiriam o destino da Capital, afirmou este aspecto como um dos principais pontos em defesa de Florianópolis:

Como autor da Emenda Constitucional, entendemos haver cumprido o dever de **consciência** – grifo meu. Estamos absolutamente convencidos de que a mudança da Capital carece de razões históricas, além de ser economicamente intempestiva.¹⁴

A defesa de Grando foi compartilhada, em vários momentos, por outros tantos nomes em vários documentos que cobrem o assunto da transferência da Capital. Uma análise sobre o conteúdo destes debates revela a disputa entre essas duas capitais, aquela que era histórica, foi fundada por navegadores, ocupada pelos militares, parada importante para os navios, mas que também era vista como atrasada, uma cidade sem perspectiva de crescimento econômico, e modestamente urbanizada. Essas representações sobre a mesma cidade/Capital competiam, hora pela sua permanência, hora pela sua transferência.

A questão “histórica”, por exemplo, podia mudar de lado, conforme fosse o seu articulador. O prefeito de Curitiba em 1991, Ulysses Gaboardi Filho (PMDB), que era a favor da transferência, justificava que se a mudança ocorresse isso seria um fato positivo para Florianópolis, pois, segundo ele, não só as belezas turísticas como também os monumentos históricos antigos poderiam ser mais bem preservados, já que com o crescimento urbano da cidade esse patrimônio poderia ser prejudicado e completava: “não podemos esquecer que

¹⁴ GRANDO, Sergio. Em defesa do Estado. **Diário Catarinense**. Florianópolis. 21 ago.1991. p.6.

Florianópolis fica numa linda ilha que precisa ser conservada”.¹⁵ Ser uma cidade histórica, então, servia conforme o gosto e a defesa dos discursos e, entre outros argumentos, a questão ecológica também era reivindicada.

As opiniões relacionando questões ecológicas estavam passando por grande ênfase naquele momento, pois os preparativos para o evento Eco 92 colocavam em perspectiva e em debate vários assuntos ligados a esse tema. A “vocação natural” de Florianópolis, como se dizia em 1991, era um discurso recorrente, porém enunciado desde muitos anos antes. Investimentos da iniciativa privada eram fundamentais para a dinamização da capacidade econômica da cidade, no entanto, o zelo que existia para que as paisagens naturais fossem preservadas pareciam atrapalhar esses planos. Aqueles que se colocassem no caminho destes investimentos eram chamados de “inimigos da cidade”. Esses inimigos seriam todos aqueles que, no decorrer dos anos passados, tolheram qualquer estímulo à construção de hotéis e marinas entre outras obras particulares que fariam Florianópolis crescer. Mesmo em 1991, esses dilemas apareciam nas páginas do jornal *O Estado*, colocando o assunto em questão e demonstrando que, naquela década, crescer, ainda era uma meta importante. No Jornal O Estado, uma matéria reclamava a respeito da falta de visão que defensores ecológicos possuíam ao quererem impor suas questões. Segundo a matéria existiria um grupo de empresários “de fora” que estaria disposto a colocar um “basta naquela estagnação” que a cidade vivia. O grupo foi chamado de “amigos da cidade” e esses amigos iriam “bater com força nos inimigos da cidade,

¹⁵ Gaboardi critica a emenda de Grando. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 31 ago. 1991. p. 8.

agentes do atraso, que ainda não haviam percebido que a pior de todas as poluições é a miséria.”¹⁶ O assunto dizia respeito justamente à necessidade de investimentos para a melhoria das capacidades econômicas da Capital, mas que colocava em outra mão o preço a se pagar pela construção de hotéis e marinas, já que envolvia a destruição da paisagem natural das praias.

Como se nota, existe um paradoxo nas representações expostas pelos jornais sobre o que de fato tornou-se importante para Florianópolis. De um lado, a necessidade premente da modernização, seja ela entendida como a urbanização de áreas do interior da Ilha de Santa Catarina ou as reformas urbanas, do outro a defesa arraigada a respeito da condição de cidade histórica, interpretada ora como qualidade, ora como defeito. A Capital moderna confrontava-se com a Capital histórica, e justamente um dos expoentes da disciplina de História no período, trazia este elemento como um fator indispensável para a discussão sobre a transferência da Capital.

Em artigo para o *Diário Catarinense*, o historiador, professor e Vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Walter Fernando Piazza, opinava sobre a questão. Piazza colocava-se contra a transferência e, para ele, a posição favorável à mudança da Capital entre alguns deputados, significava a falta de conhecimento sobre a História, não apenas a de Florianópolis, mas a de toda Santa Catarina. Relembrava que as tentativas anteriores haviam sido frustradas devido ao custo que envolvia a situação. A respeito da posição geográfica da Capital, que era um dos argumentos defendidos para a transferência, para um ponto central do território estadual, Piazza dizia

¹⁶ Os inimigos da cidade. **O Estado**. Florianópolis, 25 out. 1991. p. 2.

que o Oeste de Santa Catarina havia crescido com altos custos para os cofres públicos, pois para isso necessitou de aberturas de vias e serviços públicos. Assim sendo, o desempenho da região Oeste significava também sua autonomia, e Piazza reafirmava que apoiar a transferência era não ter conhecimento sobre a História.¹⁷ Ao associar a autonomia do Oeste catarinense aos investimentos do governo, mas também ao seu desempenho frente ao Estado, Piazza justificaria então, a não necessidade de uma Capital no centro de Santa Catarina e, mais ainda, de que aquela região tivesse sido preterida ao longo da História. Para compreender esse embate entre histórico e moderno, atrasado e avançado, em que as representações expostas pela mídia se contradizem, Laborie propõe imposições para a prática da História:

a memória e seu campo afetivo prestam-se, enfim, aos processos de sacralização, ponto de partida da cegueira, dos desvirtuamentos, das usurpações anacrônicas do presente na compreensão do passado. O historiador é também cidadão... daí serem frequentes as contradições difíceis de superar, os problemas conhecidos e sem dúvida impossíveis de resolver no absoluto. Se não se trata de opor de maneira estéril a história à memória, é sabido que a natureza, o sentido e as funções dessas duas noções marcam diferenças notórias na restituição e retranscrição do passado. Os usos que a memória às vezes faz do passado obrigam-nos a relembrar aqui um mínimo de exigências elementares para a prática da história como disciplina. (LABORIE, 2009; p. 86,87.

¹⁷ Historiador rejeita ideia. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 11 ago. 1991. p. 25.

Tanto Piazza quanto Cabral devem ser compreendidos como historiadores que respeitavam as regras vigentes da escrita e dos padrões narrativos de sua época, os quais deveram grande parte de sua influência ao cientificismo do século XIX e uma de suas filosofias da História mais difundidas, o positivismo (WOLFF, 1994, p. 5-15). Também situam-se em uma época na qual a narrativa inteligível seria aquela que explicaria as origens e as linhagens familiares e políticas mais importantes que estruturaram a vida da Capital e dos catarinenses. O artigo de Piazza é finalizado com a afirmação de que, para uma transferência da Capital, seria “necessário conhecer a evolução dos fenômenos sociais, econômicos e políticos de Santa Catarina”.

Esta última consideração de Piazza deve ser destacada no conjunto das discussões em torno do tema da transferência. As posições contra ou a favor da transferência buscavam munir-se de argumentos que, no todo, pouco diferiam, mas invertiam os sentidos conforme os interesses na questão. Uma Capital histórica servia para defender a permanência de Florianópolis como Capital, ao acentuar suas características de cidade histórica e sua tradição política, mas também esse argumento era usado para propor a transferência, pois calculava-se que, com o crescimento urbano, Florianópolis sofreria os efeitos colaterais desse processo.

As oscilações no debate Capital moderna e Capital atrasada aglutinam questões políticas e econômicas, pois a necessidade de manutenção do *status* de Florianópolis correspondia a uma vontade política e isso ficava evidente nos investimentos públicos para que a sede administrativa permanecesse na cidade, e também era uma questão econômica, pois tais recursos públicos seriam indispensáveis à

consolidação da cidade como centro turístico, o que correspondia ao enriquecimento empresarial que, por sua vez, segundo Patrícia Zumblick Santos May, confundia-se com a atuação de agentes no interior das redes de interesses político-empresariais (MAY, 1998, p. 140-150). O debate mobilizava tanto políticos, quanto empresários e intelectuais. Mas avançando as questões, sobretudo a última tentativa de transferência, pode-se notar que os argumentos começaram a se tornar mais densos, do que o dilema “moderno contra atrasado”.

1.3 – Mobilizações políticas: lembrar e esquecer

Em alguns momentos, esses debates corresponderam a uma espécie de teatro de sombras, no qual as falas mais escamoteavam do que revelavam acerca dos interesses envolvidos na questão. As questões urbanas de Florianópolis, os interesses de grupos políticos que atuavam em nome do regionalismo como força política mobilizadora e as disputas pelos recursos disponibilizados pelo Estado que poderiam viabilizar negócios e projetos privados aparecem sob uma retórica não muito clara. Cláudia Viscardi analisa que o regionalismo pode ser compreendido como *“comportamento político de defesa de interesses por atores que compartilham uma identidade historicamente construída”*. Atua como elemento unificador e mobilizador de interesses na disputa política. Muitas vezes, *“pode ser apresentado de forma encoberta por outros elementos de unificação de interesses”* (VISCARDI, 1995, p. 39-56).

Onofre Agostini era do Partido da Frente Liberal (PFL), agremiação que aglutinou os políticos que haviam apoiado a ditadura,

mas que procuraram posições mais confortáveis para atuar nas novas oportunidades abertas ao longo do processo de redemocratização, inclusive como base de apoio a Tancredo Neves, eleito no Colégio Eleitoral em 1985. Agostini pretendia que, aprovando o plebiscito, e se a transferência também fosse aceita pelos eleitores catarinenses, existiria um prazo de 20 anos para fazer a mudança, assim nada seria feito sem planejamento, tornando a ida para Curitiba menos traumática, e planejando todos os quesitos necessários. O Deputado, nascido no Rio Grande do Sul, fez com sua família a trajetória de milhares de outros sul-rio-grandenses que, na primeira metade do século XX, migraram para o Oeste dos Estados de Santa Catarina e do Paraná. Uma fronteira agrícola fora aberta após a resolução institucional do conflito do Contestado, o que envolveu uma querela solucionada em 1915, com o acordo de limites entre os governos catarinense e paranaense. A negociação, que ocorrera durante muitos anos no âmbito dos tribunais, foi acelerada e resolvida politicamente quando do levante popular entre 1912 e 1915 que envolveu milhares de camponeses pobres, com a inspiração dos chamados monges santos e, posteriormente, sob a condução de líderes rebeldes que organizaram “ajuntamentos” nos quais vicejou formas de organização social próprias, baseadas em mecanismos de uma “economia moral”, e que ameaçaram os grupos políticos locais e a própria jurisdição do Estado naqueles territórios.¹⁸

Depois de resolvido o conflito, com a vitória militar das forças governamentais e a subjugação dos rebeldes, obrigados a perderem suas terras e a submeter-se à exploração de sua força de trabalho, a região

¹⁸ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: UNICAMP, 2004. 397p.

que tocou a Santa Catarina na partilha foi administrada por uma junção de interesses de companhias colonizadoras que atraíam colonos do Estado do Rio Grande do Sul, em geral com origem étnica europeia, com lideranças políticas articuladas às forças partidárias predominantes no litoral. Um momento de constituição da região Oeste e que pode ser caracterizado como marco de suas problemáticas relações com a Capital do Estado, foi o da chamada “Bandeira de Konder”, quando uma expedição comandada pelo então Governador Adolpho Konder, em 1929, que foi a primeira viagem governamental àquela extremidade do território de Santa Catarina. Para Arlene Renk, aquele foi um “rito de instituição” que legitimou um modelo de ocupação do território, ao passo em que investiu na identificação do Oeste como um espaço voltado para um certo *ethos* decorrente da presença de imigrantes de origem europeia. A região constituiu-se pela afirmação de uma diferença e de certas peculiaridades que aparecem como se fossem homogêneas desde então, em favor de identificações constantemente mobilizadas (RENK, 2005, p. 109-127).

Desde então, a pequena produção rural predominou, mas a partir da década de 1940 alguns empreendimentos do ramo de beneficiamento de alimentos, principalmente da carne de porco, ganharam um importante destaque econômico que corresponderia à força política que adquiririam em proporção cada vez maior. Empresas agroindustriais sólidas, com fortes vínculos políticos e predomínio regional, passaram a defender os interesses da região no interior dos partidos políticos que organizavam as relações políticas em Santa Catarina. A dificuldade de liames da região com o litoral e, em particular, com a Capital, seria motivo para muitos investimentos

políticos, administrativos e simbólicos ao longo do século XX. Na década de 1940, devido às difíceis condições de integração e à posição estratégica na fronteira com a Argentina, a região chegou a ser desligada de Santa Catarina e compôs Território Federal do Iguaçu. A experiência duraria pouco tempo, mas demonstra o quanto o tema suscitou diferentes possibilidades com o passar do tempo.

O aumento do tamanho do Estado e a diversificação de forças políticas regionais constituiria, ao longo do século XX, um território estadual dividido em polos regionais que atuam como verdadeiras Capitais em seus núcleos de influência. No caso do Deputado Agostini, sua Capital era a cidade de Curitiba, da qual fora prefeito durante a ditadura. O município fora o epicentro do conflito do Contestado e deveria, na proposta do Deputado, sediar o centro administrativo e político de Santa Catarina.

Mas haviam outros fatores a complicar o quadro. O custo da transferência deveria ser balanceado e comparado ao custo da permanência. Num momento de crise econômica e de discussões abertas sobre as condições das finanças públicas, até então mantidas fora alcance da sociedade durante o regime autoritário, era um tema a ser considerado e questão mobilizadora de interesses. O custo da transferência significava quanto os cofres públicos teriam de desembolsar para fazer a mudança da Capital. O custo da permanência seria quanto dinheiro o governo teria de gastar para que Florianópolis suportasse o peso de ser a sede administrativa do Estado. No início da década de 1990 as obras pela Capital saltavam os olhos de quem a visitava. O custo da transferência aparecia de forma perceptível nos debates, era sempre um argumento bastante usado, aliás, desde 1988. No

entanto, o custo de permanência era omitido e aparecia nos jornais sem se fazer a justaposição entre esses dois fatores. No ano de 1991 foram finalizadas grandes obras, de custo bastante elevado, e que pretendiam tornar a Capital atualizada para suas necessidades. Durante 1991, o Papa João Paulo II estava em visita por várias capitais do Brasil e Florianópolis estava na lista das cidades onde o Papa faria sua passagem. Esse episódio de apenas um dia requereu grande modificação na estrutura urbana e viária da cidade para que a visita do Papa ocorresse sem transtornos, devido ao grande número de fieis católicos que viriam para a Capital participarem das missas.

A administração estadual ainda vivia sob a influência das reformas administrativas introduzidas após a Segunda Guerra Mundial, ainda no âmbito do chamado nacional-desenvolvimentismo. Nas décadas de 1950 e 1960 configurara-se um modelo de planejamento econômico que respaldou um arranjo estatal com diretrizes e programas de ação que orientariam a gestão do Estado. Um projeto político-administrativo que assumiu contornos definitivos ao longo da ditadura militar. Para Ido Luíz Michels aquele era um modelo de gestão pública voltado para a “acumulação de capital, fundamentada, preponderantemente, a partir da ação do agente estatal, via mecanismos de crédito, incentivos, isenções” (MICHELS, 1998, p. 182). Sua principal expressão fora o Plano de Metas do Governo (PLAMEG), na década de 1960, construído no interior das redes político-empresariais, a partir da Federação das Indústrias (FIESC), voltado principalmente para a infraestrutura de transporte e energia e que favoreceriam setores da iniciativa privada politicamente bem posicionados em relação aos donos do poder. Os governos da ditadura ampliaram as ações de instituições

como o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), além das Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC). As agroindústrias geriram diretamente a Secretaria da Agricultura, enquanto para a indústria foram direcionados mecanismos financeiros por meio de fundos públicos. Houve uma privatização do Estado, com resultados econômicos positivos do ponto de vista do crescimento da economia.

A década de 1980 iniciaria uma crise desse modelo que se arrastaria pelos anos seguintes, pelas dificuldades do setor público em assegurar o favorecimento político deliberado para determinados setores. Díficeis condições de competitividade tornaram a economia estadual vulnerável às crises que se aprofundariam naqueles anos e que teriam como resultado a adoção de mecanismos próprios do chamado neoliberalismo, como a redução do tamanho do Estado, privatizações e o corte de gastos em serviços públicos essenciais.

Agravava esse quadro a percepção corrente, em diversos sentidos, segundo a qual a Capital estava distante e isolada do conjunto dos municípios de Santa Catarina. Foi assim, por exemplo, a carência sentida quando, até 1926, ano da inauguração da Ponte Hercílio Luz, a Capital era totalmente desligada do restante do Estado e o acesso era bastante difícil. Qualquer contato, no primeiro quarto de século, exigia paciência para transpor os obstáculos para se chegar até a Capital, ainda isolada do continente. Entre os anos de 1950 e 1970, Florianópolis como Capital era mais uma vez questionada devido a sensação de que a cidade havia parado no tempo frente as outras cidades do Estado. Com o ótimo desempenho industrial vislumbrado pelas cidades do Alto Vale no setor têxtil, o desenvolvimento atingido por Joinville, que contava com empresas de grande porte, como a Fundação Tupy, e no Oeste

catarinense, com a proliferação de empresas do setor alimentício que também possuíam grande expressão, a Capital parecia acanhada quanto ao seu desenvolvimento econômico.

No fim da década de 1980, em meio ao cenário de redemocratização, um momento de convulsões, a morosidade das decisões político-administrativas, juntando a isso a dificuldade de comunicação, quando as comunicações de massa davam constantes saltos tecnológicos, parecia que o Estado patinava no atendimento a serviços de infraestrutura como a simples manutenção de rodovias, além de casos sensíveis como educação e saúde. Os municípios em geral sentiam a falta de zelo dos governos estaduais e isso repercutia como uma ausência da Capital.

Nos anos de 1988 e 1989 a chamada Nova República parecia oscilar entre a mais profunda decepção com o governo do PMDB, presente no Palácio do Planalto e na grande maioria dos Estados, e as esperanças depositadas no novo ordenamento jurídico da nova Constituição e das primeiras eleições presidenciais diretas desde 1960. O Governo Federal completava seus quatro anos dividindo os políticos de seu próprio partido por disputas de poder em meio às negociações para garantir, no Congresso Nacional, um mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney. Nos Estados, os governadores completavam metade de seu mandato e, em grande parte dos casos, enfrentavam problemas de popularidade. No caso de Santa Catarina, o governador Pedro Ivo Figueiredo de Campos enfrentava greves do funcionalismo estadual, particularmente o magistério, além de uma propalada carência de recursos. Nas páginas dos jornais foi possível identificar constantes referências ao desequilíbrio, no caso de Santa Catarina, na correlação

entre o que a economia catarinense gerava de riquezas e aquilo que o Estado recebia em troca em termos de repasses da União.

A transferência da Capital começou a ganhar corpo, pois os membros da Assembleia Legislativa demonstravam preocupação com a chamada opinião pública e, em particular, de lideranças regionais que pressionavam exigindo maior participação nos investimentos públicos em suas cidades.

Na imprensa tornaram-se frequentes as referências à ausência do Estado em situações críticas, particularmente no âmbito dos transportes, com a construção de estradas no interior. Isto é evidente nos jornais e nos próprios discursos oriundos de várias regiões do Estado, nos quais os representantes do legislativo criticam de um lado a desconsideração aos pedidos de auxílio e apoio. Do outro lado, evidenciam certo ressentimento por conta das cidades que contribuíam para o bom desempenho do Estado na economia nacional, num momento tão conturbado de hiperinflação, mas, no entanto, não recebiam em troca a presença política administrativa da Capital com melhorias e investimentos.

As capitais que foram sonhadas no passado para substituir Florianópolis, “foram futuros possíveis que não vieram a ser, [...] impelidos, massacrados”, como aponta François Hartog. Florianópolis é lembrada como Capital e, grosso modo, podemos dizer que isso consolidou uma memória: a de que ela sempre foi a Capital e nunca se pensou algo contrário. Desafiar esta memória significa evidenciar os momentos de contestação a esta posição. Florianópolis, enquanto sede administrativa foi, por diversas vezes, contestada. A ameaça de que seu posto fosse perdido para outra cidade, impulsionou uma constante

necessidade de legitimação, uma luta aguerrida que mudou para sempre a sua própria identidade. Aquela cidade que passou por períodos complicados para ser ocupada e que pareceu, a seus moradores, ultrapassada e vazia, pois “era uma vergonha ter a menor capital do Brasil”¹⁹, teve de se tornar moderna para entre outras coisas, permanecer como posto de Capital do Estado. O fato é que a modernidade que era entendida como sua total urbanização foi também o que se tornou fonte para questionar novamente seu status como Capital.

A necessidade de crescimento urbano, posta como objetivo de sucessivos administradores de Florianópolis, mantém uma estreita relação com o intuito de obter a sua permanência na condição de Capital. Essa ligação é produto da análise historiográfica das fontes deste trabalho, na qual apareceu a questão da oposição entre uma Capital atrasada e uma Capital moderna. A superficial discussão sobre a transferência da Capital na historiografia catarinense revela uma inquietação e um desconforto sobre o assunto. Como a ideia da transferência não se completou, ela acabou esquecida e, por assim dizer, uma parte da memória política do Estado esteve até então perdida.

Eis uma das inquietações, o *esquecimento historiográfico*. A discussão sobre a memória localiza esta investigação num círculo importante de debates. Compreender que o assunto central aqui – a transferência – foi esquecido pela historiografia, constitui um desafio um tanto quanto desconfortável e deve apontar para questionar o motivo do esquecimento.

O esquecimento anda de mãos dadas com vários tipos de memória, inclusive com a memória histórica. Sabe-se que esta

¹⁹ **A Gazeta**. Florianópolis, 30/01/1955, 4.881, ano XXI, p. 1.

compreende um conjunto amplo e variado de agentes e ganha dimensão pelos diferentes meios de comunicação e pela mobilização do poder dominante, ou seja, pelos mecanismos que têm interesse em alguma forma de esquecimento e perpetuar um viés de História que não modifique bases que lhes favoreçam. Por outro lado, esse esquecimento leva a discutir o próprio fazer historiográfico. Ainda mais que isso: a responsabilidade do historiador. O tema da transferência da Capital permaneceu primeiramente emudecido por uma leva de historiadores. Mas, na geração seguinte, apesar do tema não encontrar ressonância em debates acadêmicos, não demoraria muito para que encontrasse espaço no campo de discussão historiográfica. Como se trata de um assunto que permaneceu em suspensão e, como se verá a seguir, nunca encontrou um encaminhamento, mesmo envolto em tentativas de esquecimento, retornou à pauta das discussões políticas, deixando seus rastros em vários momentos do século XX.

As difíceis relações entre tempo e memória trazem de volta o que insistimos em esquecer e desaparecem com o que desejamos lembrar. Nesse sentido, lembrar é dizer que a Capital de Santa Catarina permanece em Florianópolis graças aos movimentos políticos que investiram poderes para que assim continuasse. Essa dissertação tem como ambição, então, apenas apontar os contornos do tempo e da memória, sendo esse o trabalho do próprio historiador e seu principal desafio, já que outros historiadores, no futuro, discorrerão sobre os trabalhos que lhes precederam, nos quais os desvãos do tempo não foram compreendidos ou mesmo descritas com retidão.²⁰

²⁰ Por sua vez, o livro de história faz-se documento, aberto à série das reinscrições que submetem o conhecimento histórico a um processo contínuo de

A transferência da Capital de Santa Catarina evocou espectros do que, por vezes, pareciam ser temas silenciados. As escolhas da historiografia catarinense fazem parte da construção de modos em que o tema foi interpelado. As trajetórias historiográficas apontavam para direções diferentes e sob a ação de influências diversas, ou seja, convergiram para destacar uma memória política que se apresenta opaca. A historiografia é, ela própria, submetida ao julgo do tempo e é, por sua vez, propriamente histórica, assim como os documentos que lhe são tão caros. Para Gadamer, compreender como as narrativas sobre o passado foram arranjadas pelos historiadores, pode elucidar não só o motivo do porquê nunca foram estudadas as oportunidades em que a questão da transferência da Capital foi levantada, como também adiciona aos estilos historiográficos uma característica de serem esses estilos, “eles próprios, acontecimentos históricos” (GADAMER, 2003, p. 57).

Ao se considerar como as propostas para transferir a Capital ganharam fôlego desde 1915 até 1989, acentua-se a importância que essa questão ganharia com o aprofundamento de um regime político democrático no Brasil na década de 1980. Com a superação da ditadura militar, mecanismos institucionais valorizaram a chamada participação da sociedade na gestão administrativa e no conjunto das responsabilidades do governo. Em 1988 e 1989 as Constituições Federal e Estadual sinalizavam a participação popular e os políticos faziam disso uma bandeira. As ligações entre as iniciativas de parlamentares na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e a sociedade, compreendem

uma esfera ampla de inter-relações e dizem respeito a ações comunicativas complexas. A relação entre indivíduos e sociedade, ou um indivíduo isolado e a sociedade, no âmbito pessoal e no âmbito social, torna não somente a ligação entre o tempo do indivíduo e tempo social possível, mas também dá lógica à ação humana, que é indelével combustível para as mudanças dos presentes históricos.²¹ Isso quer dizer que as análises a seguir levam em conta diferentes escalas de observação e a articulação entre tempos diferentes, na forma de maneiras diferentes de interpretar o tempo e as representações sociais aí constituídas. Requerer serviços e apoio da Capital elevou o debate dentro da própria Assembleia Legislativa, abrindo espaço para proposições, nem sempre eficazes, para garantir que o braços do Estado atingissem o interior de Santa Catarina. Pensando em como as diferentes regiões de Santa Catarina, assim constituídas como elementos de relações de poder simbólico complexas, apareceram como elementos políticos a requerer a proximidade do poder de Estado, pode ser traçada uma lógica entre a sociedade e as atitudes dos Deputados Estaduais, eles próprios representantes de regiões, principalmente os Deputados Constituintes.

²¹ Para os novos pensadores do materialismo dialético, a relação entre o tempo histórico da humanidade *transcende* o tempo dos indivíduos – porém, apenas através da inter-relação mais próxima entre indivíduos e a humanidade pode-se estabelecer e ulteriormente desenvolver – tanto expandindo como intensificando – no decorrer da história. Pois a humanidade não age por si mesma, mas por meio da intervenção dos indivíduos particulares no processo histórico, inseparável dos grupos sociais aos quais os indivíduos pertencem como sujeitos sociais. É a relação objetivamente existente entre a humanidade e os indivíduos que torna possível a instituição e a atualização de valores muito além do *horizonte imediato restritivo* dos próprios indivíduos particulares. MÉSZÁROS, István. **O Desafio e fardo do Tempo Histórico**. Tradução Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 35.

Como aponta Pierre Bourdieu, as lutas em torno de identidades étnicas e regionais põem em jogo:

o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 1989, p. 113).

Esse imbricado processo deu as colorações da última tentativa de transferência, no qual o regionalismo, como expressão política de interesses de grupos que aparecem sobrepostos às experiências de classe, de gênero, de etnia, entre outras, foi um elemento distintivo.

CAPÍTULO 2

ADMINISTRAR, DESCENTRALIZAR... TRANSFERIR?

Para que faça sentido discutir a proposta de transferência da Capital no âmbito da elaboração da Constituição de Santa Catarina, é necessário estabelecer os aspectos que criaram as condições para que este assunto surgisse nos debates parlamentares durante o ano de 1989. As investigações sobre o arcabouço de eventos do final da década de 1980 proporcionam uma reflexão mais abrangente sobre as “racionalidades políticas” envolvidas, dissolvendo críticas vazias e fortalecendo argumentos sobre o assunto. Para mostrar os meandros de tais nós históricos é necessário uma atenta consideração sobre os conceitos que foram discutidos naqueles anos.

O Objetivo da história conceitual do político é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação encaram seu futuro. Partindo da ideia que estas representações não são uma globalização exterior à consciência dos atores, como o são, por exemplo, as mentalidades – mas que elas resultam, ao contrário, do trabalho permanente de reflexão da sociedade sobre ela mesma (ROSANVALLON, 1995; p. 16).

Como tentou-se demonstrar, o tema não era uma novidade. Resta tentar estabelecer de que maneira ele ressurgiu. Como um assunto polêmico em anos anteriores consegue retornar ao debate público e político? Na imprensa, uma das primeiras referências críticas à proposta

foi uma acusação de que ela traria benefícios apenas aos seus idealizadores.

Em 1989, a polêmica transferência da Capital tornou-se um tema para a discussão mais ampla sobre as formas de conduzir a administração pública. Os atores envolvidos no processo levantaram questões que apontavam para matérias importantes num cenário em que a procura pela participação popular era essencial. Mas, para isso, era necessário que temas como “moralizar a administração”, “administrar para os novos tempos”, “austeridade” etc, fossem identificados como estando no centro das responsabilidades políticas. Por outro lado, aparece com frequência a temática da descentralização: “descentralizar para melhor governar”, “descentralizar para não esquecer” etc.

Cabe então compreender as percepções que imbricaram tempo, memória e política, numa dinâmica de mudanças de necessidade sociais e responsabilidades políticas. O tempo da gestão administrativa praticada até então, parecia haver chegado a seu fim. Os novos anos de democracia requeriam que novas categorias de administração pública ascendessem. A mudança tem um papel fundamental na História, porque ela torna o surgimento da novidade possível. Os ciclos temporais transformam-se em algo mensurável e, portanto, finito. Elevando minhas considerações sobre a finitude do tempo humano, um estudo a respeito do fato da transferência da Capital começou a ganhar colorações mais intensas conseguindo fugir da linearidade.

Seguindo os rastros deixados nos documentos foi possível identificar uma narrativa política que pode ser organizada e deixar claro que, para as aspirações da época, constituir a transferência era uma necessidade premente. Com a reabertura democrática aparecem as

necessidades de se resolverem problemas antes parados no tempo, essas possibilidades são inauguradas, sobretudo, pela promulgação da Constituição Federal e sua influência sobre as transformações administrativas acontecidas nos Estados.

Recuperar o *tempo perdido* seria então a grande urgência após 1985. A rapidez das comunicações trazia nas manchetes dos jornais do dia a dia, notícias sobre a situação difícil e a necessidade de atender cidades esquecidas no interior de um país tão vasto. A desaprovação dos governos estaduais e federal que compartilhavam o mesmo partido, somadas a uma economia em choque, elevavam o caráter de importância incontestável que decisões fossem tomadas e verbas liberadas, como modo de atender com agilidade as cidades que se esvaziavam devido ao êxodo rural. O alinhamento entre o tempo necessário para a tomada de decisões numa economia instável e o espaço no qual situava-se a conexão entre a Capital e os outros municípios, era imprescindível, já que os recursos sofriam o desgaste da desvalorização inflacionária. Entre a licitação de uma obra, a aprovação de seu custo e a liberação do recurso, os custos multiplicavam-se.

Mais do que isso, economia de tempo significaria dinamização da sociedade e, sobretudo, da estrutura produtiva. A inserção do Brasil na economia internacional estava a depender de mudanças institucionais rápidas. Fora do Brasil alguns países buscavam a readaptação as novas ordens estabelecidas pela economia global. A União Soviética dava seus primeiros passos para seu fim, com a era Era Gorbachev (1985-1991), em Berlim um muro vinha abaixo (1989), na China, um grande processo de “desmaoização” do país, onde a prioridade do governo Deng Xiao

Ping era a modernização da agricultura, da indústria, da defesa e das áreas de conhecimento.

O Brasil tinha necessidade de embarcar no trem das transformações verificadas mundo afora, a fase de redemocratização era só o início, pois outros problemas ainda persistiam, mesmo com a Constituição que tentava regular algumas necessidades econômicas com a chamada descentralização fiscal. A figura mítica de um dragão a destruir a moeda era responsável por obrigar agentes políticos do Brasil a refletir sobre a necessidade de rapidez na tomada de decisões. Os recursos destinados a suprir os problemas das cidades do interior chegavam sempre muito tarde: a inflação os devorava.

As principais deliberações eram tomadas (e ainda são) nas capitais, porque são nelas que os políticos e os centros de decisões concentram-se. Mas, como dinamizar a economia e fazer com que os recursos fossem liberados a tempo, antes que os valores das verbas sofressem a queima por causa do dragão da inflação?

Para parte dos membros da Assembleia Legislativa, às vésperas da votação da Carta Constituinte Estadual, ganhar tempo significaria economia de recursos e com isso se instituiu uma grande época de *austeridade*; Buscar a menor distância aproximar as cidades catarinenses, que deveriam ficar o mais próximo possível da Capital. A palavra vigente nessas discussões era *descentralização*. Por isso o plano de transferência surge com o primeiro argumento de que era no centro do Estado o lugar mais adequado para essa dinamização, perto tanto das cidades do Oeste, como das cidades do Sul e das sempre beneficiadas cidades do litoral.

O tempo de modos políticos engessados pela centralização dos recursos havia encontrado seu fim. Seriam necessárias, se se quisesse que o Estado funcionasse e se tornasse competitivo, novas soluções administrativas. Nesse sentido, mudar a Capital de local parecia uma decisão adequada, pois aceleraria as decisões e dinamizaria questões problemáticas como o atendimento em questões de calamidade como desastres provocados por chuvas excessivas ou surtos de doenças, que são assuntos nos quais o governo precisa estar presente e agir de forma rápida.

Esse tempo que poderá ser percebido pela tomada de atitude dos políticos catarinenses, foi também o tempo que deu conta de transformar a ideia da transferência, entendida com a alternativa mais apropriada para o momento conturbado em que se vivia naquela década, em uma ideia ruim, entrando em cena aí, a força daqueles que eram contra o projeto. Fatores importantes surgem no esquema político de então, evidenciando nova ordem temporal. Aparecem as novas formas de comunicação, a tecnologia e a necessidade de controle dos gastos públicos, que pareciam encontrar-se no projeto de mudar a Capital, a possibilidade não só de um recomeço para o Estado, mas também, respondia à carência gritante de logística para o envio de recursos, e como se verá, uma resposta rápida em requerimentos dos municípios.

As Constituições Federal e Estadual tornavam possível a formação de projetos, um futuro de possibilidades. Essas expectativas foram geradas em duas medidas pelo grupo formado pelos políticos, envoltos nos acontecimentos que sacudiam o país. As redes de políticos tinham o poder da fabricação de novas leis que regeriam o futuro. O conjunto disperso de relações que forma a sociedade era convidado a

participar deste processo como parte de um exercício da democracia representativa por meio da participação em associações, clubes, sindicatos e núcleos comunitários. Outro fator importante era que os meios de comunicação social, organizados na forma de empresas que controlavam os principais jornais, as rádios e a televisão, exerciam uma capacidade de agência, como parte integrante das relações entre partidos, constituintes e parcelas da sociedade civil. Não está fora deste processo também outras instituições que, mesmo não compondo a chamada classe política, exerciam poder e influência: o Judiciário e a Igreja. Neste quadro de interesses a respeito das probabilidades evocadas para o período, as negociações, conflitos e pactos pretendiam moldar um futuro.²²

A proposta de transferência da Capital trouxe à tona duas discussões que dominaram os anos da redemocratização em Santa Catarina: administração pública e descentralização. A administração pública, a gestão dos recursos financeiros e a descentralização, com implicações nas discussões federativas e a autonomia dos Estados foram temas-chave da chamada “Constituição Cidadã”, promulgada em 1988.

No dia 1º. de fevereiro de 1987 foi instalada em Brasília a Comissão para formulação da Carta Constituinte. A tarefa que, obviamente, não seria de fácil resolução, encontrava pelo caminho não só temas que demandavam várias reuniões e debates, como o

²² Usa-se as categorias de Escala para elaborar esse raciocínio a respeito do “quadro representativo”. Maurizio Gribaudi diz que: A elegância deste tipo de tipificação está na capacidade de harmonizar – por meio de operações retóricas e narrativas – esses níveis e de inserir cada espaço no interior de outro maior, de acordo com uma continuidade colocada a princípio. GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p.127.

desentendimento de vários setores políticos e sociais. Perto de completar um ano da instalação dessa comissão, o prazo para término ainda era incerto. O presidente da comissão era o então Deputado Federal Ulysses Guimarães (PMDB). Em pauta, divergências sobre as eleições diretas para a Presidência da República, fundamental para o fortalecimento do próprio regime democrático. O Presidente José Sarney jogava com os parlamentares e a complexidade de elaborar uma Constituição levava fatalmente ao atraso na realização dos trabalhos. No universo de emendas e projetos para a Carta, a proposta de que as eleições presidenciais ocorressem em 1988 foi rejeitada. A primeira eleição direta para presidente depois de quase trinta anos só aconteceria um ano mais tarde, em 1989, prorrogando o mandato de um presidente impopular em um momento de índices altíssimos da inflação.

Mesmo assim, as movimentações para a corrida presidencial começavam. Ainda que em meio à instabilidade, a Constituição trazia esperanças e expectativas. Entre pacotes fiscais e tentativas de equilibrar as contas públicas, a população vivia em um ambiente de descontrole de preços e achatamento salarial. Em 1987, a inflação chegou a 387,96%, a dívida externa era de US\$ 115 bilhões e o futuro não parecia apontar para um ambiente muito melhor.

2.1 - A administração insustentável – descontentamento catarinense

Se a decepção com a democracia governada pelo PMDB era latente, dificilmente isso seria diferente em Santa Catarina. As manchetes dos jornais expunham as críticas de forma veemente em um

país que havia respirado os ares da impossibilidade da livre expressão.²³ A imprensa ressaltava os municípios que participavam do “Dia Nacional do Basta”, mobilização que tomou o país e cidades em grande parte do Estado catarinense. O recado era diretamente para Brasília: “Fora Sarney, Fora FMI”, era o grito de manifesto de Lages. “Façamos barulho para que eles saibam que o povo não está dormindo”, enunciavam manifestantes em Joinville. “Queremos sensibilizar os constituintes que ainda insistem em defender cinco anos para o governo Sarney”, era a reclamação em um comício de Blumenau²⁴. Neste momento a insatisfação reinava a respeito do atraso da Constituição e a ampliação do mandato do Presidente da República José Sarney. Como o presidente avançava sem sucesso após planos econômicos que não conseguiam deter a inflação, sua impopularidade crescia, atingindo não somente a sociedade em geral, mas os políticos que deveriam formar as bases aliadas, bem como, aqueles que deveriam ser a sua sustentação no governo, e até mesmo parte do próprio PMDB.

Esse descontentamento quase geral, poderia se concentrar em um tema que foi resolvido em parte pela Constituição, mas, até que ela finalmente fosse promulgada, o insucesso do Governo Federal infectava o governo estadual do mesmo partido e que fazia parte do desprestigiado grupo que apoiava Sarney.

Dúvidas e questionamentos começaram a surgir em um momento específico. Entre 1988 e 1989 a arena de discussões favoreceu o surgimento de insatisfações em relação à administração pública em

²³ Cidade para no dia do Basta. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 5 mar. 1988. p. 12.

²⁴ Em Lages, houve buzinaço; Joinville: saída original; Um comício em Blumenau. **Diário Catarinense**. Florianópolis. 5 mar. 1988. p. 12,13.

vários pontos do Estado. Nos primeiros meses de 1988 a sensação de esquecimento atingiu um pequeno distrito no litoral catarinense, Itapoá. Situado na divisa com o estado do Paraná, distante 250 km de Florianópolis e 134 Km de Curitiba, o distrito, que pertencia à cidade de Garuva, possuía 30 km de extensão de praias frequentadas por turistas do Paraná. Em plebiscito realizado entre os 7 mil habitantes, a vontade de pertencer ao estado vizinho prevaleceu. No verão, esses 7 mil habitantes transformavam-se em 60 mil, devido à chegada de turistas, o que exigia condições mínimas de infraestrutura. Mas a administração municipal alegava não conseguir atendimento junto ao Governo estadual. Um pedido para sua emancipação foi negado veementemente por Pedro Ivo Campos, mas isso não fez os moradores desistirem. Os apoiadores da ideia diziam que o distrito parecia ser muito mais paranaense do que catarinense. Além da maioria dos moradores terem origem paranaense, as estradas, ligações de energia elétrica, linhas telefônicas haviam sido fornecidas pelo governo sediado em Curitiba. Entre as necessidades, os moradores pediam uma delegacia, linhas de ônibus regulares e serviços de saúde, pois o único posto da região era uma obra da associação de moradores. Atraídos pelas benfeitorias do Estado vizinho, os moradores não viam alternativas, a não ser unir-se ao Paraná, “eram filhos, sem pai”, o “governo de lá (Paraná) se interessa pelo que é deles, o de Santa Catarina não”, eram as queixas relatadas pelos moradores.²⁵

Esses debates tornaram-se possíveis também, num ambiente de abertura para a participação democrática. Com o desenrolar da

²⁵ Itapoá sonha em deixar SC. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 28, fev. 1988. p. 24, 25.

Constituinte estadual, as primeiras críticas apareceram e enfocaram um suposto favorecimento a Florianópolis no percentual do orçamento estadual. São José, cidade vizinha, e Massaranduba, cerca de 150 km ao norte de Florianópolis, vieram com seus representantes vereadores reclamar sobre o “privilégio descabido” que iria ser dado a Capital. Questões sobre a importância econômica de certas regiões que eram preteridas em favor da Capital foram expostas pelos representantes destas cidades e seriam uma constante nas reclamações daqueles anos.²⁶

A insatisfação que já parecia grande cresceu ainda mais, o que acabou por misturar-se às queixas sobre o isolamento da Capital em relação ao conjunto do território estadual. Lideranças regionais levantavam, basicamente, duas questões: primeiro, os municípios do interior viam-se responsáveis pelo bom desempenho econômico que Santa Catarina possuía frente aos outros Estados da federação, lembrando que era um cenário que podia muito bem não dar condições para isso, e segundo, já que os municípios catarinenses eram ativos, achavam justo receber em troca mais atenção dos governos Federal e Estadual.

Antes do movimento de contestação feito por São José e Massaranduba o interior do Estado demonstrava sua insatisfação que persistia por décadas. Em maio de 1988, uma manifestação de protesto envolvendo uma importante obra para a dinamização da economia do Estado catarinense foi realizada no Distrito de Índios, em um trevo da Rodovia BR 282 que ligava Lages, uma das principais cidades do planalto catarinense, à Capital do Estado. A rodovia era encarada como

²⁶ São José e Massaranduba repudiam inclusão da Capital no orçamento. **O Estado**. Florianópolis, 21, mar. 1989. p. 5.

a espinha dorsal de Santa Catarina, foi chamada inclusive de a “estrada da integração” por seus idealizadores, era o caminho mais antigo entre o centro de Santa Catarina e a distante sede do Governo Estadual, mas não só isso, essa rodovia risca o mapa catarinense do litoral ao Oeste e os municípios que ficam em suas margens sentiam-se abandonados pelas péssimas condições da rodovia, provocando uma série de reclamações na Assembleia Catarinense.

Pela rodovia BR-282 transitam até hoje as diversas cargas vindas dos pontos mais longínquos do Estado e do país. Como se sabe, a malha ferroviária que poderia servir para transporte de grãos, máquinas e outros produtos é precária em todo o Brasil. Uma ferrovia deveria acompanhar a BR-282, o projeto previa a ligação de Florianópolis com Lages, mas a estaca de fundação colocada em cerimônia simbólica para início da obra foi a única fincada no solo do bairro Estreito, parte continental da cidade de Florianópolis. O projeto que, na verdade, envolvia duas obras, e que não foi levado adiante, e nem finalizado no que se refere à própria rodovia, exemplificava a falta de zelo do Governo Federal para com o Estado, refletindo na baixa aprovação de Sarney, mas principalmente aumentava a sensação de que apenas a Capital, onde os políticos estavam, era bem atendida. Reuniram-se naquele dia o deputado Juarez Furtado (PMDB), que era presidente da Assembleia Legislativa e ex-prefeito de Lages, além do ex-governador Esperidião Amin, mais o prefeito de Lages Paulo Duarte (PDS), além de representantes de sindicatos, igreja e de vários outros partidos, e é claro de cidadãos locais. O prefeito de Lages afirmou: “desde 1788 que vivemos de promessas e esquecimentos. Santa Catarina é 1% do território nacional, mesmo assim somos o quinto maior produtor, a

verdade é que recebemos apenas desprezo do governo, somos o Piauí do Sul, e não podemos mais concordar com isso.”²⁷ Para intensificar o protesto, foram espalhadas nos 40 km de pista não asfaltada, placas com os mais diversos dizeres, pretendendo, com bom humor, ressaltar as precariedades da rodovia.²⁸ Este acontecimento é característico por coadunar a sensação de esquecimento e a articulação da memória para contrapor-se às prioridades administrativas federais e estaduais. A questão do abandono e “esquecimento”, relatada por Paulo Vidal, evoca a própria História da estrada que recebeu destaque no jornal *Diário Catarinense*, citando os ofícios de governadores desde o Império até a República, que pediam a melhoria de suas condições. A administração pública era acusada de não saber dividir o bolo dos tributos pagos de forma justa. Nesse sentido, Paulo Vidal reproduzia o que se lia nos jornais a respeito da arrecadação e da sucessão de recordes que a indústria e agropecuária catarinense evidenciavam mesmo envoltas num cenário nacional de crise.²⁹

A rodovia federal permaneceria ainda sem cuidados até 1991. As notícias de seu abandono foram frequentes nos jornais, com matérias sucessivas. Justamente a parte da rodovia que virou motivo de protesto ainda permanecia sem as suas obras concluídas. Para agravar, o Governo Estadual arcava com os custos de sua manutenção. Com a economia catarinense em expansão, é possível concluir que uma estrada sem manutenção e usada exaustivamente para o transporte da produção

²⁷ Abandono de BR gera protesto. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 21 mai. 1988. p.3.

²⁸ De novo a BR-282. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 19 mai. 1988. p. 2.

²⁹ Arrecadação em SC: Cz\$ 7,1 bi em abril, valor é 40% maior que março. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 4 mai. 1988. p. 22.

agrícola da região Oeste, apresentava condições precárias e é justamente isso que aparece nas páginas da imprensa. Em 1991, outros trechos pediam atenção. Santo Amaro da Imperatriz, cidade próxima da Capital, era um desses pontos: parte do trecho permanecia sem asfalto. O constante postergar da liberação de verbas para a BR-282 cansava os prefeitos das cidades envolvidas. Numa dessas promessas, o Ministro da Infra Estrutura encaminhou-se até Santa Catarina para assinar papéis liberando dinheiro para a rodovia, porém teria estranhado sua recepção em Santa Catarina, que teria sido muito apática. Isso teria acontecido devido às inúmeras visitas já feitas no passado de secretários e mesmo ministros que participavam de grandes churrascos cada vez que uma promessa de liberação de recursos era anunciada para a rodovia.³⁰

Esses episódios tiravam a paciência dos prefeitos com as instâncias superiores de governo. Ainda em 1989 foram à Assembleia Legislativa reclamar da qualidade da BR-282 autoridades das mais diversas regiões do Estado. Os Deputados Estaduais tentavam pressionar Brasília, junto com os Deputados Federais e Senadores de Santa Catarina. As atas de reunião da Assembleia registram telegramas referentes à comunicação, envolvendo pedidos de dinheiro para os mais diversos pontos da Rodovia. O municípios do Oeste catarinense de Serra Alta, Ponte Serrada, Romelândia eram os que mais reclamavam das condições, entre maio e abril de 1989, e a Assembleia recebia grande volume de pedidos de melhorias. Até mesmo uma carta dos professores do Colégio Agrícola de São José de Itapiranga, também no Oeste, requereu melhorias aos deputados, devido às péssimas condições

³⁰ Trecho da BR-282 pronto em 1992. Promessas cansaram os prefeitos. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 27 ago. 1991. p. 3.

daquele trecho. Reclamavam os professores que os alunos não conseguiam chegar ao colégio.³¹ O pretenso descompromisso do Governo Federal fez crescer descontentamentos com a Presidência da República, que se estendiam ao Governador, aumentando a pressão para que as cidades mais distantes da Capital fossem ouvidas em seus pedidos. Naquele momento a Capital parecia distante, a comunicação dos secretários municipais com a Assembleia fazia-se por meio de cartas que levavam dias para chegar. As Atas de Reunião da Assembleia demonstram a correspondência volumosa desse tipo de comunicação. No caso das condições da Rodovia BR-282, as faltas eram inúmeras, mas a responsabilidade não era somente do Governo Estadual, sediado em Florianópolis, que assumiu sua manutenção em 1991. O descontentamento maior era com o Governo Federal, que estava contribuindo para a falta de atendimento às cidades interioranas e fazendo aumentar a sensação de que a distância que essas mesmas cidades possuíam em relação à Capital era responsável pelo abandono político e administrativo.

Durante aquele ano de 1988, o presidente Sarney fez sua primeira visita a Santa Catarina e, mais uma vez, o episódio demonstra o aborrecimento dos políticos catarinenses com a figura do Presidente. Para começar, Sarney desembarca em Florianópolis, ficando na Capital não mais que 20 minutos, tempo apenas para pegar um avião da Força Aérea Brasileira, direto para São Joaquim, (81 km distante de Lages, e 217 de Florianópolis) onde iria ocorrer a Festa da Maçã. Sarney fez as honras de abrir a festa. No discurso, ressaltou a qualidade do “bom povo catarinense”, trabalhador e exemplo para o Brasil. Além do governador

³¹ Atas da Assembleia Legislativa. Florianópolis. Mai, Abr. 1989.

Pedro Ivo Campos, apenas mais dois deputados e o prefeito de São Joaquim, compareceram e prestigiaram o Presidente. Agricultores de toda a região tiveram de ser contidos e sua aproximação foi evitada para que a comitiva respeitasse o protocolo presidencial para o evento.³²

Aliado ao episódio da BR-282, esse evento da falta de interesse despertado pela primeira visita de José Sarney a Santa Catarina, elucida o descompasso entre uma Assembleia Legislativa, o governador do Estado e o Governo Federal. O motivo era praticamente a campanha de José Sarney para o mandato de cinco anos e a concentração dos recursos emitidos das prefeituras e estados para a União, sem retorno. Este último item a respeito do modelo administrativo de distribuição de recursos, foi indispensável para que os municípios passassem por desconfortos nos momentos em que necessitavam recorrer ao Governo Estadual.

O processo da precária distribuição dos recursos não vinha do governo de Sarney: era um resquício do regime militar que, por meio de uma elite burocrática, criou mecanismos de centralização do poder. No caso de Santa Catarina, desde meados da década de 1970 foi comum um tipo de retórica política que lamentava o isolamento do Estado e sua dificuldade em aproximar-se do Governo Federal e usar da influência dos grupos oligárquicos. Ao longo da ditadura os diferentes segmentos conservadores haviam sido alojados no interior da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Segundo Lucia Grinberg, “todo o planejamento da estrutura da ARENA procurava responder a aspectos fundamentais da tradição política do país: a importância dos estados e dos municípios” (GRINBERG, 2009, P. 68-81). Antigos adversários passaram a dividir o

³² Presidente chega e não vê manifestação; SC contribui para o progresso do País. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 9 abr. 1988. p. 16. 2ª Rodagem.

mesmo espaço partidário, o que, em Santa Catarina, desde o início, mostrou-se muito difícil e agravou-se quando o Governo Federal teria pretendido “atropelar do poder os grupos oligárquicos” e aproximar-se da burocracia e do aparato militar que comandava a ditadura (LENZI, 1983, p. 354). Naquele momento de centralização de poder e controle estrito da administração por parte da burocracia governamental, Florianópolis foi extremamente favorecida com um conjunto de obras públicas de grande impacto. Durante o governo de Colombo Machado Salles, entre 1971 e 1975, que coincidiu com o chamado “milagre econômico”, quando a economia do país cresceu de modo acelerado, a Capital de Santa Catarina recebeu um grande aterramento, que aumentou a área urbana do centro da cidade, avenidas e a construção de uma nova ponte.

A retomada do controle do Estado por parte dos tradicionais grupos políticos, Ramos e Konder-Bornhausen, teria aprofundado uma dificuldade em dialogar com as instâncias federais. A elite política não conseguiu retornar ao *status* que possuía antes do regime militar, portanto, a política catarinense não possuía nem mesmo um interlocutor forte que pudesse apelar em casos de urgência, como era no caso as péssimas condições da Rodovia BR-282, parte essencial da logística econômica do Estado. Perspectivas melhores puderam ser antevistas com a aproximação das eleições presidenciais e as novas Constituições Federal e Estadual.

2.2 - O Retorno da Expectativa - a Constituição Catarinense e suas polêmicas

Santa Catarina ingressaria nas tramas de um novo tempo. O marco que se criaria no imaginário para isso estava exposto no próprio país que, em 1988, estava às voltas com debates e reuniões entre políticos e sociedade civil para a nova Constituição. A compreensão do momento era de que estava em curso um processo de modernização da sociedade brasileira. Os jornais mostravam a urgência de uma nova Carta, que deveria ser inovadora, no sentido de apontar para um Estado menos intervencionista. Toda a possibilidade de mudança encontrava na nova Carta os desejos reprimidos de anos e constituições anteriores. No fim da década de 1980, novas expectativas e esperanças eram compartilhadas quanto à superação do período ditatorial. A defesa da democracia passou a ser uma retórica comum a unificar opositores e apoiadores do regime autoritário recém-encerrado. Por outro lado, o Brasil aparecia em todas as suas injustiças, um país no qual apenas poucos tinham vantagens e a desigualdade parecia ser apontada como característica de maior símbolo do atraso brasileiro em relação a outras nações.

Uma das primeiras edições do ano de 1988 do *Diário Catarinense* exprimia esse sentimento: “o país quer crescer, mas não pode esperar pelo crescimento planejado e ordenado nos gabinetes da burocracia”. 1988 também era ano de eleições municipais, que eram consideradas imprescindíveis, ou seja, fora de questão adiá-las.³³ O resultado eleitoral daquele ano em Santa Catarina, foi considerado surpreendente e lastimável dentro do PMDB. O Governador Pedro Ivo Campos, envolvido com problemas graves de saúde, retornando de uma

³³ Constituição, tarefa inovadora. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 3 jan. de 1988. p. 04.

das viagens para tratamento fora do país, fazia a reflexão sobre o ano de 1988: “o partido está esfacelado, e isto contribuiu para a derrota eleitoral deste ano”. Afirmava que a oposição em seu governo havia sido rígida demais e que, até mesmo sua base partidária era-lhe infiel. Segundo suas palavras, os Deputados Estaduais votavam contra seu governo apenas para vê-lo constrangido e passar a ideia de que apenas o Governador era o culpado pela inviabilização de projetos. As votações contrárias ao governo chegavam “ao absurdo da negação total”, ou seja, Pedro Ivo Campos entendia que seu governo era praticamente impossível, e ressaltava o desgaste vivido com o Judiciário, que promoveu uma grande greve em 1988.³⁴

A gerência de um governo no qual os empecilhos administrativos e políticos tornavam-se grandes demais prejudicava todas as questões do Estado. Os problemas administrativos apareciam em ocasiões como o caso da BR-282, e eles demonstravam a grande carência das cidades catarinenses que necessitavam de certos serviços, tentavam requerer os mesmos junto à sede administrativa nos órgãos de maior responsabilidade, mas encontravam apenas promessas. Entre 1988 e 1991, o caso da BR-282 além de não ser resolvido, agravou-se. Do outro lado os desentendimentos políticos que atingiam até mesmo o centro do partido do governo, bem como Assembleia e Judiciário, colocavam a política governista em um ritmo lento nas decisões que o Estado precisava que fossem tomadas. O ano de 1989 trazia promessas de novidades com a Constituição Estadual e, mais uma vez, expectativas em relação às mudanças.

³⁴ Pedro Ivo admite que PMDB está esfacelado. **O Estado**. Florianópolis, 24, 25 dez. 1988. p. 3.

Esse processo de renovação das expectativas e da crença de que algo poderia ser modificado pode ser visto, sobretudo, se fizermos um pequeno avanço até o ano de 1991 apenas para verificar a grande carga de esperança que envolveu as duas Constituições. Neste período a Constituição Federal e a Estadual já tinham passado por uma fase de vigência que dotava à sociedade da capacidade de manifestar sua vontade sobre as possíveis transformações provocadas. Mas o que se vê na imprensa, inclusive com matérias especiais sobre o tema, é uma grande onda de decepção e uma sensação de que nada havia mudado. Em uma das matérias ficava exposto a esperança depositada nas Cartas Constitucionais e o influxo de desapontamento: “para a sociedade, a Assembleia Nacional Constituinte havia se transformado em um altar de milagres, como se fosse capaz de promover as indispensáveis transformações nacionais”.³⁵

Mas, voltando a 1988, o que se pode refletir é: com as aspirações aglutinadas ao longo dos anos de desestruturação da ditadura, houve uma reversão de expectativas na medida em que o regime democrático não apresentava soluções imediatas para as questões mais candentes. O presente fora compreendido como uma possível ruptura e início de um novo tempo, uma nova era, cuja luta não poderia ser perdida pela demora provocada pela gestão administrativa que não acompanhava os anseios de democratização, bem como pelas marchas e contramarchas de um sistema político que resultara dos acordos políticos que mantiveram intactos bolsões de poder e formas clientelistas de distribuição dos favores do Estado. As necessidades

³⁵ A Constituição e as Emendas. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 5 out. de 1991. p. 3.

eram gritantes e o momento se caracterizava com sendo decisivo, caso contrário, o futuro poderia ser ainda pior do que os anos anteriores. O Brasil era o país das imensas potencialidades e seria vítima da enorme falta de competência vista em anos anteriores, cujos entraves históricos só evidenciaram e tornaram quase incontornáveis. Era chegado o fim da “era dos pacotes” e o momento de se alinhar ao restante do mundo, já que, fora do Brasil, existia um lampejo de esperança com o tratado de fim das armas nucleares assinado por Estados Unidos e União Soviética, a qual passava pelo processo que ficaria conhecido como uma transição democrática, por meio da *Glasnost* e da *Perestroika*.

1989, o ano que François Hartog escolheu como sendo a quebra do regime moderno, sendo o “moderno” aí entendido como o período da História no qual o futuro dominava o presente, pois todas as ações eram praticadas para atingir um futuro possível: o “tempo como se direcionado a um fim”. Um regime de historicidade ganhava dimensão cultural abrangente, identificado por Hartog como sendo o “presentismo”. Sua principal característica seria a de que o “o ponto de vista é explícita e unicamente o do presente”. A conclusão de François Hartog do que isso significaria para a metodologia de pesquisa histórica é de que:

um passado imprevisível significa novas questões a colocar ao passado, e se possível, novas respostas de sua parte, considerando-o um campo de potencialidades, de que algumas começaram a acontecer, foram interrompidas, ou evitadas, ou destruídas (HARTOG, 2013, s/p).

A onda de esperança desencadeada na década de 1980, com acordo que colocava fim à produção de armas, reestruturação da União

Soviética e a queda do Muro de Berlim, atingiu o Brasil e, após 1989, o campo de potencialidades da Constituição Federal significava principalmente a possibilidade de mudança. Esse momento produziu a esperança e fazia acreditar que, em curto prazo, as coisas poderiam melhorar.³⁶

O alinhamento à nova ordem favoreceu aqueles que, posicionados em determinado espectro dos debates políticos, defendiam valores político-ideológicos como a economia de mercado e a iniciativa privada. Naquele ano de 1989, a Constituição Federal invocava um ânimo em relação ao futuro, novas esperanças são renovadas. No plano político, os Governadores e Prefeitos esperavam que a descentralização tributária, possibilitada pelas novas regras de 1988, começasse a surtir seus efeitos e que, quando liberados os recursos, estes não sofressem um direcionamento partidário sobre seu destino. Fernando Luiz Abrucio explica que esse estilo de governo estadual chamado de federalismo estadualista teve como consequência um fortalecimento dos Estados de maneira individual tornando-os concorrentes, maneira diversa quando, por exemplo, na Primeira República formou-se um bloco (o chamado pacto do café-com-leite) para poder negociar com o Executivo (ABRUCIO, 1998, p. 187-201).

Começa aí a formação de uma sincronização entre novas possibilidades político-administrativas e desejos sociais, um ambiente perfeito para que as práticas ligadas à administração pública ganhassem projeção nestes dois campos e passassem a ser discutidas para encontrar saídas para os problemas que se expunham em 1989. Pensando aqui,

³⁶ KRIEGER, Murilo. S.R. Bom dia, esperança! **Diário Catarinense**. Florianópolis, 3 jan. 1988. p. 6.

única e exclusivamente o caso de Santa Catarina, existia a inflação que corroía os recursos mais rapidamente do que eram distribuídos e a requisição de serviços que o Executivo estadual deveria fornecer, problemas que a gestão administrativa pública deveria resolver. A saída mais eficiente e articulada será construída pela ênfase na defesa da descentralização como mote principal. Afinal, teria sido descentralizando a questão tributária que a Constituição Federal de 1988 proporcionara um lampejo de possibilidades para o cenário nacional. As promessas de mudança cujo ápice foi atingido com a Constituição Federal agora eram reproduzidas em nível Estadual com a elaboração da Carta catarinense e a substituição dos prefeitos com a eleição de 1988. As novas possibilidades começaram a ser expostas nas discussões sobre a posição geográfica da sede administrativa do governo.

Mas, antes, é necessário evidenciar as diferenças ocorridas na administração pública naquele momento em que o exercício do governo era de Pedro Ivo Campos, porque é nesse quadro que aparece a questão da transferência da Capital.

A data era 12 de março de 1989. Após 63 dias de afastamento, o Governador Pedro Ivo Campos retornava ao governo de Santa Catarina. Pelas fotos dos jornais, estava visivelmente mais magro devido à doença que, por motivos políticos, foi escondida o máximo possível da imprensa. O Governador retornava com uma promessa: “a moralidade administrativa”. Ressaltava que agora existia uma mudança do que significava “poder público”. Sua atitude seria uma resposta, um recomeço, aquilo que chamou de “segundo tempo” de sua

administração.³⁷ Orgulhoso, ressaltava que a nova forma de administrar seria um pioneirismo do Estado de Santa Catarina.³⁸

A esperança verificada por Pedro Ivo Campos sobre o seu “segundo tempo” de governo era embasada numa mudança provocada pela nova política tributária aplicada em 1988 e que começaria a surtir efeitos em 1989. O governador manejava uma trama discursiva: a experiência vivida por seu passado político, incorporando acontecimentos que ele lembrava e, de outro lado, a elaboração racional que o possibilitava fazer um prognóstico. É esse exercício mental que possibilita a ação, sem a qual, “a História não aconteceria”, pois é nela que alinham dois conceitos essenciais: o de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. Segundo Reinhart Koselleck, o fruto destas categorias são os processos indissociáveis que ligam passados a futuros possíveis.³⁹ O “segundo tempo” que Pedro Ivo Campos esperava ser a segunda chance de seu governo era uma retomada, pois, até então, seu governo estava envolto em críticas e desarticulado com o poder Legislativo do Estado. Agora o governador fazia uma projeção futura de todas as “potencialidades” de Santa Catarina.

O agrupamento político de Pedro Ivo Campos, em torno do PMDB, tinha, além da Constituição, a tarefa de reverter o desempenho ruim nas eleições municipais de 1988, reverter o processo de perda de seus principais nomes, quando da cisão que formou o Partido da Social

³⁷ Pedro Ivo diz estar pronto para mudanças. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12 mar.1989. 2ª rodagem. p. 4.

³⁸ Pedro Ivo não concorda com Maldaner. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 19 mar. 1989. p. 12.

³⁹ Não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto 2006. p. 306, 308.

Democracia Brasileira (PSDB), e atrair o apoio popular. O insucesso do governo pode ser verificado pela falta de resolução no caso da BR-282, mas outra questão bastante sensível evidenciaria que existia uma falta de comunicação entre as cidades do interior e a capital litorânea. Adiante, trarei o problema da área da saúde com o caso da epidemia de meningite, enfrentado por várias regiões de Santa Catarina no mesmo período. Esta questão, por se tratar de um problema envolvendo vidas, exigiria soluções rápidas e enérgicas.

2.3 - O polêmico segundo tempo – PMDB e seu (des)controle do poder

Neste subcapítulo será discutido como o debate como a respeito de reformas na administração estadual influenciaram na decisão de mudar a Capital para outro ponto do Estado. O que quer se deixar claro aqui é que o ambiente para que uma ideia para transferência da Capital estava formado. A crise do modelo econômico instaurado décadas antes com o PLAMEG, mencionado anteriormente, no qual o Estado tinha papel preponderante de alavancamento de recursos públicos para os setores privados e as lideranças políticas regionais eram chamadas a participar de sua distribuição, com ganhos político-eleitorais notórios, exigia a construção de novos mecanismos de gestão. Contudo, o próprio cenário de crise econômica e os acertos da fase de transição da ditadura para um regime democrático, imobilizavam as ações e o Estado padecia de disfuncionalidades. Neste quadro, as soluções que miravam ganhos eleitorais imediatos, da parte de integrantes dos principais partidos políticos, encontravam espaço para vicejar.

As regiões, principalmente suas lideranças político-empresariais, passavam por períodos de carência financeira que colocavam em questão o modelo administrativo praticado até então. Justamente um dos secretários do governo Pedro Ivo, que havia conhecido a experiência da administração política descentralizada, será o deflagrador da ideia para transferir a Capital. Ou seja, o surgimento de uma proposta que possuiria grandes chances de ser impopular, aconteceu pelo fato de existir um clima de insatisfação geral, que misturava deficiência na governabilidade estadual, ausente nos pontos mais distantes do litoral com um cenário econômico instável.

O próprio governador dava o tom de que a situação até então era ruim para Santa Catarina, anunciando o seu segundo tempo na administração, portanto, mais uma tentativa de recomeço para aquilo que havia sido deficiente até aquele momento. O que havia até o governo de Pedro Ivo Campos era um governo centralizado com as decisões cabendo apenas ao Governo Federal, principalmente na distribuição de verbas que eram delegadas para os Governadores. A nova Constituição prometia mudanças nesse conjunto, passando grande poder de autonomia para as cidades, com incentivos para as municipalizações de serviços públicos que começaram a receber a influência dos novos padrões de administração pública.

Segundo Ione Ribeiro Valle, no que tange à educação, mas esse processo também atingiu outros serviços, como a saúde, dois dispositivos legais estabelecem as prerrogativas essenciais da nova lógica descentralizadora que se tentou impor a partir de 1988: a Constituição Federal e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.9.394/96). Esse conjunto de leis enfatizava a

necessidade de repartição das responsabilidades em termos de educação entre as três esferas de poder (Federal, Estadual e Municipal). Com a descentralização, numerosas competências são transferidas para as regiões e as coletividades municipais, que ampliam sua competência jurídica em matéria de escolarização de crianças, jovens e adultos, e multiplicam, assim, as instâncias e níveis de decisão. O compromisso com a manutenção do ensino fundamental recai principalmente sobre as redes municipais, cujo nível de engajamento nas políticas educacionais permanecia muito baixo. O Governo de Pedro Ivo Campos, que faleceu no exercício do mandato, em 1990 e seria substituído por Casildo Maldaner, mostrou-se também muito receptivo ao projeto descentralizador, tendo deslocado progressivamente para os municípios parte das responsabilidades concernentes às séries iniciais do ensino fundamental. Mas seria o Governo de Vilson Kleinübing (1991-1994) que iria estabelecer as diretrizes claras de municipalização (VALLE, 2004, p. 190).

Esse processo, como se vê, só foi possível após 1988, tendo mais ênfase com o governo de Vilson Kleinübing, do PFL. Como as responsabilidades governamentais ainda permaneciam sendo exclusivamente do Governo Estadual, sediado na Capital, as diversas regiões procuravam contatos em Florianópolis, por meio de seus representantes, para requererem alguns serviços que eram de sua competência. O atravancamento ou simplesmente a impossibilidade de não cumprir o que essas regiões pediam, criava o isolamento entre a Capital e os demais municípios. Na tentativa de uma última jogada, o já bastante debilitado Governador Pedro Ivo Campos, retornou ao mandato pensando em recuperar sua aprovação frente aos eleitores e, assim,

conseguir garantias para influenciar a eleição de seu sucessor. Assumia os erros, as faltas em relação ao seu mandato e agora pretendia uma reforma completa de seu secretariado, na tentativa de atender melhor todas as regiões de Santa Catarina. Esse fato irá enfatizar ainda mais que as cidades não concordavam com a Capital, pois com as mudanças provocadas por Pedro Ivo, algumas regiões sentiram-se ainda mais esquecidas após a tentativa de reforma.

Quando do anúncio de sua segunda fase de governo, frente aos jornalistas presentes na coletiva, o Governador respondeu com longas falas a todas as perguntas referentes à nova administração que iria surgir. A ação de administrar surgia como muito mais do que uma esperança, era o plano do presente agindo com vistas ao futuro, as situações enfrentadas até então não podiam ser mais toleradas, um novo “horizonte de expectativa” caracterizava-se graças às tomadas de decisões que os políticos exerciam em uma década muito diferente que se configurava a seguir.

Essa passagem no governo de Campos foi fundamental: ressaltou alguns ressentimentos à falta de presença da Capital, revelada nos debates pronunciados pelos Deputados Estaduais. Em véspera de elaboração da Constituição do Estado, palco de debates de raízes das mais diversas possíveis, o lançamento da ideia de uma transferência da Capital apareceu como uma das possibilidades para, de uma vez só, responder a necessidade de agilidade nos pedidos e fazer presente a Capital em algum ponto mais central do Estado. Grosso modo, o tema foi discutido abertamente e teve grande repercussão nos jornais e discursos da Assembleia, não significando, portanto, um tabu, até mesmo por que a própria experiência da transferência da Capital Federal

criou um precedente na memória coletiva nacional. Além disso, o tema da transferência não era uma novidade, mesmo em terras catarinenses, como foi visto no primeiro capítulo.

Transferir a Capital aparece, de fato, como uma questão político-administrativa e administração era um conceito ainda em debate. Pedro Ivo prometera o “segundo tempo” com modificações políticas para suprir as necessidades do Estado. De modo geral, no entanto, a empolgação de Pedro Ivo não duraria muito tempo. Passados alguns dias, o Governador voltara atrás sobre a reforma administrativa que tinha prometido. Em alguns pontos, parecia impraticável realiza-la. Isso acontecia pelo fato de simplesmente não existirem nomes para ocupar as Secretarias e outros cargos do primeiro escalão do governo. Sem os nomes que precisava, o governador teria de iniciar seu segundo tempo como podia, e essa troca nas Secretarias teria consequências mais uma vez sobre a maneira como as regiões interpretavam politicamente seu “esquecimento”.

Alguns dos nomes que Pedro Ivo buscava eram de deputados que haviam sido eleitos durante as campanhas para prefeito de 1988, ou seja, isso significava que os suplentes assumiriam, e outros deputados já haviam sido deslocados para setores sensíveis do governo, como Paulo Afonso Evangelista (PMDB) que saiu da Assembleia para a Secretaria da Fazenda. Eram onze pastas das dezesseis que estavam envolvidas na renovação, um momento que foi considerado de suma importância pelo governo e pela mídia em geral, pois era de consenso que havia carência por mecanismos administrativos mais adequados. Sem nomes para indicar, Pedro Ivo Campos encontrava-se de mãos atadas, tinha prometido uma reforma administrativa que não podia cumprir, porque

os nomes que possuía disponíveis, não eram significativos, afinal, na metade de seu mandato o que ainda estava em jogo era a sucessão para o governo do Estado em 1990. Com o discurso efusivo e colocando como prioridade e necessidade uma mudança na base de seu governo, nomeou os candidatos que eram possíveis para o momento e as críticas vieram como uma locomotiva.

Pedro Ivo nomeou onze secretários, todos próximos de si por questões de confiança, tendo como efeito colateral a formação de uma nova administração que foi acusada de ser muito centralizada, ou seja, as pastas eram representadas por novos Secretários ligados à região metropolitana de Florianópolis. A exigência de uma “reforma administrativa” que contemplasse nomes mais ligados a outras partes do Estado surgiu concomitantemente. Líderes do PMDB e Deputados Estaduais sinalizaram que os nomes do Governador para a sua chamada reforma, não representavam as várias regiões catarinenses e suas necessidades.

Neste interim é importante ressaltar que as divergências não estavam reduzidas às negociações de cargos entre partidos, já que os próprios peemedebistas foram os primeiros a criticar as nomeações. Juntamente com as críticas aos nomes, vieram comparações entre regiões do Estado, colocando no ar certo ressentimento pelo esquecimento das cidades que estavam longe do litoral, mas tinham fundamental significado econômico para Santa Catarina, ou seja, mais uma vez a crítica vinculava a importância econômica ao abandono político, deixando aflorar o ressentimento pelos modelos de gestão político-administrativa aplicados até então. Os novos nomes para as Secretarias Estaduais, dizia o deputado Nelson Locatelli (PMDB), não

possuíam representantes do Oeste. Locatelli ressaltava que aquela era “uma região que respondia por um quinto da economia do Estado”. Sua decepção só aumentava ao ver que, segundo ele, os ocupantes das Secretarias formavam equipes exclusivamente por pessoas do litoral. Frisava ainda que “as demais regiões também ficaram sem representação administrativa estadual”. O Deputado Estadual Luiz Cunha (PMDB), fazia a mesma reclamação, mas em relação à Brusque, na região do Vale do Itajaí, e ressaltava também que “Brusque era a oitava maior economia de Santa Catarina”.⁴⁰

No decorrer das semanas, novas críticas, desta vez da Região Sul e do Planalto Serrano. Lages e Criciúma mostraram sua insatisfação com a nova composição do secretariado, repetindo os ressentimentos pelo passado quando, segundo Juarez Furtado, só haviam recebido “migalhas”. Entre os políticos mais descontentes estava justamente o mesmo deputado Juarez Furtado (PMDB), mas também Eduardo Pinho Moreira (PMDB). As palavras de Juarez Furtado demonstravam que havia uma grande dose de mágoas pelo passado e insatisfação com os novos nomes para as Secretarias: “sinto pela ausência da minha região, que em termos econômicos significa muito para Santa Catarina, antes nós aceitávamos migalhas, mas agora chega”.⁴¹ Eduardo Pinho Moreira atacava, “não queremos cargos, queremos respeito político”. A sublevação⁴² foi registrada como uma verdadeira rebelião pela imprensa.

⁴⁰ Bancada fica descontente com reforma. **O Estado**. Florianópolis, 21 mar. 1989. p. 15.

⁴¹ Juarez revoltado com a exclusão de Lages. **O Estado**. Florianópolis, 22 mar. 1989. p. 4.

⁴² A palavra “sublevação” é tirada do texto de Pierre Ansart. Para Ansart o ressentimento é um fator importante para compreensão de algumas ações no campo político. Ao mesmo tempo, o regime democrático, repousando sobre a

E esse episódio ecoou pelas páginas políticas dos jornais catarinenses repercutindo nos rumos que os partidos tiveram nas semanas seguintes, sobretudo, com a saída de pemedebistas insatisfeitos que rumaram para o recém-criado PSDB e para o PRN (Partido da Reconstrução Nacional), que despontava como uma oportunidade de chegar ao poder, com a candidatura que seria vitoriosa nas eleições presidenciais daquele ano, com Fernando Collor de Melo.⁴³

Esse debate sobre a reformulação do secretariado do Estado envolve duas coisas. Primeiro a disputa por um poder que não estava disponível até então. As Secretarias seriam o braço do governo executivo, mas o momento era favorável para medidas de descentralização administrativa que favorecessem lideranças regionais. Sendo as Secretárias uma ferramenta importante do governo era de se esperar que os que ficaram de fora da nomeação expusessem suas críticas por entenderem que sem representantes das regiões esquecidas, essas mesmas regiões teriam dificuldades para ser atendidas. Era essa a conclusão que o próprio Juarez Furtado fazia dias depois. Furtado fez visita a Lages para discutir, entre outras coisas, a saída do Deputado Federal Francisco Küster e do Senador Dirceu Carneiro do PMDB. Mas sua reunião com militantes também teria na pauta a questão da falta de

pluralidade dos partidos em situação de concorrência, constrói e coloca em cena o encontro conflituoso das frustrações e das hostilidades. Cada partido é levado pela concorrência política a insurgir-se contra a injustiça fundada ou suposta da situação que limita o poder, ao qual, segundo ele, teria direito em razão da justiça de sua causa. ANSART, Pierre. “História e memória dos ressentimentos”. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (org.) **Memória e (res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004. pp.26, 27.

⁴³ Descontentes ameaçam sair do PMDB. **O Estado**, Florianópolis, 23 mar. 1989. p. 4.

representatividade serrana nas secretarias. Defendia que “voltar atrás” na decisão dos nomes seria impossível, então ele dizia que poderia o problema ser resolvido com a criação de uma “Secretaria Serrana”, pondo fim às discussões e assegurando que Lages e adjacências não ficassem desprotegidas por falta de assistência e falta de representação do governo estadual.⁴⁴ Na década de 1960, no âmbito do PLAMEG, proposta semelhante fora implementada com a Secretaria dos Negócios do Oeste. Foi instalada em Chapecó, com orçamento próprio, principalmente para o setor rodoviário.

2.4 - Reconfiguração político-administrativa – Ainda é necessário transferir?

Falar sobre administração pública até 1988 significava que o Executivo e o Legislativo estadual não possuíam poder suficiente para exercer parte de suas funções administrativas, pois até então os mecanismos tributários impediam isso. É também apenas com a Constituição Federal que projetos como a descentralização e municipalização dos serviços públicos deram autonomia principalmente para os municípios gerenciarem suas prioridades em seus serviços. Nos anos seguintes a 1988, o que configura é o maior controle das administrações municipais, bem como um novo modelo de repasse que reestrutura as unidades municipais.

Afonso e Araújo explicam esse processo afirmando que:

O grau de descentralização fiscal é medido pela maior ou menor participação dos governos estaduais e municipais na receita e nos gastos

⁴⁴ PMDB de Lages ameaça romper, se Pedro Ivo não subir a Serra. **O Estado**, Florianópolis, 24,25 mar. 1989. p.6.

públicos e pela autonomia na condução das políticas típicas de governo. Consideradas estas variáveis e as mudanças introduzidas pela Constituição de 1988 em direção à consolidação e o aprofundamento do processo de descentralização, se conclui que o Brasil constitui uma Federação, de direito e de fato, acentuadamente descentralizada. O elevado grau de autonomia fiscal sobressai, inclusive, quando comparado com outras Federações. (AFONSO; ARAÚJO, 2001, p.2)

Até a estabilização desse processo, que ainda levou alguns anos para se fixar, as possibilidades de ação frente à sociedade e, por assim dizer, a aprovação dos governos não angariavam apelo popular para futuras eleições. A expansão dos poderes político-administrativos após o período de redemocratização configura

(...) “um quadro de dados históricos empiricamente verificáveis e bastante diversos daqueles que se configuraram principalmente após promulgação da Constituição de 1988, isso trouxe equilíbrio entre executivo e legislativo, ao passo que aumentou o poder dos governos estaduais e municipais” (ABRÚCIO; SAMUELS, 1997, p. 160).

A necessidade de novos nomes para a política pós-ditadura e a aspiração pela retomada democrática, trouxe à tona o PMDB como expoente da mudança e, em Santa Catarina, isso não foi diferente. O partido, de fato, adquiriu respaldo popular em nível nacional. Apesar dos oportunismos envolvidos nesta questão, o Presidente da República era do partido e conseguiu orquestrar sua permanência com um mandato de cinco anos.

Com grande poder nas mãos. Era assim que o PMDB terminava o ano de 1988 e iniciava o de 1989. O partido governava o Estado, com Pedro Ivo Campos, e Casildo Maldaner, controlava a presidência da Assembleia até fevereiro de 1989, com Juarez Furtado, possuía Secretários em âmbitos estratégicos, como na Secretaria da Fazenda, com Paulo Afonso Vieira. Na mesa da Assembleia Constituinte, a presidência era ocupada por Aloísio Acácio Piazza, então sem partido, mas um ex-pemedebista, de Florianópolis. Era o PMDB que tinha mais posições de responsabilidade na Constituinte, presidia três mesas e possuía uma relatoria. Se existia um descontentamento não só social, mas também político com a situação do momento, e analisando os pronunciamentos dentro do próprio partido governista, é possível afirmar que quem possuía o poder de mudança eram os pemedebistas.

Mesmo assim, o partido encontrava inúmeras dificuldades. A incapacidade de articulação do PMDB para gerir o poder fora provada na votação da Constituição Federal de 1988 e reproduzia-se em solo catarinense. O governador Pedro Ivo Campos não tinha qualquer apoio dentro da Assembleia e, junto com a nomeação dos novos secretários que deveriam inaugurar o “segundo tempo” do governo de Pedro Ivo, pode-se vincular sua total dedicação e apoio ao presidente José Sarney, o que só aumentava o descontentamento com sua gestão. Dentro da Assembleia, até mesmo os deputados não concordavam com as posições do governador. Isso causou uma ingovernabilidade que suspendia as possibilidades colocadas em ascensão num momento de reconfiguração político-administrativa. A polêmica “reforma administrativa” abriu feridas a respeito da falta de presença do Estado que sempre era lembrada com a estampa do respeitável desempenho econômico das

regiões que se diziam esquecidas. Como demonstra Wladimir Rodrigues Dias:

Como resultado da redemocratização e da descentralização, ocorreu um fortalecimento do poder político e financeiro dos governos subnacionais, especialmente dos Estados e suas capitais. A par dessa partilha, o texto constitucional trouxe também mecanismos de repasse vinculado de receitas para os vários entes federativos. Esses mecanismos têm por objetivo assegurar a todas as entidades federativas um mínimo de recursos para o exercício de suas atribuições. Há, ainda, outros instrumentos, ligados à possibilidade de desenvolvimento de regiões carentes de recursos e economicamente débeis (DIAS, 2007. p. 4).

O novo secretariado fazia parte de uma disputa de poder pelas novas e ampliadas fatias da distribuição das receitas. É provável que todos os reclamantes da composição do secretariado enxergassem nas pastas a possibilidade de aumentar o coeficiente de ação se os cargos fossem ocupados por nomes de suas regiões preferidas. A redistribuição das fatias de recursos oriunda da União resolveria em parte a carência disso que Dias chama de “regiões débeis”. A falta de dinheiro em caixa era algo muito comum, como demonstravam as muitas greves do funcionalismo público por falta de pagamento ou perda do poder aquisitivo devido ao descontrole inflacionário. A prefeitura de Lages era apresentada na imprensa como uma exceção em Santa Catarina: a única sem contas no vermelho, o que demonstrava a carência e situação dos

municípios catarinenses, que colocavam em prática o um necessário processo de austeridade.⁴⁵

Parte dos problemas em que o Estado estava mergulhado relacionava-se pretensamente com a dificuldade em obter repasses correspondentes à importância adquirida pelo Estado no conjunto da arrecadação pública. A Constituição Estadual seria a possibilidade de alinhamento com a Carta Federal. Se a última atribuía maiores responsabilidades aos Estados, seria o momento de estes incorporarem este poder.

O PMDB possuía um largo comando político, mas as dificuldades para contornar a crise econômica mantinham-se. Em Santa Catarina, após a morte de Pedro Ivo Campos, em Fevereiro de 1990, o novo Governador, Casildo Maldaner, um político da região Oeste que nascera no Rio Grande do Sul, obteve acordos com sua base aliada na Assembleia Legislativa e as conversações caminharam para uma reconciliação. Um “segundo tempo” foi colocado em prática, mas não pelas mãos de Pedro Ivo Campos que agora saía de cena.

Maldaner fazia o que era possível, seu governo resumiu-se a manter o equilíbrio das contas do Estado, pois dois temas ocupariam e, mais do que isso, atrapalhariam sua atenção à administração estadual. Primeiro, a sucessão, pois as eleições para Governador já se avizinhavam, previstas para o fim de 1990. Em segundo lugar, a Constituição Estadual, que cuja promulgação colocava qualquer possibilidade de estratégias político-administrativas de curto prazo muito complicadas de serem postas em prática. Por isso, reunir-se com

⁴⁵ Prefeitura de Lages é exceção. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 23 jan. 1989. p. 16.

os deputados era, no caso, uma atitude administrativa necessária e politicamente importante, dentro do limite de potencialidades verificáveis para o então novo governador.

O equilíbrio das contas no Estado e nova distribuição dos recursos, possibilitados a partir de 1988, é o que dava fôlego aos municípios sem dinheiro enquanto estes mesmos aplicavam suas novas administrações regidas por uma nova premissa: a austeridade.

A renovação do secretariado era uma cartada que Pedro Ivo Campos pensava poder aplicar e mudar a imagem ruim dos seus primeiros dois anos de governo. Mas, de modo nenhum, era um episódio de mudança que envolvia apenas a equipe do governo estadual. Foi reproduzida nos núcleos municipais e indicava uma nova roupagem para a chamada classe política que sofria de duras críticas da sociedade. Os prefeitos recém-eleitos assumiam com a promessa de austeridade e moralização das máquinas municipais.⁴⁶

As promessas de campanha giravam em torno da modernização das práticas administrativas, novas dinâmicas e, sobretudo, cuidados com o dinheiro público. O movimento pela renovação político-administrativa que tinha efeitos de saneamento moral e das despesas foi praticado nas principais cidades do Brasil. No Rio de Janeiro, com o prefeito Marcelo Alencar, Olívio Dutra em Porto Alegre, e atingiram as cidades de Santa Catarina, Lages, com Raimundo Colombo, e Vilson Kleinubing em Blumenau. O novo prefeito de Florianópolis, Esperidião Amin, comemorava, pois os vereadores da gestão anterior haviam aprovado a atualização dos valores do IPTU. Para efeito de comparação,

⁴⁶ Prefeitos buscam soluções comuns. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 10 jan. 1989. p. 15.

a atualização do tributo de 1987 para 1989, era da casa de 816%.⁴⁷ Austeridade e a nova possibilidade de arrecadação com a autonomia propiciada pelo processo de municipalização redecoraram as práticas político-administrativas municipais e foram fundamentais para o afastamento até 1991 da ideia de transferência da capital. Àquela altura, a reconfiguração político administrativa colocava a situação da transferência da Capital em dúvida. Seria mesmo necessário transferir?

É importante para esse momento poder notar a capacidade de autonomia que os prefeitos das principais cidades conseguiam. Se o problema era uma Capital distante e que, para se conseguir recursos, muitos dos principais nomes envolvidos nas administrações municipais deveriam ir com “um pires na mão” para conseguir recursos e este foi um dos combustíveis para que a ideia de transferência da Capital ressurgisse do passado e ganhasse fôlego. O cenário dava sinais de modificação, os prefeitos passavam a contar com uma autonomia até então indisponível. Agora as cidades podiam tomar parte das rédeas da situação, com atitudes políticas e administrativas simples como o equilíbrio das contas e ganhando uma nova dose de verbas providas do novo esquema tributário da Constituição de 1988. Um movimento de renovação administrativa ganhavam corpo, sob diferentes formas. Os partidos disputavam ideologicamente, dependendo de seu posicionamento à esquerda ou à direita, qual dispunha das melhores propostas para gestões mais eficientes ou mais participativas e democráticas. Nos maiores municípios, disputava-se a opinião pública. No restante das cidades, as ações praticadas resumiam-se, grosso modo,

⁴⁷ Amin assume prefeitura e apresenta suas metas, **Diário Catarinense**, Florianópolis, 2 jan. 1989. p.10.

à redução das despesas, demissão de funcionários, já que vários eram os casos de governos que sofriam com a contratação excessiva de funcionários públicos. A opinião pública saudava com elogios feitos, porém com muita reticência, já que, esse impulso moralizador já tinha sido visto antes.⁴⁸

As eleições de 1988, e seus resultados negativos para o PMDB em Santa Catarina, refletiam um repúdio ao primeiro governo da Nova República, considerado ausente e que havia frustrado as expectativas da sociedade. O grande protesto na BR-282, noticiado pelos jornais, é um exemplo disso. O governo estadual sofria com o cenário político desfavorável. Casildo Maldaner já havia assumido o governo em ocasiões nas quais Pedro Ivo Campos também se ausentara para cuidar de sua saúde. Seu breve mandato teria um efeito positivo na administração do momento, pelo menos no quesito confiança e alinhamento com a Assembleia Legislativa. Houve alguns casos em que Maldaner assumiu e tornou mais fáceis as relações com os deputados para discutir questões do governo.⁴⁹ Maldaner afirmava que a nova Constituição havia trazido, além de privilégios, mais deveres e, em uma situação como aquela, destacava a necessidade do diálogo e do respeito ao Legislativo. As conversas ininterruptas eram elogiadas pela maioria dos parlamentares, e essa troca de reuniões entre executivo e legislativo

⁴⁸ As promessas de austeridade. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 4 jan. 1989. p. 4

⁴⁹ Casildo convoca os parlamentares. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 20 jan. 1989. p.12.

foi considerada pela imprensa um fato inédito que nunca acontecera no governo Pedro Ivo.⁵⁰

Em uma conjuntura mais favorável ao debate, principalmente na questão tributária, as ideias para que reajustamentos administrativos ocorressem, começaram a surgir e fluir. Algumas dessas ideias sempre polemizavam muito e dividiam os votos dos deputados. Durante o mês de agosto, a Constituinte começou a discutir o preenchimento de cargos para o Tribunal de Contas. O órgão do governo havia passado por CPIs durante os meses anteriores, e estava muito sensível aos esquemas de corrupção com a indicação sempre de “favoritos” deste ou daquele político mais influente. Sendo um aparelho do governo responsável pela fiscalização e controle dos gastos públicos, seria fundamental estender a seriedade da nova administração que se propunha aos aparelhos do Estado. Alguns deputados sugeriram que os cargos deveriam ser preenchidos por funcionários através de concurso público.⁵¹ A maioria desses projetos não sobrevivia aos trâmites seguintes das votações. Outras ideias controversas surgiam sempre com o intuito de moralização ou descentralização como veremos a seguir, impondo um ritmo novo para a nova administração que se desejava, como exemplo de uma destas ideias: a transferência da Capital.

Como visto anteriormente, aquilo que este capítulo chama de reconfiguração do campo político-administrativo estava apenas se iniciando. Para os personagens daquele período seria impossível uma leitura mais atenta da situação. A reconfiguração político-administrativa

⁵⁰ Casildo busca diálogo com parlamentares. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 25 jan. 1989.p. 17.

⁵¹ Conselheiro agora é só por concurso. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 19 ago. 1989. p 12.

só pode ser mais bem analisada apenas em 1991, quando de fato a ideia para transferir a Capital sofreu seu golpe mais duro. Mas, mesmo com as possibilidades futuras, o regionalismo ganhava força, até mesmo porque dentro deste espaço de reconfiguração ainda permanecia a desconfiança em relação à Capital. Impulsos para melhoria das circunstâncias sempre apareciam, como são os casos dos planos econômicos que o Palácio do Planalto tentava aplicar tentando sempre uma injeção de ânimo econômico para o Brasil, mas como se discute administração política, é possível dizer que no que tange a administração, as possibilidades estavam se refazendo, mas no quadro essencialmente político pouco mudara. O regionalismo tinha força, e os deputados expuseram isso em suas falas durante as discussões para transferência da Capital. Essa aura de decepção em relação a falta de uma presença mais forte no interior do Estado fez as discussões inflamarem, a surgência da ideia será explicada no próximo capítulo, junto com o processo que culminou com o afastamento da ideia da mudança da Capital.

CAPÍTULO 3

A CAPITAL QUE NÃO ACONTECEU

O historiador do presente não pratica então outra coisa, para conseguir significações, senão o método seriado daquele do passado, com a diferença de que sua conduta tem por finalidade, aqui, culminar no acontecimento em lugar de procurar reduzi-lo. (NORA, 1979, p. 191)

O “culminar” das formulações e reformulações sobre administração política e pública e descentralização, acontece quando durante as discussões para elaborar a Constituição Estadual, foi apresentada uma proposta que associou descentralização, boas práticas administrativas e transferência da Capital, situando-a no município de Curitiba. O local era escolhido por alguns motivos. O mais evidente era que a cidade de Curitiba fica incrustada no centro de Santa Catarina. Segundo, a região era descrita como muito pobre e, transferindo a Capital para aquela cidade, viriam também os benefícios dos investimentos públicos, com toda estrutura e os funcionários, os quais dinamizariam o mercado regional. Centralizar a capital significaria, por um lado, articular melhor a administração, conseguir mais eficiente comunicação com todas as regiões, lembrando que, ainda em 1989, o fator da distância pesava nas necessidades municipais, ainda mais quando algumas dessas cidades ficavam no Oeste catarinense. Em alguns casos, como se verá, a falta de acesso mais fácil a reuniões com os deputados estaduais, encontros com Secretários e, mesmo, com o Governador, eram prejudicados pela distância entre Florianópolis e as

outras cidades do Estado. Ainda envoltos por estes problemas com a distância, os deputados iniciaram os trabalhos da Constituinte Estadual e foi nela que o debate sobre uma possível transferência retornou à cena.

O processo de elaboração da Constituição Estadual começou logo após a promulgação da Constituição Federal, em Outubro de 1988. O Presidente da Assembleia Constituinte Estadual, Deputado Juarez Furtado, criou vários núcleos de participação popular de diversas regiões: isso significava para Furtado que as vontades democráticas seriam respeitadas em vários setores. Até então tudo corria bem, havia sido criada uma Comissão de Estudos Constitucionais, também já estava formulado o regimento interno, os setores de informação e de imprensa foram totalmente modificados para atender a busca pelas informações a respeito dos debates nos assuntos da Constituinte. Alguns funcionários que iriam auxiliar os deputados fizeram cursos e viagens, principalmente para Brasília, isso somado à ajuda de funcionários especialistas que vieram da Capital Federal, sob determinação de Ulysses Guimarães.¹

Em entrevista, o Presidente da Assembleia, o Deputado Juarez Furtado, ressaltou a “participação popular”, tomada como fator indispensável para assegurar o envolvimento da sociedade, ainda conforme a retórica própria ao período de redemocratização. Dizia Juarez Furtado, fazendo inclusive críticas à Carta Federal que, diferente daquela, na Constituinte Estadual seria respeitada a vontade da sociedade catarinense. Isso seria possível graças à instalação de núcleos de participação em várias cidades que, inclusive, seriam separados por

¹ Deputados iniciam Constituinte. **Diário Catarinense**. Florianópolis. 9 out. 1988. p.18.

setores, como economia, educação, política e administração etc. Em uma entrevista para o jornal *Diário Catarinense*, quando questionado sobre o que faria de diferente em relação à Constituição Federal, que teria sido “bastante específica”, Juarez Furtado respondia que os Deputados poderiam legislar sobre tudo desde que, claro, não ferissem a Constituição Federal. Uma das suas preocupações se referia ao problema principal que envolvia Santa Catarina: a reforma tributária estabelecida pela Constituição Federal, e como esses recursos seriam repassados para os Estados e municípios, um assunto considerado “especial”.²

O fator “participação democrática” na feitura da Constituição Estadual possui de fundamental relevância para o tema da transferência da sede administrativa. Pode-se adiantar que esse caráter foi muito ressaltado e tomado retoricamente como uma questão decisiva na formulação da Constituição do Estado. Porém, no desemaranhar das decisões sobre a transferência da Capital em 1991, o assunto ganhou ares delicados e potencialmente arriscados quanto ao que seriam os interesses da sociedade.

Neste capítulo, dois temas serão centrais: a questão da participação da cidadania no andamento dos trabalhos da Constituinte e a grande preocupação com a questão tributária. O foco será demonstrar como estes dois temas se entrelaçam com a ideia de transferir a Capital para outra região de Santa Catarina.

A modificação de um padrão administrativo centralizador, principalmente no que se refere à liberação de recursos, passando os

² BITTENCOURT, Roger. Juarez explica confronto. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 1 out. 1988. p. 13.

Estados a aumentar sua participação nas atribuições do chamado pacto federativo, devido a uma ampliação da base de recolhimento de impostos e afrouxamento dos mecanismos que retinham os recursos no âmbito da União, envolveria discussões políticas complexas, com peculiaridades próprias a Santa Catarina. Esse foi um processo encarado como de fato um retorno da democracia, no qual mudam também as lógicas políticas administrativas, culminando com o processo de municipalização dos serviços prestados pelo Estado. Com a Constituição de 1988 abrem-se as possibilidades, mas as convulsões aceleram-se antes de estabilizar. Com o início da Assembleia Estadual Constituinte esses nós começarão a afrouxar e os problemas administrativos surgem como tema principal dentro nas mesas de debate. É nesse âmbito que surge a ideia para transferir a Capital para Curitiba.

O plano para a mudança era uma ação que conduzia a tentar mudar o futuro do Estado. Se dentro daquele ambiente de instabilidade econômica era impossível que vários nós se desfizessem, chegara a hora de reverter a situação.

Lidando com temas e conceitos muito caros ao período da redemocratização, a chamada “opinião pública” apareceu como um ente político a ser mobilizado frequentemente nos debates travados e em defesa da Constituinte. Chamar a atenção para a importância que o momento envolvia era parte de uma estratégia para demonstrar que, dentro da Assembleia, haviam cabeças preocupadas e trabalhando para a melhoria da situação, ou seja, os próprios deputados confiavam de que seus trabalhos formulando a nova Carta ajudariam no processo de transformação das condições sociais. A preocupação com a repercussão social dos debates constituintes era reflexo do início tumultuado que a

elaboração da Carta possuiu devido aos desentendimentos entre Juarez Furtado e os outros Deputados. Para a imprensa, o episódio de constantes conflitos entre bancadas partidárias e Presidente, desgastou a imagem dos políticos catarinenses.³ Se demonstrassem preocupação com os problemas catarinenses, isso lograria pontos junto à opinião pública.

Superados os desentendimentos internos, após mais de quatro meses, os deputados retornavam aos assuntos constituintes e fizeram questão da participação pública. Os trabalhos da Constituinte envolviam reuniões públicas com grupos profissionais, intelectuais, religiosos e, claro, políticos. Houve preocupação dos Deputados Estaduais frente às críticas expostas nos jornais, por isso a participação do maior número de pessoas da sociedade era fundamental para o prosseguimento democrático dos trabalhos. Em se tratando da transferência da Capital, os deputados estavam cientes das opiniões refletidas pelos jornais.

Em novembro de 1989, quando a Constituição Estadual já estava promulgada, Martinho Ghizzo comentava o momento daqueles debates e a importância da imprensa, tomada como a propulsora das amplas discussões. Afirmava o Deputado que a Constituição Estadual havia sido o maior debate promovido entre políticos e sociedade.⁴ O debate entre jornais, Deputados e sociedade foi profícuo no sentido de demonstrar que um assunto antes considerado sem prioridade assumia

³ Constituinte: a farsa continua. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 26 out. 1988. p. 4.

⁴ Diário da Assembleia Legislativa. Nº 3317, 9 nov. 1989. p. 5.

uma importância que preocupava principalmente o lado de quem era contra a transferência.⁵

As propostas avançavam e Aloísio Piazza (ex-PMDB e, na época, sem partido) presidente da Constituinte anunciou a existência de 1.591 emendas, sendo 1.487 de autoria parlamentar, 82 das Câmaras Municipais e 22 populares.⁶

Num primeiro momento, a ideia da transferência não surgiu na pauta. Os trabalhos da constituição iniciaram de forma atrasada. Esse atraso era preocupante, pois as Assembleias Legislativas Estaduais tinham 365 dias após a promulgação da Carta Federal para formularem a Constituição de seus Estados. Os trabalhos catarinenses só começaram muito tempo depois, devido a uma discórdia a respeito de quem deveria presidir a mesa. No caso, o presidente da Assembleia, Deputado Juarez Furtado, impôs seu nome também como Presidente da Constituinte e isso desagradou os outros deputados, tanto os aliados como os oposicionistas. A questão só piorou quando Furtado tornou-se irredutível às conversas que buscavam um acordo. A alternativa de quase toda a Assembleia que estava contra Furtado, foi a de formar outra mesa de debates para a Constituinte. Quando Furtado viajou para Brasília para resolver um assunto pendente, os deputados formaram uma Constituinte paralela, tendo como presidente Aloísio Piazza. Isso causaria desconforto, além de ameaças verbais e físicas. Ao retornar a Florianópolis, Juarez Furtado julgou fora da lei a mesa articulada sem sua presença e entrou com um mandato de segurança. Após semanas de

⁵ FECAM debate a mudança da Capital do Estado. **O Estado**. Florianópolis, 6 ago. 1989. p. 4.

⁶ Constituinte recomeça em ritmo lento. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 3 ago. 1989. p. 5.

atraso, o Desembargador que cuidou do caso julgou improcedente o pedido de Furtado, que logo deixou a Presidência da Assembleia, pois seu tempo no comando da Casa havia expirado. Resolvido o impasse, e com a Presidência da mesa e das comissões aprovadas, as votações dos artigos puderam finalmente começar.

O projeto de transferir a Capital aparece nos debates pela primeira vez no mês de agosto de 1989. O idealizador da ideia foi o deputado Martinho Ghizzo (PMDB - Tubarão). As primeiras críticas contra a ideia aparecem com a afirmação de que Ghizzo estava trazendo o assunto da transferência da Capital para obter ganhos políticos.⁷ De todas as propostas discutidas a avaliação segundo a imprensa, era a de que a transferência da Capital havia ganhado o maior espaço das discussões, influenciando inclusive o ritmo das votações, pois cada vez que o assunto da transferência surgia os demais temas eram esquecidos, fazendo os deputados perderem tempo precioso, já que como visto antes, a Carta Estadual sofreu revezes. Decidir as votações o mais rápido que podiam, era necessário, pois as incongruências legislativas com a Constituição Federal poderiam provocar ainda mais transtornos para o ato de governar.

A análise histórica dos discursos, tanto na Assembleia Estadual, como na Constituinte, já que o plenário era usado separadamente tanto para uma quanto para a outra, parece apontar para que Martinho Ghizzo, ao propor a mudança da Capital, estaria agindo conforme sua trajetória política como Secretário da Saúde. A apreciação dos documentos

⁷ A polêmica transferência. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 5. Out. 1989. p.4.

encontrados nos quais Ghizzo expõe suas falas, principalmente quando dos debates da Assembleia Constituinte, fez-se necessária, afinal, trata-se, isto sim, de apreender o sentido, o significado, e a perspectiva do que foi enunciado. Seria impossível fazer uma elaboração da ideia de transferência proferida por Martinho Ghizzo, sem a apreensão de outros projetos de sua autoria. Tal iniciativa é parte de uma busca pela “coerência perfeita”, ou seja, as alegações de Martinho Ghizzo para defender seu projeto e defender-se das acusações de que ele só havia lançado a polêmica ideia da mudança com objetivos pessoais, poderiam ser afastadas caso houvesse coerência em sua argumentação e não houvesse essa mesma coerência entre seus críticos.⁸

Martinho Ghizzo era médico e fora Secretário da Saúde no governo de Pedro Ivo Campos. Sua entrada na Assembleia havia acontecido devido à saída do Deputado Paulo Afonso Evangelista Vieira, que aceitou o convite de Pedro Ivo Campos para assumir a Secretaria da Fazenda. Ghizzo assumiu o cargo e uma de suas características principais era sua defesa arraigada pela descentralização dos órgãos da saúde. Grande parte de seus discursos discorriam sobre este tema.

⁸ Este trabalho de compreensão faz parte da tarefa hermenêutica explicada por Gadamer: “Um processo presente quando se trata de realizar uma compreensão. Significa que nada é de fato compreensível se não se mostrar efetivamente sob a forma de um significado coerente. Desse modo retorna-se a condição original de toda hermenêutica. Ela deve ser uma referência comum e compreensível às “coisas mesmas”. É essa condição que determina a possibilidade de visar a um significado unitário e, portanto, também a possibilidade de a antecipação da coerência perfeita ser efetivamente aplicável”. GADAMER, Hans-Georg. **Esboço dos fundamentos de uma hermenêutica**. In: O problema da consciência histórica. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 65, 66.

O mais importante dentro desses discursos é que eles sempre se referiam a ideias que estavam em grande evidência naquele momento: *descentralização* e *administração*. Essas palavras, lidas de maneira isolada, são cheias de significado, mas dentro do círculo de inteligibilidade daquele momento esses conceitos possuem uma significância específica e que passava por uma modificação, tornando-os restritos àquele período, sobretudo, por que eles evidenciavam a existência de uma questão quanto à governabilidade de Santa Catarina. A análise de um fator que inflamou as discussões sobre as dificuldades em se recorrer à Capital em momentos específicos, e que se repetiam durante aqueles anos, pode oferecer melhores chances de interpretação sobre o fulcro das discussões sobre a política administrativa e também contribuir para compreender os elementos que compunham a pretensa falta de articulação entre a Capital e as suas cidades a quem administrava, além do que, trata-se de um caso que envolvia justamente agilidade na tomada de decisões.

Milton Sander, Prefeito de Chapecó e presidente da FECAM (Federação Catarinense de Municípios), chamou bastante a atenção por coadunar de uma só vez os debates que envolviam o momento. O Prefeito teria vindo até a Capital por querer saber por que os recursos para sua prefeitura na área da saúde estavam atrasados. A notícia do deslocamento do prefeito a Florianópolis chegou até os Deputados, que reclamaram da administração estadual pelo transtorno provocado ao prefeito de Chapecó. O fato não é corriqueiro, pois a viagem do Prefeito tinha o intuito de demonstrar que suas necessidades tinham caráter de urgência. O deputado estadual Ivan Ranzolin (PDS - Lages) ocupou a tribuna da Assembleia e fez um pronunciamento no qual acusou que os

recursos do Governo Federal mantinham-se retidos na Capital: “essa falta de repasse, não acontece só em Chapecó, mas em todo o Estado, Lages também não está recebendo os recursos”. José Bel (PDT – Xanxerê) reforçava as reclamações de Ranzolin: “os recursos não estão sendo passados para as prefeituras e o Governo Federal e o Estadual devem ser responsabilizados.” Martinho Ghizzo acrescentava: “além de pouco, o dinheiro pelo menos no caso de Chapecó, sofria a corrosão da inflação”.⁹

Esse tipo de discussão salientava as conclusões de Ghizzo a respeito de descentralizar o governo. O episódio envolvendo o Prefeito de Chapecó mostrava o quanto os ânimos políticos, principalmente na região Oeste de Santa Catarina, eram favoráveis ao questionamento da posição da Capital no litoral¹⁰. Quando os Deputados ocuparam a tribuna da Assembleia para reclamar o caso, não economizaram para dizer que as regiões que eles representavam também estavam sem recursos.

O caso não era simples, e envolvia um momento frágil que Santa Catarina enfrentou entre os anos de 1988 e 1989.¹¹ Um surto de meningite atingiu centenas de catarinenses e o problema se alastrava devido à falta de condições, principalmente das regiões mais pobres, que eram justamente os municípios mais afastados do litoral. Aliás,

⁹ **Diário da Assembleia Legislativa**. Florianópolis, nº 3275, 28 jun. 1989. p. 20, 21.

¹⁰ Em situação parecida, o prefeito de Pomerode, localizado no Vale do Itajaí, 172 km de Florianópolis. Na ocasião, os deputados serviram também como interlocutores. A reclamação era a mesma de Chapecó, e questionavam: “Porque o Estado não tem presença em nossa região?” **Diário da Assembleia Legislativa**. Florianópolis, nº 3248, 11 abr. 1989. p. 13.

¹¹ Santa Catarina tem o maior índice de meningite. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 1 mar. 1989. p.5.

meningite era o problema mais grave, mas poderia ainda incluir a AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) que se apresentava parcialmente desconhecida na lista de males que atingiam o Estado. Os casos de AIDS atingiam a cidade de Itajaí, região portuária do Estado, mas era a meningite que preocupava mais os prefeitos. A saúde é parte importante na agenda de qualquer governo e a situação naquele caso não era a ausência de recursos, mas sim a falta do repasse devido pelo Estado. A necessidade de dirigir-se até Florianópolis apareceu como um problema, pois havia recursos para a Secretaria da Saúde, mas, como reclamavam o prefeito de Chapecó e os Deputados, não chegava ao destino.

Martinho Ghizzo havia sido Secretário da Saúde. Até sua gestão, fora o recordista de permanência no posto que, segundo ele, sempre teve como característica a de ser uma vaga rotativa, o que atrapalhava o planejamento em longo prazo. Já havia enfrentado a meningite que assolava o Estado durante sua administração na pasta da saúde. No período em que ocupou o cargo na Secretaria Estadual, discutia-se se o quadro grave da doença e sua dispersão, ainda incerta, atingia todo o território catarinense, apenas em focos isolados ou, de fato, se tratava de uma epidemia generalizada. Ghizzo dizia que, em algumas cidades, a quantidade de casos era realmente a de uma epidemia, mas em outras eram apenas focos da doença. Em sua gestão, aplicou um plano de descentralização da saúde ainda antes da reestruturação feita pelo processo municipalização. Seu plano consistia em unificar serviços públicos semelhantes e espalhá-los em um único formato pelo maior número de regiões catarinenses. Assim, ele criou e unificou os Centros Administrativos Regionais da Saúde (CARS).

Foram unificados com outro sistema existente, o Serviço de Medicina Social (SMS) que, por sua vez, desdobrava-se em outros serviços. Segundo Ghizzo, durante sua permanência na Secretaria da Saúde, existiam sete SMS e quinze CARS. Ghizzo promoveu a união destes órgãos criando mais doze por várias regiões que não eram atendidas.¹²

Em casos como esse, de urgência, por se tratar de vidas em risco, os prefeitos deslocavam-se até Florianópolis para conseguir, pela via da pressão política, os recursos financeiros de que precisavam. Quando da Constituinte Estadual, as referidas faltas do governo em casos como o da saúde impactavam os debates parlamentares. Houve consonância, outros deputados que concordavam com Ghizzo, como Admir Bortolini (PMDB – Concórdia) que afirmava que as ideias de Ghizzo para transferência da Capital deveriam ser discutidas e levadas adiante, pois aquela era uma ideia de muitos outros catarinenses.¹³ Isso significava que Martinho Ghizzo já não era o único a considerar que a articulação entre Capital e municípios era ineficiente. Ainda sem regras estabelecidas sobre a distribuição de recursos, devido à nova Constituição Estadual não estar promulgada, a fragilidade da gestão administrativa ficava evidente. A demora de comunicação do governo naquele momento significava a perda de vidas. Descentralizar as decisões era uma possibilidade de melhoria da gestão engessada pela hierarquia entre municípios e o governo estadual na longínqua Florianópolis. A ideia para levar a Capital para outro ponto de Santa Catarina ganhou fôlego nas discussões, como meio para uma melhor articulação entre os municípios e sua Capital. Este havia sido, aliás, o

¹² **Diário da Constituinte.** Florianópolis, nº 3258, 12 mai. 1989. p. 10.

¹³ **Diário da Assembleia Legislativa.** Florianópolis, nº 3248, 7 ago. 1989. p. 13.

motivo quando das outras tentativas de mudança, o que redundaria na construção da Ponte Hercílio Luz, um dos maiores símbolos do problema do isolamento, o qual, na última década do século XX, ainda não havia sido superado, inflando os debates que se estenderiam a partir daquele momento.

A sugestão para a mudança da sede administrativa chamou rapidamente a atenção. Os críticos à proposta afirmavam que o proponente tinha como intenção apenas querer promover pessoalmente por meio de uma discussão que não era prioritária. O Deputado defendeu-se justificando que a Constituição não era um “conjunto de prioridades” e o fato de alguns assuntos parecerem mais importantes que outros, não livravam os menos urgentes de serem discutidos.¹⁴ Mais uma vez, a Constituição é revestida com o manto da esperança, e trazia consigo sempre uma necessidade de reformas. Ao defender a transferência da Capital para Curitiba, Ghizzo reunia esse tipo de entrosamento:

O que quero dizer é que tenho que levar uma proposta de natureza administrativa, dentro dos princípios do bom nível e da boa discussão, da boa polêmica, entendendo que o momento de constituir é este; o momento de renovar é este; o momento de fazer uma reforma administrativa de base é este.¹⁵

Como se nota, o teor da proposta envolvia, segundo Ghizzo, uma questão de natureza administrativa. O Deputado acreditava que a mudança da Capital seria uma resposta eficaz para iniciar um processo de descentralização do poder, aumentar a possibilidade da Capital

¹⁴ **Diário da Assembleia Legislativa.** Florianópolis, nº 3284, 7 ago. 1989. p. 6

¹⁵ **Diário da Assembleia Legislativa.** Florianópolis, nº 3284, 7 ago. 1989. p. 6

responder com menor tempo aos problemas e, com isso, agilizar o envio de recursos para as cidades mais afastadas do litoral. Administração e descentralização eram palavras às quais foi atribuído o sentido de aperfeiçoamento do modelo de gestão. Segundo Ghizzo, “esta proposta que não tem outra finalidade senão, a de fazer com que essa administração seja mais ágil e os catarinenses mais felizes”.¹⁶

Justamente em agosto, as reformas iniciadas com a Constituição Federal e mais algumas medidas tomadas pelo Ministério da Fazenda começavam a surtir efeito. Em julho de 1989 o aumento na arrecadação do bolo que seria devolvido aos Estados e municípios aumentara em 60% em relação aos dois meses anteriores, refletindo uma melhora nos cofres públicos.¹⁷

Com o andamento da Constituinte Estadual, temas polêmicos não se restringiam apenas à questão da transferência da Capital. Quando era colocado em votação algum assunto que envolvia práticas políticas tradicionais, como o caso de nomeação de cargos que até então eram feitos por ordem política, os Deputados divergiam profundamente. Apesar das discussões, sempre prevalecia a questão “administrativa”, como se fosse a palavra mágica que acabava com qualquer contenda e venciam qualquer argumentação.

3.1 - Transferir a Capital - Entre o apoio e a reprovação

O jornalista Paulo Prisco Paraíso, que ocupava uma coluna política no jornal mais importante de Santa Catarina, o *Diário*

¹⁶ Ibidem., p. 6.

¹⁷ Aumento. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 1 ago.1989, p. 12.

Catarinense, mostrava em uma nota até onde iam aqueles que buscavam fontes de apoio contra a transferência da Capital. Apesar de não estar explícitos quem eram os interessados em barrar a proposta, a nota afirmava que “determinados setores da Igreja” não escondiam a “preocupação com a tese da transferência”. Acrescentava ainda que a Igreja Católica estava sendo “pressionada pelos leigos católicos, para se posicionar a respeito do assunto, se posicionar contra, é claro”.¹⁸ A Igreja participou ativamente da votação da Constituinte, tanto que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Regional Sul 4 – (CNBB), reuniu todos os bispos de Santa Catarina para discutir os temas da Carta. O resultado teria sido para orientar os fiéis para participarem de todos os assuntos envolvidos, “pois, povo omissos é povo explorado”. A reunião teve participação de oito dioceses, além de líderes de Igrejas Metodistas, Presbiteriana e Luterana, ou seja, várias denominações religiosas que exigiam dos políticos que eles levassem em conta “os temas de grande interesse à sociedade”.¹⁹

Críticas contra a transferência apareceram, mas havia aqueles que apoiavam a ideia. O *Diário Catarinense* possuía uma página chamada “Opinião”, a qual proporcionava espaço para os leitores comentarem as notícias. A primeira opinião registrada encontrada vinha de um morador de Florianópolis que ressaltava as melhorias que iriam acontecer caso a Capital fosse transferida. Citava primeiramente o trânsito que, já no fim da década de 1980, era considerado caótico. Além disso, o leitor afirmava que a criminalidade poderia diminuir e a capacidade turística da cidade poderia melhorar. O leitor manifestava-se

¹⁸ Capital. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 30 ago. 1989. p.12.

¹⁹ Igreja debate propostas à Nova Carta. **O Estado**. Florianópolis, 4 mar. 1989. p. 8.

como se estivesse respondendo diretamente ao Deputado Martinho Ghizzo: “gostei da proposta Deputado, sei perfeitamente avaliar a complexidade da proposição”. Outro leitor, também de Florianópolis, apoiava olhando para o lado ambiental, ou seja, a quantidade de pessoas que Florianópolis atraía pelo fato de ser considerada uma cidade bonita e como ela era a Capital, atraía mais pessoas ainda, isso acabaria levando à sua própria destruição. Sendo então, para esse outro leitor, transferir a Capital era uma prevenção do que Florianópolis poderia se transformar, caso a Capital permanecesse na cidade.²⁰

A quantidade de opiniões e a dificuldade de um assunto que, de início, foi atacado com o tom de chacota elevou a polêmica ideia de transferência a um debate perigoso para a imagem dos políticos catarinenses. Aqueles que se omitiam saíam ilesos, mas aqueles que defendiam a permanência da Capital em Florianópolis ou a transformação de Curitiba em nova Capital, corriam o risco de, defendendo um dos dois lados, obter a desaprovação do lado oposto a que defendiam. O assunto comovia todos os catarinenses. Em Florianópolis pode-se dizer que a opinião de transferência era encarada com a mais negativa reprovação possível. Em Curitiba, a esperança de se tornar sede do centro administrativo do Estado, era vista como um sonho de possibilidades.

O fato é que, em 1990, seriam realizadas novas eleições, desta vez para os cargos de Governador e Deputados Estaduais e, em 1989, a Assembleia Legislativa Catarinense, evolvia-se num debate sensível sobre a transferência da Capital. A soma dessa mistura crítica de necessidades e responsabilidades encontrava na transferência da Capital

²⁰ Ivo Eckert. Mudança. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 7 ago.1989, p. 6.

uma solução difícil de ser levada adiante, sobretudo, devido à aproximação das eleições de 1990, um momento nevrálgico para tocar em um assunto sensível como aquele.

A Constituinte Estadual chegou ao fim de suas discussões declinando sobre o assunto da transferência, prorrogando o debate para os próximos Deputados que assumissem o Legislativo. Na redação final da Carta Catarinense, a transferência foi colocada na parte de “Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, prevendo no Art. 3º a realização de um plebiscito em 07 de setembro de 1993.²¹ Florianópolis ainda permaneceria com sua posição ameaçada, mas o suspense sobre a decisão final não precisaria esperar até 1993. No ano de 1991, uma nova rodada de discussões se apresentou. É nesse novo ciclo de debates que a questão democrática, assumida pelos Deputados Constituintes ao encaminharem o problema para um plebiscito, foi suprimida. Entraram em cena os Deputados Onofre Santo Agostini, de Curitiba, e Sérgio Grando, de Florianópolis, que travaram a batalha final sobre o destino da Capital de Santa Catarina.

3.2 - Um horizonte de expectativas frustradas

A percepção de isolamento de Florianópolis em relação ao Estado acentuou-se com as novas perspectivas abertas pelas Constituições Federal e Estadual. A concentração de poder decisório verificada durante os anos da ditadura militar apareceu, no período da redemocratização, como responsável pela pauperização econômica dos Estados quanto ao recebimento de recursos federais.

²¹ Constituição do Estado de Santa Catarina. 1989. p. 116.

A Constituição Estadual possibilitou então que a carência destes serviços fosse levada ao debate, confluindo com questões que envolviam burocratização dos procedimentos administrativos na Capital e a distância geográfica de Florianópolis. Estas Constituições propiciaram que assuntos importantes do universo político fossem debatidos, não só envolvendo os próprios responsáveis pela política, mas também mobilizando expectativas sociais, principalmente por meio dos órgãos de imprensa.

Mas, as expectativas costumam estar próximas às frustrações. As expectativas foram superlativadas naquele momento. Em 1988, a nova Constituição. Em 1989, o exercício democrático do voto para escolher o Presidente da República após quase 30 anos. Um presidente jovem, Fernando Collor de Melo, subiu a rampa do Palácio do Planalto. Parte da imprensa ajudou a construir sua imagem como o “caçador de marajás”, a qual se referia ao seu pretenso combate aos super salários de funcionários públicos de Alagoas, quando fora Governador daquele Estado, eleito em 1986. Por outro lado, carregava as esperanças de novas práticas administrativas e um discurso de moralização dos agentes públicos, cuja enunciação foi frequente no Brasil ao longo de sua História republicana.

Em Santa Catarina o ano de 1989 prometera novas oportunidades também pela sua Constituição Estadual, mas mais ainda pelas promessas de que a nova Constituição Federal impactaria positivamente a distribuição de recursos públicos. Uma das grandes medidas possibilitada pela Constituição Federal seria a descentralização de serviços federais, que passariam da União para os Estados e deste para os municípios. A desconcentração destes serviços traria uma virtual

sensação de que os municípios iriam ter, a partir daquele momento, um poder decisório inédito. Este fator iria enfraquecer o debate dentro dos círculos políticos sobre a transferência da Capital, afastando o tema pelo menos até o fim daquele século.²²

Primeiro é necessário aqui, nesta parte deste trabalho, uma digressão sobre o significado de municipalizar, e como essas características adotadas principalmente pelo governo Kleinubing provocaram o desinteresse sobre o tema “transferência da Capital”. O processo de municipalização foi possível graças às mudanças aprovadas pela nova Constituição Federal. Apesar da aplicação de suas determinações ser responsável por mudanças estruturais na administração pública, a imprensa demonstrava outro tipo de recepção por parte do que considerava ser o conjunto da sociedade.

O assunto Constituições gerou uma série de reportagens especiais quando completavam certo período de vigência. No aniversário de três anos da Constituição Federal, a conclusão indicava, por meio de pesquisas que, para o cidadão brasileiro, pouco havia mudado na prática, que as expectativas geradas estavam cada vez mais distantes de se concretizarem. Desrespeito e desinteresse eram apontados como os caminhos que estavam sendo tomados pelo texto da Constituição. O Presidente Fernando Collor vinha a público, através dos canais de televisão, pronunciar-se sobre a necessidade de que as reformas feitas no texto “colocassem o país nos trilhos da modernidade

²² Em 2011 o assunto voltou a ser noticiado, mas desta vez sem tanta repercussão:

<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2011/02/florianopolis-pode-deixar-de-ser-a-capital-de-santa-catarina-3204854.html>: acesso em 30/06/2013.

e da justiça social”.²³ Em Santa Catarina, a Constituição Estadual também passava por ajustes. Aloísio Piazza, Presidente da Constituinte, discorria a respeito dos erros cometidos durante as reuniões da elaboração e quais temas não deveriam ter sido tocados. Entre as questões desnecessárias, o plebiscito para mudança da Capital estava em primeiro lugar. Para Piazza, esse assunto deveria ser esquecido, pois a situação de Florianópolis havia mudado entre 1988 e 1991. A cidade agora concentrava outras funções importantes, como por exemplo, a de ser uma propalada Capital do turismo no Mercosul, um título que a Prefeitura da cidade procurara atribuir à cidade na época.

A configuração de um tempo de prosperidade futura foi rapidamente destruída. O fracasso na condução da política econômica marcou o primeiro e segundo ano de Fernando Collor na Presidência, a começar por um surpreendente confisco dos depósitos bancários de milhões de cidadãos. Ao completar três anos, a Constituição Federal sofria revisões. O texto constitucional era encarado com reprovação. A imprensa mostrava depoimentos e pesquisas que apontavam para a percepção de que nada havia melhorado, nada havia mudado, os elementos que a Carta estabelecia não conseguiram suprir o mar de expectativas deflagrado entre 1988 e 1989.²⁴ Entre as principais reclamações estava que, para mais de 90% da sociedade e mais de 80% da classe política, a Constituição simplesmente não era respeitada. Ivan Ranzolin Deputado Estadual catarinense entre 1988 e 1994, citava alguns fatores simples que eram estabelecidos pela Constituição, mas

²³ Três anos de Constituição: Planalto pretende fazer alterações. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 6 out. 1991. p. 7.

²⁴ Três anos de Constituição: Catarinense acha que o Brasil não melhorou. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 6 out. 1991. p. 4.

não eram respeitados, como o pagamento dos funcionários do governo, que deveriam ser feitos até o último dia do mês e o salário mínimo que não atendia as regras estabelecidas. Perguntava Ranzolin: como era possível “respeitar algo impossível de cumprir?”.²⁵

O Governador recebia uma abordagem favorável pela maior parte da imprensa. Chamado de “administrador experimentado” estaria enfrentando os problemas de Santa Catarina com a falta de recursos. Apesar disso, ao completar um ano de mandato, Vilson Kleinubing apresentava uma popularidade cambaleante. Afirmou nunca haver enfrentado um desafio tão grande como o de ser governador.²⁶

A percepção social acerca da Constituição Estadual, levantada pela imprensa, seria praticamente a mesma da Constituição Federal, ou seja, havia a sensação de decepção e as esperanças investidas haviam sido frustradas. Em dois anos de sua vigência, ainda existiam 60 artigos em fase de regulamentação, justamente um desses se referia à transferência da Capital. Em outubro de 1991, o tema voltaria com força total à arena de debates. Desta vez, apesar da resolução hesitante, a solução apontou uma palavra final sobre a questão.²⁷

Alguns dos fatores que deram sentido ao retorno da ideia de transferência da Capital, em 1989, durante a Constituinte Estadual, em especial a falta de articulação entre a sede administrativa e o restante do Estado, permaneciam, mas os reflexos da melhor redistribuição dos tributos apareciam. Em 1991 os deputados não se sentiam compelidos a

²⁵ Desrespeito é apontado pela maioria. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 6 out. 1991. p 5.

²⁶ Reflexos da Paralisação. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 6 out. 1991. p. 6.

²⁷ Carta Depende de Lei Complementar. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 6 out. 1991. p. 11.

aprovar a disposição a respeito do plebiscito, muito menos aprovar uma transferência de Capital. Se em 1989 houve espaço para discussão, em 1991 estava fora de questão qualquer debate, principalmente se envolvesse a sociedade. Em parte, o quadro no interior da Assembleia Legislativa acerca da questão, havia mudado substancialmente. Vários envolvidos nas discussões em 1989 não ocupavam mais cadeiras do Palácio Barriga Verde, Edifício da Assembleia, e os novos deputados mostravam-se favoráveis à permanência de Florianópolis como Capital. Abaixo são expostos os nomes dos deputados envolvidos nas duas votações nas duas diferentes oportunidades.

Deputados a favor do Plebiscito - 1989	Deputados contra o Plebiscito - 1989
Martinho Ghizzo (PMDB)	Neuzildo Fernandes (PMDB)
Raulino Rosskamp (PMDB)	Salomão Ribas Júnior (PDS)
Valdir Baretta (PMDB)	Mário Cavallazzi (PRN)
Nelson Locatelli (PMDB)	Júlio Garcia (PFL)
Décio Knop (PDT)	Francisco Mastella (PDC)
Luci Choinaski (PT)	
Ivan Ranzolin (PDS)	

Tabela 1 - Deputados Constituintes Estaduais na votação do plebiscito sobre a transferência da Capital. (1989)²⁸

Opinião dos Deputados – 1991	Plebiscito	Mudança
Adelor Vieira (PFL)	sim	não
Afonso Spaniol (PT)	sim	não
Antônio Ceron (PL)	sim	não

²⁸ O placar da votação. **O Estado**. Florianópolis, 24 ago. 1989. p.2.

Arnaldo Schimitt Júnior (PMDB)	não	não
Arnoldo Rinnert (PFL)	sim	sim
Cairu Hack (PDS)	sim	sim
Celso Bonatelli (PDT)	não	não
Durval Vasel (PMDB)	sim	sim
Edson Bez (PMDB)	não	não
Germano Vieira (PFL)	não	não
Gervásio Maciel (PDS)	não	não
Gilmar Knaesel (PDS)	não	não
Gilson dos Santos (PDS)	não	não
Herneus de Nadal (PMDB)	sim	sim
Idelvino Furlanetto (PT)	não	não
Ivan Ranzolin (PRN)	sim	não
Jair Silveira (PRN)	sim	sim
João Matos (PMDB)	sim	não
Joaquim Lemos (PFL)	não	não
José Pedroso (PFL)	sim	sim
Júlio Garcia (PFL)	não	não
Leodegar Tiscoski (PDS)	não	não
Lírio Rosso (PMDB)	não	não
Luíz Basso (PMDB)	sim	sim
Luiz Marini (PMDB)	sim	sim
Manoel Mota (PMDB)	não	não
Marcelo Rego (PDC)	não	não
Mário Cavallazzi (PRN)	não	não
Miguel Ximenes (PMDB)	não	não
Milton Mendes (PT)	não	não
Nilton Fagundes (PSDB)	não	não
Onofre Agostini (PFL)	sim	sim
Reno Caramori (PDS)	sim	não
Rivaldo Macari (PMDB)	sim	sim
Sergio Grando (PCB)	não	não
Udo Wagner (PDS)	não	não
Vânio de Oliveira (PFL)	-	-

Vilson Santin (PT)	não	não
Wilson Wan-Dall (PDS)	sim	não
Wittich Freitag (PFL)	não	não

Tabela 2 – Opinião dos Deputados Estaduais a respeito do Plebiscito e da transferência da Capital. (1991)²⁹

Na tabela 1, estão apenas os Deputados da Comissão de Sistematização durante a Constituinte. Na tabela 2 aparece o resultado da votação de todos os Deputados da Assembleia. A exposição feita pela imprensa nos dois casos demonstra a pressão que o tema exercia. Na votação de 1988 chegou-se a cogitar uma divisão entre Leste e Oeste, existindo uma divisão regional, porém, no lado dos que votaram contra o plebiscito naquele ano também existiam deputados do Oeste contrários ao tema. Em 1991, a pressão era tanta que, na véspera da votação, os Deputados comentavam que, dependendo do grau de sigilo, os votos poderiam mudar para sim, ou seja, aprovar o plebiscito, ou para não, sendo contra a ideia. Segundo o jornal *O Estado*, a questão da votação ser nominal ou secreta fazia toda a diferença, pois alguns deputados que iriam votar contra o plebiscito, não queriam se indispor com seus eleitores, que gostariam que o plebiscito acontecesse.

No dia marcado para a sessão de votação, a primeira discussão envolveu decidir se os votos seriam abertos ou em votação secreta. Em atenção ao requerimento que pedia para que os votos fossem secretos, os Deputados decidiram pela votação secreta e, assim, de antemão, estavam prejudicados os planos do Deputado Onofre Agostini, que era um oponente da proposta de emenda constitucional contra o plebiscito,

²⁹ Mudança da Capital. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 19 set. 1991. p.4.

apresentada pelo Deputado Sérgio Grando (PCB – Florianópolis).³⁰ Entre as manifestantes no plenário, estavam empresários proeminentes do comércio e indústria catarinense, como Walter Koerich e Amauri Schmidt, o primeiro, proprietário de uma cadeia de lojas de móveis e eletrodomésticos bastante popular em Santa Catarina, e o segundo dono de uma grande construtora e incorporadora em Florianópolis. Walter Koerich assumira para o jornal que havia liberado seus funcionários para acompanhar a votação. Segundo *O Estado*, havia cerca de 100 pessoas nas galerias e as fotos publicadas por este mesmo jornal mostram várias faixas com mensagens como “a Capital é aqui”. O próprio Onofre Agostini acusou os parlamentares de lobby a favor dos empresários.³¹

Ao decidirem, por fim, o assunto, os deputados em 1991 possuíam apenas a responsabilidade do cumprimento de solucionar uma matéria que estava em suspenso e precisava de decisão final. Quando, em 1989, a Assembleia começara os trabalhos na Constituinte, houve estímulos à participação popular.³² A narrativa da redemocratização brasileira, com vistas à ampliação do espaço público de discussões, mantinha-se como elemento central na ordem discursiva então predominante: a Constituição elaborada com a participação de todos. No entanto, os acontecimentos que fechariam os debates a respeito da transferência da Capital, e que se arrastaram por todo o século XX, com

³⁰ Deputados votam hoje emenda contra plebiscito. **O Estado**. Florianópolis, 22 out. 1991. p. 3.

³¹ Plebiscito para mudar a capital é derrubado. **O Estado**. Florianópolis, 23 out. 1991. p. 3.

³² Propostas populares podem ser apresentadas até terça feira. **O Estado**. Florianópolis, 7 abr. 1989. p.6.

seu ápice em 1989, buscava reduzir o potencial de conflito envolvido na questão, caso fosse levado à consulta popular.

Após a finalização das votações e finalmente promulgação da Constituinte Estadual, em 05 de Outubro de 1989, os contornos dramáticos do destino da Capital naquele período foram retomados somente em Julho de 1991, ou seja, vinte meses em que o tema desapareceu da cena pública, até que um cartaz tímido preso a uma parede de um estabelecimento na cidade de Curitiba, que um dia sonhou em ser a Capital do Estado, deu reinício ao assunto.³³

Os ocupantes dos cargos eletivos em Santa Catarina estavam predominantemente engajados, naquele início da década de 1990, em arranjos para a introdução de medidas que favorecessem as municipalizações, que se espalharam no governo de Kleinubing. Os fatos e as justificativas para mudar a Capital sofriam transformações, o pacto federativo mostrava algumas alterações, decorrentes da nova Constituição, com mecanismos de repasse de verbas a Estados e Municípios atrelados a critérios fixados em Lei e não mais por demandas políticas de balcão.

A acusação de abandono da Capital se esvaziava. No campo dos estudos da administração pública a conclusão é a de que, em um país de tamanho continental como o Brasil, o desequilíbrio seja uma constante em vários setores. Para Afonso e Araújo, os orçamentos das Capitais são quase sempre maiores do que os dos demais municípios. As finanças e contas de Capitais e municípios de regiões metropolitanas são parecidas. Mas o contraste entre as Capitais e os mais de cinco mil outros municípios é bastante discrepante. Com a nova Constituição,

³³ Esperança. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 4 jul. 1989. p. 2.

deflagraram-se estímulos que repartiram melhor aos municípios o bolo dos tributos. Começou aí um processo de impulso à autonomia municipal. As cidades investiram em serviços públicos, como na saúde e educação. O estudo de Afonso e Araújo, ainda acrescenta que, além do reforço provocado pelo novo mecanismo de divisão dos tributos, a arrecadação também acrescentou recursos aos cofres municipais em termos agregados. O crescimento da receita dos municípios após a Constituição de 1988 não se deveu somente ao aumento das transferências federais e estaduais. Nas grandes cidades, os resultados tendem a ser explicados pela modernização fazendária e, após a estabilização, pela melhoria dos sistemas de avaliação do valor das propriedades imobiliárias e pelo crescimento dos serviços à frente da indústria e do comércio. Nas cidades de pequeno porte e de regiões muito pobres, o incremento da arrecadação foi explicada pela regulamentação e início de cobrança de impostos e taxas, posto que na maioria dessas unidades nada era cobrado até a Constituição de 1988. (AFONSO; ARAÚJO, 2001, p. 1-11).

A municipalização seria uma possibilidade de autonomia administrativa e esse processo deflagrou uma epidemia de emancipações municipais. O Estado, ainda cambaleante, afinal devia o equivalente a US\$ 1,2 bilhão, dívida essa deixada de herança, segundo Vilson Kleinubing, pelo governo anterior, demonstrava alguma recuperação. A austeridade fiscal e a reestruturação do Estado, com vistas à adoção de políticas neoliberais, ganhavam corpo em municípios e no governo estadual.³⁴

³⁴ Executivo diz que já arrumou a casa. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 24 jun. 1991. p. 10.

Com a nova repartição do bolo tributário algumas regiões que possuíam uma economia mais consistente, no entanto, fora do foco onde geralmente se aplicavam os investimentos, procuravam se emancipar, fazendo com que seus ganhos tributários ficassem em suas regiões de origem. Nove pedidos de emancipação foram aprovados em junho de 1991, mas as solicitações já haviam sido atendidas desde 1988³⁵, e continuariam por toda década de 1990.³⁶

Esses fatores contribuíram para a mudança de percepção sobre a política administrativa de Santa Catarina, fazendo a ideia da transferência da Capital perder o sentido que tivera durante 1989. Primeiro, a ação do Executivo, chamada de *Programa de Modernização do Estado*, resumia-se à austeridade fiscal e ao combate à sonegação, mas também incluía o incentivo às municipalizações. Este último fator fora encarado pela Assembleia Constituinte Estadual de 1989 como um fator indispensável para possibilitar uma administração política mais competente. Kleinubing acabou abraçando a ideia, pois isso colocava nos municípios responsabilidades que eram do Estado. Conforme ressalta Valle (2000, p.84-88), a política de descentralização fora iniciada já nos governos de Pedro Ivo e Casildo Maldaner (1987-1991), mas seria no Governo Kleinubing (1991-1994) que iria estabelecer as diretrizes claras de municipalização, amplamente incorporadas no programa de governo de Paulo Afonso (1995-1998). Esse tipo de política administrativa inspirava iniciativas em algumas prefeituras do país, desde a década de 1970, mas foi somente com a Constituição de

³⁵ Deputados saem a campo para fazer emancipações de 14 novos municípios. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 2 jan. 1988. p. 13.

³⁶ Deputado aprova nove pedidos de emancipação. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 27, jun. 1991. p. 15.

1988 que ganhou contornos legais. Em outras palavras, a partir de 1988, municipalizar significava democratizar.

Aliás, Vilson Kleinubing também lançou a política de concentração de órgãos que possuíam funções parecidas e podiam ser unificados, algo que, como foi exposto anteriormente, havia sido uma proposição de Martinho Ghizzo no caso da saúde. O governo Kleinubing concentrou, por exemplo, os órgãos da área da agricultura, reunindo-as num único órgão que passou a ser chamado de Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) (VARANCHIN, 1998). O Processo de municipalização não foi uma decisão unilateral, pelo contrário, os prefeitos eram convencidos a concordar com a passagem das responsabilidades administrativas na Educação, Saúde e Agricultura.

Temos então um contexto em que “municipalizar e unificar” eram articulados pelas políticas de austeridade. Junto a isso, as emancipações demonstravam uma transformação de base no Estado: eram os sinais de que o conjunto de pressões envolvidas na proposta de transferir a Capital em 1989 (e anos anteriores) perdera força. Com a municipalização, setores importantes como Educação e Saúde agora eram colocados sobre a alçada dos municípios, sendo assim, as decisões unilaterais que antes eram tomadas pelo Governo do Estado, ficavam naquele momento por conta dos próprios municípios. Essa decisão de municipalizar só era possível se as cidades que concentrariam os serviços pudessem arcar com as despesas. Houve grande aumento da arrecadação no Estado, e se a Constituição Federal não era respeitada em alguns termos, noutros cumpria seu papel, sobretudo no tocante à desconcentração de recursos que agora eram passados em maior fatia

para as cidades. Desde o início do governo Kleinubing a arrecadação crescera 27,5% e as despesas do Estado foram reduzidas pela metade.³⁷

O próprio Martinho Ghizzo via na questão reforma administrativa uma forma de não necessitar da transferência da Capital. Ainda em maio de 1989, e discutindo com outros deputados a respeito da descentralização dos serviços da saúde, colocava como questão a criação de centros estratégicos em vários pontos de Santa Catarina: “administrar a saúde de maneira a não centralizar aqui em Florianópolis, aquilo que não é só de Florianópolis, mas de todos os catarinenses”.³⁸ Ou seja, o fundamento da defesa para tornar Curitiba a Capital do Estado baseava-se muito na necessidade de uma Capital mais atuante e presente, próxima das cidades que precisassem de seu auxílio em questões políticas de urgência. Algumas dessas questões aconteciam em momentos sensíveis, como foi o caso do surto de meningite que atingiu Santa Catarina³⁹, principalmente as cidades carentes. Antes desse problema na saúde em 1983, aconteceu uma das maiores enchentes do Estado, fazendo algumas regiões do Rio Itajaí-Açu serem cobertas por mais de 15 metros de água. Esse desastre também demonstrou a carência de atendimento do Estado em momentos delicados e fez com que a criatividade fosse usada nos municípios para contornar a situação crítica. Surgiram aí as chamadas “festas típicas” que tentam com elementos da tradição baseada na cultura imigrante, atrair o público de todo o Brasil (ZIMMERMANN, 2011, p. 137-141).

³⁷ Arrecadação do Estado cresce 6,56% em maio. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 7, jun. 1991. p. 15.

³⁸ **Diário da Assembleia Legislativa**. Florianópolis, nº 3258, 12 mai. 1989. p. 10.

³⁹ Parlamentares defendem o plebiscito para mudança da Capital. **Diário Catarinense**. 7, set. 1991. p.4.

Marcos Antônio Mattedi concluiu que os impactos das enchentes redundaram em problemas sociais dadas as formas de gestão pública ineficientes. Apesar de serem fatores naturais que culminam em catástrofes, são principalmente os fatores políticos que passaram a desempenhar um papel determinante no estabelecimento das condições de vulnerabilidade que possibilitam a conversão de um fenômeno natural num problema social. O autor avalia que fatores como a ocupação desordenada do espaço urbano são relevantes, mas explica que a falta de *ação governamental* agravou a intensidade dos impactos. As medidas tomadas eram sempre em caráter pós-impacto, e demandas feitas pelos municípios onde esses problemas aconteciam não eram atendidas em períodos de “normalidade”. Ou seja, pelo estudo, o autor conclui que os problemas eram identificados e as soluções eram solicitadas à Capital, porém não havia encaminhamento e medidas apenas eram tomadas quando no momento da pressão e apelo através da imprensa que noticiava essas fases sensíveis, além do que, as atitudes tomadas eram sempre identificando as enchentes apenas como causalidades naturais, quando fatores econômicos e sociais, além da falta de postura na administração pública, agravaram esses acontecimentos, tornando-os não fatos imprevisíveis, mas "tragédias anunciadas" (MATTEDI, 1999, p. 249-255).

Como já citado, os elementos fundamentais da administração pública que vigiam entre até 1988, haviam se transformando substancialmente. Em 1991 algumas daquelas questões da administração ausente afastaram-se pelas já citadas medidas de austeridade que economizaram divisas, bem como a descentralização de serviços que quando unificados em apenas um órgão puderam ser espalhados pelo

Estado, sem ter em Florianópolis a única via de acesso em questões da saúde, educação e agricultura por exemplo. E, por fim, a municipalização que deu maior autonomia para as cidades, pressupondo o estilo federativo que o Brasil pretendia atingir. Essas medidas de forma nenhuma são autônomas e isoladas, elas acabam influenciando uma a outra. A unificação dos órgãos que possuíam quase as mesmas funções era ligada à política de controle dos gastos públicos, iniciada já no governo Pedro Ivo de Campos, e que agora conseguia um controle rígido dos funcionários, com medidas político-administrativas, como por exemplo, a polêmica instalação de um relógio ponto para combater funcionários fantasmas na Assembleia Legislativa.⁴⁰ E a municipalização trazia agilidade no atendimento de serviços nos órgãos descentralizados e presentes em regiões estratégicas.

Outro tema bastante discutido nas reuniões da Assembleia e que servia de argumento à favor da mudança da Capital, dizia respeito ao fato de que Florianópolis não apresentava condições estruturais adequadas a uma Capital. A partir dos investimentos públicos que alteraram sua forma urbana e deram suporte a um crescimento acelerado, observado desde a década de 1970 e, principalmente, após 1990, esse fator pode também ser afastado. A terceira ponte havia sido terminada e batizada com o nome de Pedro Ivo Campos. Além do que, obras por toda a ilha pareciam dar conta de resolver problemas com o fluxo de trânsito, um problema sempre lembrado pelos favoráveis a ideia da transferência. A construção do aterro da Baía Sul, bem como a Via Expressa Sul e o sistema de captação e tratamento de esgotos que acompanharia a estrada, e outras obras iriam suportar pela próxima

⁴⁰ Assembleia Legislativa já tem novo ponto eletrônico

década o crescimento urbano da Capital. A Via Expressa Sul possuía como intento a articulação entre o centro a Base Aérea e a Universidade Federal de Santa Catarina, interligados por um túnel sob o Morro da Cruz.⁴¹ São obras importantes que surgem para reparar as críticas que os próprios moradores da cidade enxergavam como fatores problemáticos e que, entre outros aspectos, denunciavam a precariedade estrutural de Florianópolis.

Esses fatores esvaziaram muitas das questões levantadas em 1989 e que justificariam o centro do Estado como o melhor local para situar uma nova Capital. Em dois anos, a velocidade das transformações político-administrativas alteraria um debate político que percorreria alguns momentos do século XX. No ano de 1991, acreditava-se, a Capital de Santa Catarina, Florianópolis, apresentava parâmetros novos para que o crescimento populacional não prejudicasse o movimento e articulação de seus órgãos públicos com obras que suprissem as necessidades urbanas. De outro lado, havia um fortalecimento de vários municípios do interior, não só do ponto de vista financeiro, mas também pela autonomia para encaminhar a resolução de suas necessidades de serviços públicos, os quais começaram a ser municipalizados. Como aponta Arretche (2008, p. 44, 45), os processos de descentralização tornaram-se uma linguagem política comum e usualmente mobilizada para dar conta de demandas sociais:

Um movimento tão expressivo dá a impressão que “a roda da história pende para a descentralização”. Nesse mesmo movimento, ocorreu uma significativa convergência de opiniões, na qual correntes à direita e à

⁴¹ Via Expressa Sul vai mudar a vida na Capital. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 20, out. 1991. p. 30.

esquerda do espectro político impingiram a esse tipo de reforma um lugar de destaque nos processos de reforma do Estado, dadas suas esperadas potencialidades no campo da democratização das relações políticas e no campo da eficiência da gestão pública. Em outras palavras, a partir de perspectivas políticas distintas se produziu um grande consenso em torno da descentralização. Passou-se a supor que, por *definição*, formas descentralizadas de prestação de serviços públicos seriam mais democráticas e que, além disso, fortaleceriam e consolidariam a democracia.

Apesar de todo esse processo não ser à prova de críticas, o interesse aqui é o de entender que essa nova linguagem administrativa soterrava o sonho de Curitibanos em ser a Capital de Santa Catarina. A partir de 11 de agosto de 1991, quando foi lançada a “Emenda Grando” que previa o cancelamento do plebiscito previsto para 1993, a transferência da Capital começou a ser vencida. As discussões de mais de um século encontrariam um encaminhamento.

Adversário da emenda constitucional apresentada, Onofre Agostini que, como foi mencionado anteriormente, era de Curitibanos, manteve a defesa da transferência da Capital. Apresentou proposta para regulamentar a disposição constitucional transitória que regulamentava o plebiscito. Por outro lado, Sérgio Grando fizera parte de um grupo de Vereadores de Florianópolis que boicotou, em 1989, a solenidade da promulgação da Constituição, devido justamente ao tema da transferência da capital ter saído na redação final da Carta Estadual.⁴²

⁴² Vereadores não comparecem a solenidade. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 06 out. 1989. p.13.

Nos jornais, o assunto levou a retrospectivas históricas, mostrando a permanência da ideia de transferência que existia por mais de 100 anos. O plebiscito previsto para 1993 era a preocupação, e os novos nomes envolvidos no debate davam as caras nas páginas de *O Estado* e do *Diário Catarinense*. De um lado, Onofre Agostini o defensor do projeto que visava a regulamentação do artigo 3º das disposições transitórias da Constituição Estadual que tratava do plebiscito. De sua parte, Sergio Grando, ex-Vereador da Capital, que entrava no debate já dizendo ter votos suficientes na Assembleia para que o projeto fosse arquivado. Quando perguntado se o plebiscito não respeitava a Constituição que havia sido construída com apelo às liberdades democráticas, Grando dizia para não “confundir democracia com democratismo”.⁴³

Todo o debate que retornou ao tema polêmico concentrou-se na questão democrática. Essa é a primeira diferença em relação às discussões de 1989. Durante a Constituinte Estadual a questão político-administrativa prevaleceu e a nova trama política em 1991 fez refluir as justificativas anteriores. A “forma democrática” era a defesa de Onofre Agostini, apegando-se ao que ele considerava ser uma decisão que o povo catarinense deveria tomar. Alguns políticos, principalmente aqueles que tinham Florianópolis como sua base de atuação, diziam que era uma discussão inútil, e que só aumentaria o “conflito entre Capital e interior”.

O prefeito de Curitiba, Ulisses Gaboardi Filho (PMDB), também argumentava com base na questão da democracia. Para

⁴³ Grando: “Uma loucura”. **Diário Catarinense**. Florianópolis. 11 ago. 1991. p. 23, 24.

Gaboardi a decisão sobre a realização do plebiscito não poderia ficar na mão de alguns poucos deputados, era uma questão pra ser decidida por todo o Estado de Santa Catarina. O quadro político favorável à transferência, existente em 1989, foi ressaltado em artigo trazido pelo jornal *Diário Catarinense*, expondo que os “representantes da Capital naquele ano eram a minoria”. Ao contrário, em 1991 a configuração tendia a melhorar as posições dos defensores da permanência da Capital em Florianópolis, mas não completamente.⁴⁴ A Constituição Estadual, assim como a Federal, em seu curto período de existência, passava por uma reformulação. Os ajustes se concentrariam nas incongruências entre as duas Cartas, e assuntos incômodos seriam riscados do texto original. A aprovação da transitoriedade do plebiscito era incerta, pois quantificando o número de votos se verificava o peso das cidades do interior. Para os defensores da permanência, o recurso foi apelar à imprensa para que alertasse a população sobre as qualidades de Florianópolis, “uma Capital que qualquer Estado desejava ter”.⁴⁵

Se na Assembleia a defesa da transferência poderia ser voto vencido, voltando a Curitibanos a opinião do prefeito da cidade ainda guardava esperanças. Ulisses Gaboradi Filho também concordava que a transferência não era mais prioritária, porém, achava que o plebiscito de 1993 deveria acontecer, e sugeria alargar o prazo da mudança para 50

⁴⁴ FERREIRA, Paulo. Florianópolis sim. Curitibanos não. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 18, ago.1991. p. 6.

⁴⁵ Defesa de argumentos divide parlamentares. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 11, ago.1991. p. 24.

anos. Para o prefeito, eram grandes as condições para que Curitiba se tornasse a Capital, “e não importando o tempo que for”.⁴⁶

A chamada à opinião pública, por meio da imprensa, desta vez apareceu de forma mais incisiva. Os jornais publicaram pesquisas a respeito do tema. Como visto acima, existia a preocupação de alguns setores para que a imprensa se posicionasse a respeito do assunto. Parte das opiniões em 1988 eram dadas principalmente pelos próprios jornais. Mas, elas também apareciam nos quadros de “opinião”, pelo menos no jornal *Diário Catarinense*. Em 1991, o jornal passou por uma reforma na sua organização de diagramação, que trocou de lugar alguns cadernos, bem como inaugurou outros novos e aboliu algumas partes, como a coluna “Visor”, na qual constava a parte de opiniões enviadas por cartas e que foi tirada de publicação.

Os temas debatidos com base na interação com os leitores, por vezes, não acompanhavam o ritmo dos acontecimentos que lhes eram afeitos. Como as opiniões dependiam, na época, apenas das cartas como forma de contato com a redação, chegavam quase sempre com até duas semanas de atraso se comparada à notícia sobre a qual opinavam. As opiniões de leitores, publicadas nos jornais, não chegaram, assim, a ter um peso significativo no exato momento das discussões políticas no plenário da Assembleia a respeito da transferência da Capital. Foi possível reconhecer nos pronunciamentos dos Deputados uma dose de preocupação sobre como a imagem dos políticos era representada pelos jornais, mas nada que fizesse a ligação direta entre uma opinião

⁴⁶ Mudança da Capital, prefeito sem pressa. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 23 ago. 1991. p. 12.

favorável à transferência, publicada em um jornal, e os posicionamentos dos políticos.

No entanto, uma pesquisa sobre como os catarinenses encaravam o tema da transferência apareceu com importância política precisa para aquele momento e trouxe alento aos opositores do plebiscito, principalmente ao Deputado Sergio Grando. Sua importância é ressaltada pelo momento em que foi revelada. Essa pesquisa teria sido encomendada, segundo o Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Bruno Schelemper Junior, pelo próprio governador Vilson Kleinubing, que teria feito o pedido de “subsídios” sobre o tema – Transferência da Capital. Foi elaborado então, um documento que trazia a opinião de vestibulandos sobre o assunto. Pensando em como fazer uma pesquisa, a UFSC trouxe como tópico de redação para 400 alunos dos 16.902 vestibulandos em 1991 o tema: “*Transferência da Capital do Estado, como por exemplo, de Florianópolis para Curitiba*”.⁴⁷ A revelação de uma pesquisa que até então não havia sido mencionada, repercutiu de maneira bastante forte nos corredores da Assembleia, que agora tinha em mãos um documento que relativizava o possível apelo popular da transferência da Capital, pois entre o público consultado 67% eram contrários à medida. Mais que isso quem assinava o documento era uma instituição com renome no Estado. Não se trata aqui de fazer uma análise sobre a pesquisa, mas alguns dados podem ser revelados. Ela se concentrou em apenas alguns dos cursos do Centro de Comunicação e Expressão, onde estão os cursos de Jornalismo, Letras e

⁴⁷ Estudantes são contra a mudança. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 6 set. 1991. p.4.

Design. Ao ser questionado, o Reitor acrescentava que os 400 vestibulandos eram oriundos de vários pontos do Estado.⁴⁸

A pesquisa fora entregue para o presidente da Assembleia Legislativa, Otávio Gilson dos Santos, que aproveitou para dizer que o resultado da pesquisa compartilhava de sua própria opinião. Explicava que era a “primeira pesquisa séria e concreta” sobre o assunto, além do que a pesquisa era “providencial”, pois aparecia em um momento muito oportuno, pois os Deputados então teriam “mais recursos para decidir a questão”.⁴⁹ Onofre Agostini colocou em dúvida a pesquisa. Afirmava respeitar a opinião dos vestibulandos, mas perguntava se estariam cientes de que a transferência seria feita em 20 anos. O documento foi levado ao plenário como prova de que não existia interesse pela sociedade para que a Capital fosse transferida. Apesar de ser apresentado o resultado da pesquisa antes da decisão final sobre o plebiscito, um fato estranho era que a Assembleia prorrogou a votação sobre ele por duas vezes. Agora com a pesquisa em mãos, e elevada a documento oficial pela própria Assembleia, os Deputados finalmente acordaram em realizar a votação.⁵⁰

O presidente da Assembleia, ao se pronunciar a respeito da chamada “emenda Grando”, dizendo que ela seria votada secretamente, provocou Onofre Agostini, levando-o a responder que uma votação

⁴⁸ 67% são contra a mudança da Capital. **O Estado**. Florianópolis, 5 set. 1991. p.3.

⁴⁹ Gilson satisfeito com resultados da consulta. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 6 set. 1991. p.4.

⁵⁰ Segundo o Jornal Diário Catarinense a metodologia de pesquisa usou a redação para obter de maneira não espontânea uma opinião sobre o assunto. A pesquisa também dizia como justificativas contra a mudança o custo da transferência, a falta de estrutura de Curitiba e os transtornos dos funcionários públicos que seriam transferidos.

secreta não passaria de “pura covardia”. Nos jornais *O Estado* e *Diário Catarinense* estava claro que tudo seria votado de maneira secreta. No *Diário Catarinense*, as notícias deixavam claro que no assunto transferência da Capital, não existiria oposição e situação, as duas correntes iriam unir-se para votar contra a nova Capital, e que a mudança estaria “praticamente descartada”. Dos 40 deputados, vinte e dois, votariam com esse intento. Esse número era mais da metade do total de Deputados Estaduais, mas para a rejeição da transferência seriam necessários pelo menos vinte e cinco votos. O fato torna-se revelador de certo receio dos Deputados ao se pronunciarem a respeito da ideia.

À medida que se concentravam as notícias nos meios de comunicação, nos meses de setembro e outubro de 1991, a respeito da votação da supressão da disposição sobre o plebiscito, os jornais procuraram sondar qual tendência era mais forte entre os parlamentares. Nos corredores da Assembleia, segundo cada lado da disputa, haveria mais adesões a se conquistar. Os votos contabilizados pelos jornais poderiam oscilar para mais — contra a transferência — se a votação fosse secreta, como por fim, o foi.⁵¹ Ou seja, segundo os próprios Deputados, existia receio de se comprometer com o tema, demonstrando que o assunto ainda era uma questão sensível. A mesa diretora da Assembleia recebeu o pedido de Sérgio Grando para que a votação fosse secreta. Grando ainda afirmava a necessidade, pois a discussão sobre a mudança da Capital era inoportuna e absurda. Em pesquisa informal, os

⁵¹ Deputados garantem que votarão contra o plebiscito. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 19 set. 1991. p. 4.

deputados mostraram-se oscilantes, conforme fosse a visibilidade da votação.⁵²

Com a aproximação do dia 22 de outubro, data marcada para a votação da “Emenda Grando”, os debates se intensificaram como era de se esperar. O Prefeito de Curitiba entrou com um mandado de segurança contra a votação que visava impedir o plebiscito, mas não obteve sucesso. No dia 21, um dia antes da decisão final dos Deputados, um seminário buscava a discussão entre especialistas de várias áreas sobre a mudança da Capital. Participaram, além dos Deputados Sérgio Grando e Onofre Agostini, os Prefeitos de Curitiba e de Florianópolis, Bulcão Viana.

No amanhecer do dia 23 de outubro de 1991, os jornais estampavam a decisão final de uma ideia que se estendera por, pelo menos, um século. Florianópolis respirava aliviada, iria permanecer como Capital e Curitiba não teria mais a chance de se tornar o centro administrativo de Santa Catarina.⁵³ Era posto um fim às expectativas de muitos, o plebiscito não iria mais acontecer. Esse momento histórico mostrou-se com contornos políticos complexos, ao colocar em perspectiva os problemas administrativos do Estado, além do regionalismo como fator de mobilização social e como elemento próprio a uma cultura política que utiliza a memória, as identificações e as territorialidades imprecisas como mecanismo para a arregimentação de poder e recursos econômicos. Esses fatores somaram-se à notória falta de articulação entre as diferentes regiões e a Capital, historicamente

⁵² Mudança da Capital: Prefeito vai à justiça para manter plebiscito. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 18 out. 1991. p. 5.

⁵³ Capa do Diário Catarinense. Capital não vai mudar. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 23, out. 1991.

sediada em Florianópolis, um problema que deu fôlego para que a discussão sobrevivesse por tanto tempo. No ano de 1991 os deputados estaduais escolheram o oposto dos deputados de 1989, pois afastaram a possibilidade de uma decisão popular, selando assim o fim das discussões. Florianópolis era ainda a Capital. Como afirmava um artigo publicado no jornal *O Estado*, em 1962, quando também existira a ameaça da transferência, tal condição permaneceria “imudável”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sociedades relacionam-se diferentemente, em cada época, com aquilo que consideram seu passado e seu futuro. Isto é: uma sociedade pode mudar de perspectiva em relação a si mesma, pode reportar-se a passados esquecidos, usá-los como fatores de mobilização, esquecer passados presentes, abandonar projetos, propor outras esperas. A História torna-se plenamente uma interpretação das relações sociais no tempo, porque inclui também, o futuro em sua perspectiva. As ações sociais são orientadas também pelo futuro, pela perspectiva de realização de metas. Mas não podem restringir-se apenas às intersecções entre presente e o futuro, precisando então sempre fazer um “recuo estratégico” ao passado.

Ansart afirma que existe uma diferença entre esquecer os fatos e esquecer ressentimentos, um processo com consequências sociais e políticas múltiplas e socialmente decisivas (ANSART, 2004. p. 17). A condição de Capital exigiu investimentos públicos em Florianópolis que movimentaram poderes e interações entre os grupos sociais. Tornou-se um assunto que mexeu com paixões e interesses. Isso pode ser verificado pelos próprios debates parlamentares: em 1989 os deputados esquivaram-se da decisão e, mesmo em 1991, recorreram à votação secreta. A tentativa de esconder temas controversos compreende determinada política de esquecimento da memória. O ressentimento é uma insatisfação latente. As políticas públicas que tentam contornar certas situações conflituosas procuram coibir que esses ressentimentos se transformem em revoltas. Todo o debate para transferir a sede administrativa de Santa Catarina foi um movimento intenso e que

animou debates em vários períodos da história política catarinense. Pode-se dizer que o ressentimento das regiões mais afastadas da Capital correspondia aos grandes investimentos públicos realizados em Florianópolis e à ausência desses mesmos investimentos em suas regiões. Essa é uma abordagem bastante complexa, mas que pode ser articulada por uma via mais simples.

O momento histórico de elaboração da Constituição Estadual, logo após a promulgação do texto constitucional Federal, favoreceu o debate de temas inóspitos, como o da transferência da Capital. As Constituições foram investidas de esperanças, numa palavra: mitificadas. Raoul Girardet explica que o mito político é "fabulação, deformação, ou interpretação objetivamente recusável do real [...] o mito altera os dados da observação experimental e contradiz as regras do raciocínio lógico". Nessa medida, a origem de uma ideia para "transferir a capital" foi um evento "criptografado", e somente a explicação do momento onde as Constituições foram construídas e discutidas, traz a "chave para a compreensão, e consegue ordenar o caos desconcertante dos fatos acontecimentos" (GIRARDET, 1987, p. 9-13).

O debate da mudança da Capital surgiu anteriormente na História de Santa Catarina com base na constatação do isolamento de Florianópolis. Mesmo com a primeira ligação com o continente, em 1926, a cidade/ilha não conseguiu impor-se ao conjunto do Estado. No final do século XX, quando de um processo de construção institucional democrática no Brasil, os temas ligados à gestão do Estado ganharam relevância pública e tomaram as páginas dos jornais com discussões sobre política administrativa, centralização e austeridade. Nos círculos políticos atingidos pelo debate, estavam agentes públicos que, já antes

da polêmica ideia para transferir a Capital, haviam colocado em prática planos para democratizar o sistema de saúde catarinense unificando-os e espalhando-os por várias regiões do Estado: “a descentralização tem um sinônimo, que é a municipalização. Porque descentralizar? As coisas se passam no município, portanto, é ali que se deve gerenciar, fiscalizar e coordenar as ações”¹. Estas eram, em linhas gerais, as palavras dentro da Assembleia. E esse era o objetivo que seria buscado com a transferência. Nos anos tumultuados que foram o fim da década de 1980, as experiências sociais sofriam o impacto de novas percepções do tempo. No Brasil, em especial em Santa Catarina, essa velocidade pode ser observada pelas mudanças provocadas pelas novas leis, e também em especial aqui para esta dissertação, as novas leis de distribuição de recursos, e passagem de autonomia para as cidades.

Na década de 1990 as políticas administrativas adotadas, a partir da nova Constituição Federal e seu pacto federativo, possibilitaram aos municípios e suas regiões, uma capacidade de decisões sobre os serviços e a alocação de recursos, mas o ressentimento relativo aos pretensos privilégios da Capital permaneceu.

Este fator de mobilização social e de uso do passado e apelo à carência que o interior de Santa Catarina possui, continuaria a ser politicamente eficaz, mesmo depois de afastada a hipótese de transferência da Capital. Em 2002, o candidato vitorioso nas eleições para Governador trouxe a promessa de construir um governo que se estenderia “por toda Santa Catarina”. Em análise das eleições para governador no Estado de Santa Catarina, Yan de Souza Carreirão explica que Luiz Henrique da Silveira, conseguiu aliar um discurso que

¹ **Diário da Assembleia Legislativa.** Florianópolis, nº 3257. 10 out. 1989. p. 7.

atingia todo catarinense que avaliava negativamente o governo anterior de Esperidião Amin. A vitória de Silveira em 2002 foi conseguida no segundo turno, e somada aos fatores anteriores, existiu também o apoio do candidato do Partido dos Trabalhadores, já em 2006, esse partido transferiu seu apoio para Amin, que mesmo assim perdeu as eleições, pois os eleitores haviam aprovado a primeira gestão do governador peemedebista (CARREIRÃO, 2008. p. 227). A percepção de que parte do Estado sentia-se ainda em abandono e ressentido porque a distribuição de poderes e recursos beneficiava o litoral e, por assim dizer, Florianópolis, a Capital situada numa suposta “Ilha da Fantasia”, alimentou a campanha de Luiz Henrique da Silveira e um governo de oito anos no Estado.

A administração pública ganhou novos contornos ao longo do processo de redemocratização brasileiro. Antes de 1988, as políticas administrativas concentravam as ações do Estado. Paulatinamente, a constituição de mecanismos democráticos seria a preparação para que, aos poucos, a federação pudesse de fato existir e o poder de alocação e distribuição de recursos pudesse ser repartido aos governadores e prefeitos. Os prefeitos então se veem com poder nas mãos para decidir, mas as ferramentas para resolução dos problemas ainda não estavam prontas, precisavam ser trabalhadas, moldadas para então serem aplicadas.

Esta investigação deparou-se com uma documentação que parecia agenciar narrativas carregadas de esperança. Transferir a Capital, uma medida que tinha uma trajetória diversa, foi então apropriada a essa narrativa com parte das promessas de um reinício. Obviamente, os interesses políticos e regionalistas envolvidos, atuavam

para dar um significado próprio a esta demanda. Transferir a Capital seria recomençar a partir de uma gestão pública cujos tentáculos deveriam atingir partes de um território consideradas alheias às atenções do Estado. Transferir, numa palavra, seria democratizar.

Situar a capital no centro de Santa Catarina seria a tentativa de deixar mais perto aquilo que estava longe, além de incrementar o centro do Estado que era deficiente se comparado ao Sul, ao Litoral, Norte e até mesmo ao Oeste, que é a parte mais distante de Florianópolis. Frustrados os planos de transferência, mas a latência permanecia adormecida. E os planos de governo de candidatos posteriores a 1991, reportaram-se a tais narrativas e procuraram usar o passado em proveito de uma arregimentação de apoio eleitoral que se mostrou consistente pelos resultados obtidos. Caso contrário, um lema de campanha eleitoral como “governar por toda Santa Catarina” não teria conseguido as adesões dos eleitores por dois mandatos consecutivos.²

A criação das Secretarias de Desenvolvimento Regional – SDRs -, que hoje se concentram em 36 microrregiões, apareceu como uma eficaz proposta de, a um só tempo, reportar-se ao regionalismo como fator de arregimentação política e mecanismo de distribuição de poder entre lideranças regionais comprometidas com a reprodução de um

² É bem verdade que os governos anteriores tiveram suas fatalidades e percalços: Pedro Ivo Campos faleceu em 1989, e nem conseguiu terminar seu mandato, Vilson Kleinubing eleito em 1990 decidiu ir concorrer para o Senado em 1994, também falecendo em 1998. Nas eleições de 1994 entra Paulo Afonso Evangelista Vieira, que em 1998 perde por larga margem a reeleição para Esperidião Amin devido ao que ficou conhecido como “escândalo dos precatórios”. Amin por sua vez também perde a reeleição em 2002 para Luiz Henrique da Silveira que vence no segundo turno. Em 2006, novamente Luiz Henrique e Amin se enfrentam, e Amin novamente perde também com segundo turno.

projeto eleitoral que se mostrou bem-sucedido, com ganhos em termos das relações político-empresariais estabelecidas em cada região. A representação social desse processo mobiliza a mensagem política de que um morador de Paraíso, na fronteira com a Argentina, não estaria abandonado, pois a SDR de São Miguel do Oeste, que fica a 14 km de sua casa, estaria presente de forma mais acentuada que as decisões do Centro Administrativo do Governo, distante quase 700km, em Florianópolis. Descentralizaria o poder administrativo, mas centralizaria o poder político. Ao colocar um representante do governo estadual em 36 regiões, o governo estadual estaria descentralizando questões administrativas, mas concentrando a influência sobre essas mesmas regiões.

A possibilidade para a transferência da Capital, mais de um século depois, ainda motiva grupos a debater o assunto em 2011.³ Nessa ocasião, as justificativas continuam as mesmas: a distância em relação às outras cidades e a concentração de investimentos apenas em Florianópolis. A transferência da Capital parece uma História longe de encontrar um fim.

É importante lembrar que toda discussão que envolveu a mudança da sede administrativa estava mergulhada no intrincado momento difícil que o país passava. Se esse trabalho conseguir deixar claro que para uma racionalidade da época, transferir para melhor administrar era parte de uma solução para melhoria das condições, fica

³ Disponível em: <http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2011/02/florianopolis-pode-deixar-de-ser-a-capital-de-santa-catarina-3204854.html>. Acesso em: 04 jul. 2013.

possível afirmar que o berço das ideias para a transferência era fruto de uma condição histórica específica.

Um país imerso em crise, as Capitais quase todas situadas nas regiões litorâneas. Mesmo assim, no caso de Santa Catarina, é possível afirmar que, mesmo afastado, o Oeste catarinense possuiu grande desenvolvimento, e talvez por isso, requereu ainda mais atenção da Capital, tornando o regionalismo uma questão vital para a sobrevivência econômica. Requerer investimentos no Oeste significava ampliar a competitividade do setor de alimentos e, se a Capital ficasse situada ainda mais perto, isso pretensamente dinamizaria a pressão que empresários poderiam exercer sobre os políticos.

Para o Planalto Serrano a transferência da Capital seria a alternativa de desenvolvimento através do investimento público e injeção de dinheiro que os funcionários e aparato de serviços poderiam causar na região, isso com a capital já instalada. Olhando para a região metropolitana de Florianópolis é possível dizer que a especulação imobiliária seria também outro fator importante para qualquer região que abrigasse a Capital.

Os tempos democráticos sugeriram a possibilidade de propor a transferência, empregando uma argumentação que parecia própria a favorecer a participação da sociedade. Entre os apoiadores da ideia, havia políticos que sustentaram e se beneficiaram durante a ditadura militar. Mas, em 1989, apropriaram-se do discurso da democracia em favor de interesses regionalistas. Ao fim e ao cabo, a votação secreta da questão expôs que muitos deputados, amarrados pela opinião de seus eleitores, não queriam se apresentar contra a transferência, como ocorreu em 1991.

Como se sabe, Florianópolis permaneceu Capital. A ilha que abriga a Capital sofre os efeitos de um crescimento urbano acentuado, os governantes tentam a todo custo criar regras para que a Capital permaneça o mais saudável possível, como por exemplo, as tentativas de regularização de leis urbanas com os planos diretores de 2012. Passados os anos em que seus governantes sentiram de perto a possibilidade de perder o posto de sede do governo, nota-se o enfraquecimento político de Florianópolis frente aos eleitores de Santa Catarina no se que se refere a candidatos a governador. Luís Henrique da Silveira, oriundo de Joinville, região destacada pelo poder industrial, governou por oito anos, e o candidato que o sucedeu, Raimundo Colombo, atual governador do Estado, veio exatamente de Lages, que foi em 2011, a cidade cogitada para ser a nova Capital. “Mais cedo ou mais tarde a Capital deverá sair de Florianópolis”, essas foram as palavras do jovem e recém-eleito prefeito, em Lages, Raimundo Colombo.

FONTES

Jornais:

Jornal O Estado, 1988-1989, 1991.

Jornal Diário Catarinense, 1988-1989, 1991.

Documentos Oficiais:

Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Diário da Assembleia, 1988-1989.

Diário da Constituinte, 1988-1989.

Atas da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, 1989.

Projeto Lei. Florianópolis, 20 de setembro de 1915.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; SAMUELS, David. “**A nova política dos governadores**”. *Lua Nova*, nº 40/41, 1997.

_____. **Os Barões da Federação: os Governadores e a Redemocratização Brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

AFONSO, José Roberto Rodrigues e ARAÚJO, Érika Amorim. **A capacidade de gastos dos municípios brasileiros**: arrecadação própria e receita disponível. *Cadernos Adenauer 4: Os municípios e as eleições de 2000*. São Paulo, Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, junho 2000.

ANDRADE, Djanira Maria Martins de. **Hercílio Luz**: uma ponte integrando Santa Catarina. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 1981.

ANSART, Pierre. “História e memória dos ressentimentos”. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (org.) **Memória e (res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

CABRAL, Oswaldo R. **Nossa Senhora do Desterro**: Notícia. Florianópolis: [s.n.], Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1971.

CARREIRÃO, Yan de Souza. A Decisão de voto do eleitor catarinense (1998-2006). **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n2, 207-236, maio-ago.2008.

CORREA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis**: ilustrada = Nossa Senhora do Desterro. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005

DIAS, Wladimir Rodrigues. **O federalismo fiscal na Constituição de 1988**: descentralização e recentralização. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1298, 20 jan. 2007.

FREITAG, Bárbara. **Capitais migrantes e poderes peregrinos**: o caso do Rio de Janeiro. Campinas: Papirus, 2009.

GADAMER, Hans-Georg. **Esboço dos fundamentos de uma hermenêutica**. In: O problema da consciência histórica. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro, Mauad X, 2009.

HARTOG, François. **O tempo desorientado - Tempo e História**: “Como escrever a História da França?”. Anos 90, Porto Alegre, n.7, p.7-28, julho de 1997.

_____. **Regime de historicidade**. (Texto disponível em <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>)

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC RJ, 2006.

KUNTZ, Jackson Douglas. **Do Brejo ao Charme**: a ocupação urbana no norte de Florianópolis, 1970 a 2000. 2008. Monografia – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC. Florianópolis/SC.

LABORIE, Pierre. Memória e Opinião, In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha Viz (orgs). **Cultura Política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro, EdFGV, 2009.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC; Lunardelli, 1983.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana Florianópolis, 1950 a 1970**. 2002. Tese (doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, UFRGS. Porto Alegre/RS.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: UNICAMP, 2004.

MATTEDI, Marcos Antônio. **As enchentes como tragédias anunciadas: impactos da problemática ambiental nas situações de emergência em Santa Catarina**. Tese (doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, UNICAMP. Campinas/SP.1999.

MAY, Patrícia Zumblick Santos. **Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)** /. Florianópolis, SC, 1998. 182f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

MÉSZÁROS, István. **O Desafio e fardo do Tempo Histórico**. Tradução Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MICHELS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico – 1956 aos precatórios – 1997**. Campo Grande: UFMS, 1998.

NORA, Pierre. “**O retorno do fato**”. IN: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 2ª edição, 1979.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. da UNICAMP 2008.

REIS, José Carlos. Tempo Histórico como representação intelectual. **Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 8, n.2, p. 1-21, maio/agosto. 2011.

RENK, Arlene. O conhecimento do território: a Bandeira de Konder. In: **A Vagem de 1929**. Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do político**. *Revista brasileira de história*, São Paulo, v. 15, n. 30.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história, os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Ed. da UnB, 2001.

VALENTE, Cesar. “A Imprensa na Grande Florianópolis”. In: BALDESSAR, Maria José. & CHRISTOFOLETTI, Rogério. (orgs.). **Jornalismo em Perspectiva**. Florianópolis: edufsc, 2005.

VARANCHIN, Márcia J. F. C. **Mudança Estratégica em uma Organização do Setor Público Agrícola do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina. 1998.

VISCARDI, Claudia. Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Historiografia catarinense**: uma introdução ao debate. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n.2, 1994.

ZIMMERMANN, Keith Damas. As enchentes de 1983 em Santa Catarina: as cidades atingidas, cidades esquecidas. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 5, n.2, p. 137-141, junho. 2011.